



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

NAASSON BARBOSA CRUZ

**CULTURA E PRÁTICAS ESCOLARES NA ESCOLA AGROTÉCNICA
FEDERAL DE MANAUS-AM (1979-1993)**

Manaus – AM

2021

NAASSON BARBOSA CRUZ

**CULTURA E PRÁTICAS ESCOLARES NA ESCOLA AGROTÉCNICA
FEDERAL DE MANAUS-AM (1979-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Manaus – AM

2021

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

C957c Cruz, Naasson Barbosa.
Cultura e práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus -
AM (1979-1993) / Naasson Barbosa Cruz. – Manaus, 2021.
176 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas,
Campus Manaus Centro, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. História da educação
profissional. 3. Ensino agrícola. I. Souza, Ana Cláudia Ribeiro de.
(Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



NAASSON BARBOSA CRUZ

CULTURA E PRÁTICAS ESCOLARES NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS (1979-1993)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Claudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de agosto de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Claudia Ribeiro de Souza – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. Pablo Menezes e Oliveira - Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - ProfEPT-IFMG

Prof. Dr. Tarcísio Serpa Normando - Membro Titular Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



NAASSON BARBOSA CRUZ

O SISTEMA ESCOLA-FAZENDA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS (1979-1993)

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Claudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de agosto de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Claudia Ribeiro de Souza – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. Pablo Menezes e Oliveira - Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - ProfEPT-IFMG

Prof. Dr. Tarcísio Serpa Normando - Membro Titular Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

À Valentina Martins Cruz, minha filha querida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, pela oportunidade de cursar um mestrado profissional de qualidade e gratuito.

Agradeço imensamente, à orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, pelas constantes arguições, sugestões críticas e por tudo que me ensinou durante a confecção deste texto.

Agradeço duplamente, ao Prof. Dr. Tarcísio Serpa Normando e o Prof. Dr. Pablo Meneses e Oliveira por todas as contribuições dadas ao trabalho durante o Exame de Qualificação, como também, durante a Defesa.

À Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED-Manaus) através do Programa Qualifica, por ter me liberado para realizar o mestrado, possibilitando assim que pudesse me dedicar à pesquisa. Ao contrário da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) que não me liberou para fazer tal estudo.

À direção do Campus Manaus Zona Leste/IFAM, na pessoa do então Diretor-Geral, Jaime Cavalcante Alves, por ter me permitido pesquisar no arquivo desta instituição, porém, devido ao COVID 19, isso não foi possível.

À funcionária da Biblioteca do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, pela atenção e gentileza e por ter me apresentado a edição comemorativa do Jornal do Comercio sobre a história dos bairros de Manaus.

Ao professor que trabalhou na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, no período pesquisado, que gentilmente nos concedeu uma entrevista, ajudando assim a desvelar o cotidiano dessa instituição escolar.

À minha família, em especial, aos meus pais, irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, pela compreensão da minha ausência nos mais diversos assuntos da família.

À Arthely Araújo Martins pelo companheirismo e pela força para prosseguir e finalizar este trabalho.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente com a produção deste trabalho.

RESUMO

Este estudo insere-se no campo da História das Instituições Escolares e teve como objeto de pesquisa a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, com o objetivo de pesquisar a cultura e as práticas escolares no contexto de 1979 a 1993. A metodologia utilizada encontra-se embasada em uma pesquisa de cunho qualitativo, sendo a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista semiestruturada como metodologia de coleta de dados. O suporte teórico contou com as contribuições de Vinão Frago (1995) e Julia (2001). Desse modo, primeiramente buscamos entender o percurso do ensino agrícola ao longo do século XX, posteriormente, identificamos os tempos-espacos e sujeitos escolares, e finalizamos com a análise das práticas escolares de um professor que trabalhou na instituição pesquisada. Deste modo, conseguimos adentrar na instituição pesquisada e conhecer um pouco seu cotidiano no período de 1979 a 1993. Espera-se que esta dissertação contribua nos desvelamentos da história da educação profissional ou de uma instituição escolar voltada para o ensino agrícola, bem como aos pesquisadores que pretendam investigar sobre a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. Como fruto desta pesquisa elaborou-se o *e-book*, intitulado O Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, como produto educacional com o objetivo de servir de interlocução aos professores, estudantes e pesquisadores e demais interessados em conhecer um pouco mais sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas.

Palavras-chave: História da Educação Profissional. História das Instituições Escolares. Escola Agrotécnica Federal. Ensino Agrícola.

ABSTRACT

This study is part of the field of History of School Institutions and had as research object the Federal Agrotechnical School of Manaus-AM, with the objective of researching the culture and school practices in the context of 1979 to 1993. based on a qualitative research, being the bibliographical research, documental and the semi-structured interview as data collection methodology. The theoretical support had the contributions of Vinão Frago (1995) and Julia (2001). In this way, we first sought to understand the course of agricultural education throughout the 20th century, then we identified the time-spaces and school subjects, and ended with the analysis of the school practices of a teacher who worked in the researched institution. In this way, we were able to enter the researched institution and get to know a little about its daily life in the period from 1979 to 1993. It is hoped that this dissertation contributes to the unveiling of the history of professional education or of a school institution dedicated to agricultural education, as well as to researchers who intend to investigate about the Federal Agrotechnical School of Manaus-AM. As a result of this research, the e-book, entitled The School-Farm System at the Federal Agrotechnical School of Manaus, was developed as an educational product with the objective of serving as a dialogue for teachers, students, researchers and others interested in knowing a little more about the history of Professional and Technological Education in Amazonas.

Keywords: History of Professional Education. History of School Institutions. Federal Agrotechnical School. Agricultural Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagens das instalações na propriedade do Paredão (1933).....	61
Figura 2: Construção do Colégio Agrícola do Amazonas (1970).	64
Figura 3: Demonstrativo da interdependência das áreas de atividades do Sistema Escola –Fazenda (1972).	74
Figura 4: Demonstrativo da interdependência das áreas de atividades do Sistema Escola –Fazenda (1985).	76
Figura 5: Mapa de abrangência da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1980). ..	97
Figura 6: Capa do Manual de Orientação para a Disciplina Desenho e Topografia em Escolas Agrotécnicas Federais.	114
Figura 7: Teodolito e o tripé	116
Figura 8: Aula teórica em Sala de Aula na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	118
Figura 9: Aula de Topografia na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	120
Figura 10: Aula de Topografia na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	121
Figura 11: Práticas da Disciplina Agricultura, assunto Produção de Mudas.	122
Figura 12: Práticas da Disciplina Agricultura, assunto Produção de Mudas.	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estabelecimentos de ensino subordinados a COAGRI que mudaram de denominação em 1979.....	49
Quadro 2: Habilitações para a área de Agricultura e Pecuária.	79
Quadro 3: Currículo da habilitação em Técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.....	80
Quadro 4: Grade Curricular da habilitação de Técnico em Agropecuária das Escolas Agrotécnicas Federais.	81
Quadro 5: Distribuição Geral das Turmas no Núcleo Comum e na Parte Diversificada.	83
Quadro 6: Técnico-Administrativos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1987).	92
Quadro 7: Classes e vencimentos ou salários do Magistério de 1º e 2º graus federal.	94
Quadro 8: Docentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1987).	95
Quadro 9: Procedência dos alunos, período de 1977 a 1982.....	99
Quadro 10: Informações acadêmicas e profissionais dos avaliadores.	129
Quadro 11: Pareceres dos avaliadores.	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES - Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENAFOR- Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COAGRI- Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário

CONTAP- Convênio Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso

CONDAF – Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Agrotécnicas Federais

COOP - Cooperativa - Escola

DEA- Diretoria do Ensino Agrícola

DEM- Departamento de Ensino Médio

DOU – Diário Oficial da União

EMATER-AM – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Amazonas

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas

IPES - Instituto de Estudos Políticos e Sociais

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

LPP- Laboratório de Prática e Produção

MA- Ministério da Agricultura

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PAO- Programa Agrícola Orientado

PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

SESG- Secretaria de Ensino de 2º Grau

SENETE - Secretaria Nacional de Educação Tecnológica

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TEDE-UFRRJ - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UEP- Unidades Educativas de Produção

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO OBJETO DE PESQUISA	22
1.1 Renovações no campo da História	22
1.2 A Cultura Escolar como categoria de análise da Instituição Escolar	25
1.3 Estudos sobre as Escolas Agrotécnicas Federais no Brasil	31
2 TRAJETÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL NO SÉCULO XX	36
2.1 Percurso do ensino agrícola no Brasil ao longo do século XX.	37
2.2 De Patronato Agrícola Rio Branco à Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	58
3 ESPAÇOS, TEMPOS E SUJEITOS ESCOLARES	70
3.1 O Sistema Escola-Fazenda	71
3.2 O currículo escolar	77
3.3 Tempos e Espaços escolares	82
3.4 Sujeitos Escolares	88
3.4.1 Os Diretores	89
3.4.2 Os Técnicos-Administrativos	92
3.4.3 O corpo Docente	93
3.4.4 Processo de seleção e a origem do Discente	96
4 PRÁTICAS ESCOLARES DE UM PROFESSOR DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	100
4. 1 Análise e interpretação dos dados	105
5 PRODUTO EDUCACIONAL: <i>E-BOOK</i>: O SISTEMA ESCOLA FAZENDA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	126
5.1 A produção do Produto Educacional	126
5.2 Avaliação e Validação do Produto	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	140
DOCUMENTOS CONSULTADOS	143
APÊNDICE A – Técnicos-Administrativos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993)	150
APÊNDICE B – Docentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993)	160
APÊNDICE C – Ficha de Validação do Produto Educacional	174

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2021 o Campus Manaus Zona Leste (CMZL), do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), completa 13 anos, contados a partir da sanção do Decreto nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta dissertação, situada na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Manaus Centro (CMC), teve como objetivo compreender a cultura e as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM entre 1979 a 1993, que se insere na história anterior do CMZL, no seu percurso histórico.

O CMZL origina-se na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, que, por sua vez, remonta ao Patronato Agrícola Rio Branco, criado pelo Decreto nº16.082, de 26 de julho de 1923, no então Território Federal do Acre, atual estado do Acre. Esse Patronato foi posteriormente transformado em Aprendizado Agrícola e pelo Decreto-Lei nº 2.255, de 30 de maio de 1940, foi transferido para o estado do Amazonas, sendo instalado em 19 de abril de 1941, no local chamado Paredão, hoje atual Estação Naval Rio Negro (IFAM, 2019).

Este Aprendizado Agrícola passou a ser denominado de Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas através do Decreto-lei nº 9.758, de 5 de setembro de 1946, conforme Albuquerque (1984). Posteriormente, foi denominado Ginásio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto-Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Foi comutado à categoria de Colégio em 1972, passando a denominar-se Colégio Agrícola do Amazonas. No mesmo ano foi transferido para suas instalações na Zona Leste da cidade de Manaus-AM, onde permanece até hoje, como CMZL do IFAM.

Pelo Decreto-Lei nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, o Colégio Agrícola do Amazonas passou a ser denominado Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, transformando-se em autarquia educacional de regime especial pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Em face da Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM tornou-se campus do IFAM e passou a denominar-se IFAM, Campus Manaus Zona Leste (IFAM, 2019).

Inicialmente a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM situava-se no km 08 da estrada do Aleixo, segundo o seu Regulamento Interno de 1998, no que se denominava como uma área rural da Zona Leste da cidade de Manaus-AM. Ela

continuou neste local, porém, o seu entorno foi se urbanizando e a estrada do Aleixo mudou de denominação, passando assim a se denominar na Avenida Cosme Ferreira, no bairro São José Operário.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM inicialmente ofertava o curso Técnico em Agropecuária em nível de 2º Grau. Porém, com as mudanças que ocorreram com a reforma implementada pelo Decreto nº 2.208/97, ela teve autorização para oferecer cursos de Manejo Florestal, Recursos Pesqueiros, Zootecnia e Secretariado, como aponta Lima (2008). Após a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a assinatura do Decreto nº 5.154/04, esta instituição escolar formava profissionais nos cursos técnico em Agropecuária, Manejo Florestal, Recursos Pesqueiros, e Secretariado, como sinaliza Alves (2009).

Como já indicado, o objeto desta pesquisa foi a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. O recorte temporal foi definido tendo em vista o ano em que ela se tornou Escola Agrotécnica – 1979 – até o ano no qual se tornou autarquia educacional – 1993, o que alterou significativamente sua estrutura.

Este recorte considera o contexto em que a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM esteve subordinada diretamente à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI); à Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG); à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE); e à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), como aponta Souza (2011).

Neste período também a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM tinha como modelo de funcionamento o Sistema Escola-Fazenda, cujo os eixos principais compreendiam: as Salas de Aula, as Unidades Educativas de Produção e a Cooperativa-escola, que deveriam funcionar de forma integrada e interligada entre si. Este sistema era generalizado para todas as escolas da rede das Agrotécnicas Federais e manteve-se como parâmetro até pelo menos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, como afirmam Bulchi (2005) e Oliveira (2007).

A escolha da Escola Agrotécnica Federal de Manaus se justifica diante da necessidade de entender a dinâmica interna de uma instituição escolar voltada para o ensino agrícola, para além das legislações educacionais que as definem. Na mesma perspectiva advogada pelo historiador Dominique Julia (2001), que sem negar as contribuições fornecidas pelas problemáticas do ensino, que, segundo ele, até então haviam se revelado externalistas demais em relação às instituições escolares, propõe

aos historiadores da educação fazer um estudo das práticas cotidianas da escola, do seu funcionamento, de buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular.

Desse modo, partimos da seguinte inquietação: como era a cultura e as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus no período de 1979 a 1993? Face a esta inquietação, a pesquisa seguiu as seguintes questões norteadoras: como era a dinâmica do tempo-espaço escolar? Quem eram os sujeitos escolares? Como eram as práticas escolares dos professores daquela instituição?

Nosso objetivo geral foi compreender a cultura e práticas escolares dos professores na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM entre 1979 e 1993. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos: (i) identificar a dinâmica do tempo-espaço escolar; (ii) identificar as agentes escolares (professores, alunos e administrativos); (iii) analisar os relatos das práticas escolares de cinco professores que trabalharam nesta instituição no período pesquisado.

Ao refletirmos sobre as questões apresentadas nesta pesquisa, partiremos das reflexões sobre a cultura escolar apresentada por Antônio Viñao Frago (1995) e Dominique Julia (2001). Viñao Frago (1995) entende a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, que

Inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do trabalho escolar -, objetos materiais – função, uso, distribuição em espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... -, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas. (1995, p. 68-69)

Assim, para Viñao Frago (1995) a cultura escolar é toda a vida escolar, ou seja, fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. Porém, segundo ele, neste conjunto há alguns elementos que moldam e definem a mente e as ações humanas, como o espaço e o tempo escolar que afetam o ser humano em sua própria consciência interior, em todos os seus pensamentos e atividades, de modo individual, grupal e como espécie em relação com a natureza.

Julia (2001, p.10), por sua vez, define cultura escolar como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Contudo, Julia ressalta que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período da história, com um conjunto de culturas que lhe são contemporâneas. Segundo ele, as normas e práticas também não podem ser analisadas sem levar em conta o corpo profissional que é chamado a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação (JULIA, 2001).

As acepções de Viñao Frago e Dominique Julia sobre a cultura escolar podem ser vistas, nesta pesquisa, como complementares, pois uma aborda sobre o espaço e os tempos escolares e a outra sobre as práticas escolares na instituição de ensino, contribuindo assim na análise da cultura e práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM entre 1979 a 1993.

A abordagem qualitativa apresentou-se como mais adequada na análise do objeto estudado, pois, nesta abordagem segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 21), possibilita ao pesquisador trabalhar com o universo dos “significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes”.

O procedimento metodológico desta pesquisa segue as recomendações do historiador espanhol Julio Aróstegui (2006), o qual salienta que o procedimento pelo qual o historiador aborda o problema de construir uma representação do histórico e de explicar por que os fatos são como são obedece a mesma lógica que qualquer outro método científico social.

Quanto aos meios, a investigação foi feita através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica, conforme Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003, p.183), “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito, sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando à conclusão inovadora”.

Já a escolha por uma pesquisa documental nos possibilita complementar informações sobre a história da instituição escolar pesquisada. Além disso, como afirmam Menga Lüdke e Marli André (2020, p. 45), “os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas as evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador”.

A pesquisa bibliográfica deu-se através da consulta nos Bancos de Teses e Dissertações, de revistas especializadas, e livros que versavam sobre a temática. Quanto às fontes documentais, buscamos informações no Portal da Câmara dos

Deputados, no Diário Oficial da União, na plataforma do Google, e nos anexos da dissertação de mestrado de Maria José Ramos de Albuquerque (1984).

É importante enfatizar que buscávamos encontrar no arquivo da instituição pesquisada documentos pertinentes aos objetivos desta pesquisa, como plantas baixas dos prédios da instituição, editais de seleção de estudantes e professores, ficha de matrícula dos estudantes, Regulamento Interno dos alunos, Plano Geral de Ensino da instituição, diários de classe dos professores, planos de aulas ou cadernos de planejamentos dos professores, materiais didáticos, fotografias, etc., porém, em decorrência do contexto da Pandemia do COVID 19, isso não foi possível.

Quanto à pesquisa de campo, ela se deu através de uma entrevista com um roteiro semiestruturado com um professor que trabalhou na escola no período pesquisado. A entrevista, como afirmam Lüdke e André (2020), é uma poderosa técnica de trabalho de enorme utilidade para a pesquisa em educação. Vale salientar que buscávamos encontrar pelo menos cinco docentes disponíveis para entrevista, mas diante do contexto pandêmico isso também não foi possível.

A técnica utilizada nesta pesquisa na análise dos dados foi a Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016), que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". (2016, p. 48).

Assim, seguimos as três importantes fases recomendadas pela autora na Análise de Conteúdo, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento do resultado obtido.

Para melhor compreensão, esta dissertação se encontra dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado "A instituição escolar como objeto de pesquisa", buscamos apresentar o nosso referencial teórico partindo das mudanças que ocorreram no campo da historiografia e nas pesquisas sobre a história da educação no Brasil, bem como, a discussão entorno da cultura escolar como categoria de análise. Além disso, neste capítulo, fizemos um estado da arte sobre pesquisas que

tiveram como lócus ou objeto as Escolas Agrotécnicas Federais e a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

Como base para discutir a renovação historiográfica no século XX, utilizamos Gatti Júnior (2002), Gatti Júnior e Pessanha (2005), Burke (1992, 2008, 2010), Ginzburg (2006) e Thompson (1987). Para discussão entorno da história das instituições escolares e da categoria cultura escolar, utilizamos Iêda e Iolanda (2009), Nosella e Buffa (2013), Gonçalves e Faria Filho (2005).

Para nos ajudar a analisar a cultura e as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, entre 1979 a 1993, nos assenhoreamos das reflexões sobre cultura escolar apresentadas por Viñao Frago (1995) e Julia (2001). Para tanto, consultamos os textos de Faria Filho *et al.* (2004) e Oliveira e Faria Filho (2011) buscando compreender a forma de análise de Viñao Frago e Julia, além do texto de Vidal (2005) que aponta uma série de fontes para quem deseja pesquisar sobre práticas escolares.

Para o estado da arte das pesquisas que se debruçaram sobre as Escolas Agrotécnicas Federais e a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, consultamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o resultado desse levantamento foi apresentado na terceira seção do primeiro capítulo.

No segundo capítulo, intitulado “Trajetória do ensino agrícola no Brasil no século XX”, buscamos apresentar a trajetória do ensino agrícola no Brasil desde 1910, quando foi regulamentado e estruturado o ensino agrícola no Brasil através do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, até os primeiros anos do século XXI. Neste processo buscamos entrelaçar a história de algumas instituições escolares de ensino agrícola e suas transformações ao longo deste período, bem como a história da instituição escolar em estudo no bojo de tais transformações.

Neste percurso do ensino agrícola buscamos sempre acompanhar a trajetória das instituições de ensino agrícola federal, inicialmente de nível primário e posteriormente de nível médio, deixando de lado, portanto, as instituições escolares do âmbito estadual e municipal. Tal escolha deu-se em função do nosso objeto de pesquisa ser uma instituição escolar federal.

Desse modo, apontamos os principais marcos na história do ensino agrícola que se desdobraram nessas instituições escolares. Entretanto, não buscamos discutir

de forma aprofundada o contexto sócio-político-econômico que se deu em cada marco, pois isso nos exigiria mais leitura e pesquisa sobre determinada conjuntura. Apenas buscamos apontar no bojo de tais conjunturas as principais mudanças que ocorreram no ensino agrícola no Brasil ao longo do século XX.

Para compreender tais mudanças no ensino agrícola e nas instituições escolares que ofertavam este ensino, nos apropriamos dos textos de Sobral (2009), Souza (2011), Oliveira (2007), Romanelli (2014), Ramos (2014), Albuquerque (1984), Issa (2018), Saviani (2008), Vieira (2016), Frigotto e Ciavatta (2003) e Frigotto *et al.* (2008). Assim como a análise dos Decretos, Leis e documentos pertinentes a cada marco do ensino agrícola.

Neste mesmo capítulo criamos uma seção intitulada “De Patronato Agrícola Rio Branco à Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM”, onde apresentamos a trajetória histórica da instituição escolar em estudo, desde 1923 até 2008. Neste percurso, verificamos sua criação no então Território do Acre, sua transferência para a propriedade do Paredão e posteriormente para suas instalações na estrada do Aleixo, bem como suas mudanças no bojo das transformações do ensino agrícola ao longo do século XX. Para tanto, nos apropriamos dos textos de Albuquerque (1984), Souza (2011), Alves (2009) e Lima (2008), bem como dos Decretos, Leis, Regulamentos, Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Documento do IFAM, Relatório de Souza-Araújo, Mensagens de governadores e interventores do Amazonas.

No terceiro capítulo, intitulado “Espaços, tempos e sujeitos escolares”, buscamos inicialmente discutir sobre o Sistema Escola-Fazenda implantado na Escola, em seguida demonstramos como funcionava nos espaços das Escolas Agrotécnicas Federais e na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, por último, apresentamos os sujeitos escolares da escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no contexto de 1979 a 1993.

Para entender o Sistema Escola-Fazenda, nos apropriamos dos textos de Sobral (2009), Koller e Sobral (2010), Souza (2011), Tavares (2007), Mizoguchi (1981), Biulchi (2005), Oliveira (2007). Em seguida, buscamos compreender o currículo escolar das Escolas Agrotécnicas Federais, para tanto, nos lançamos na análise da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus da educação brasileira, e dos pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação, o qual ficou encarregado de fixar as matérias do

currículo do 1º e 2º Graus. Para refletir sobre disciplinas, tempos e espaços escolares, utilizamos Viñao Frago (1995).

Posteriormente apresentamos os tempos e espaços escolares das Escolas Agrotécnicas Federais através de um documento intitulado “Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas” do MEC/SENETE, publicado no ano de 1990, o qual contou com a elaboração e colaboração de diferentes sujeitos escolares das Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil, inclusive da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

Em seguida, apresentamos como ocorriam as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, nos setores das UEP’s e em outros espaços, através das categorias “Práticas Escolares nas Unidades Educativas de Produção” e “Espaços e Tempos Escolares”, criadas a partir da leitura de uma entrevista feita com um professor que trabalhou nesta escola, no período pesquisado, cujo o processo analítico dos dados da entrevista foram expostos no quarto capítulo desta dissertação.

Por fim, apresentamos os sujeitos escolares que fizeram parte da história da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no contexto de 1979 a 1993. Para tanto, iniciamos apresentando sobre os diretores, depois os técnicos-administrativos, os docentes e, finalizamos, com os discentes.

Vale destacar que não tivemos acesso ao arquivo da instituição pesquisada. Desse modo, o nosso levantamento foi feito através do Diário Oficial da União, usando a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM”, do ano de 1979 a 1993. Além disso, utilizamos o Regimento Interno da COAGRI, Portarias do Ministério da Educação e Cultura, vídeo institucional da COAGRI, entre outros, e nos apropriamos de algumas informações do texto de Albuquerque (1984) e Alves (2009).

No quarto capítulo, intitulado “Práticas Escolares de um professor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus”, buscou-se analisar as práticas escolares de um professor que trabalhou na escola no período pesquisado.

Este capítulo foi a escritura do processo e resultado de uma entrevista cedida por um professor que trabalhou na instituição em estudo. Para a realização da entrevista semiestruturada nos baseamos em Lüdke e André (2020) e para análise dos dados e estruturação do capítulo utilizamos a Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2016).

A entrevista gerou 11 (onze) categorias, das quais duas foram trabalhadas no capítulo 03 e nove no capítulo 04. Como suporte teórico para análise e interpretação das categorias, utilizamos Dominique Julia (2001) e Maurice Tardif (2014).

No quinto capítulo foi apresentado o produto educacional oriundo desta pesquisa, no seu processo de produção, avaliação e validação. Trata-se de um *e-book*, sobre o Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no contexto de 1979-1993, com três capítulos, destinados a professores, estudantes e pesquisadores. No *e-book*, apresentamos um capítulo inédito, no sentido de tema que não foi explorado nesta dissertação, sobre a Zona Leste da cidade de Manaus e o processo de construção e instalação do então Colégio Agrícola do Amazonas na estrada do Aleixo.

Deste modo apresentamos aqui este percurso histórico da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no contexto de 1979-1993, para colaborar e instigar a discussão sobre história e memória da Educação Profissional Tecnológica no Brasil, visto que o todo é feito das partes.

1 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO OBJETO DE PESQUISA

Neste primeiro capítulo, apresentamos o referencial teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, a partir das renovações que ocorreram no campo da historiografia e nas pesquisas sobre a história da educação no Brasil, bem como, a discussão entorno da cultura escolar como categoria de análise. Além disso, neste capítulo, fizemos um estado da arte sobre algumas pesquisas que tiveram como lócus ou objeto as Escolas Agrotécnicas Federais e a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

Como base para discutir a renovação historiográfica no século XX, utilizamos Gatti Júnior (2002), Gatti Júnior e Pessanha (2005), Burke (1992, 2008, 2010), Ginzburg (2006) e Thompson (1987). Para discussão entorno da história das instituições escolares e da categoria cultura escolar, utilizamos lêda e Iolanda (2009), Nosella e Buffa (2013), Gonçalves e Faria Filho (2005).

Para nos ajudar a analisar a cultura e as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, entre 1979 a 1993, nos assenhoreamos das reflexões sobre cultura escolar apresentadas por Viñao Frago (1995) e Julia (2001). Para tanto, consultamos os textos de Faria Filho *et al.* (2004) e Oliveira e Faria Filho (2011) buscando compreender a forma de análise de Viñao Frago e Julia, além do texto de Vidal (2005) que aponta uma série de fontes para quem deseja pesquisar sobre práticas escolares.

Para o estado da arte concernente às pesquisas que se debruçaram sobre as Escolas Agrotécnicas Federais e a Escola Agrotécnica Federal de Manaus, consultamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o resultado desse levantamento será apresentado na terceira seção deste capítulo.

1.1 Renovações no campo da História

Décio Gatti Júnior (2002) diz que a pesquisa histórica passou por um intenso processo de renovação teórica e metodológica desde meados do século XX. Segundo ele, isto foi impulsionado pelo empenho em superar uma historiografia que, por um viés, produzia uma história essencialmente política, enquanto, por outro lado,

privilegiava os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção social.

De acordo com Peter Burke (1992), na historiografia tradicional a história era eminentemente política. Entretanto, Burke salienta que neste paradigma tradicional outros tipos de histórias não eram totalmente excluídos, porém, eram “marginalizados” aos olhos dos “verdadeiros” historiadores.

O autor também diz que o paradigma tradicional oferecia uma visão de cima, dos grandes homens, estadistas, generais e eclesiásticos, deixando o resto da humanidade a um papel secundário na história (BURKE, 1992). No entanto, essas premissas do paradigma tradicional começaram a “corroer” a partir do movimento historiográfico francês, os *Annales*, encabeçado por Marc Bloch e Lucien Febvre na segunda década do século XX.

O movimento dos *Annales* entre 1920 a 1989 é classificado por Burke (2010) em três gerações. A Primeira, datada de 1920 a 1945, caracterizou-se pela “guerrilha contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos”. A Segunda geração surgiu após a Segunda Guerra Mundial, tendo como figura central Fernand Braudel. E, a Terceira se iniciou por volta de 1968, sendo “marcada pela fragmentação” (BURKE, 2010, p. 13).

Gatti Júnior (2002) pondera que, de fato, os historiadores dos *Annales* romperam com diversos alicerces da historiografia tradicional, pois, segundo esse autor, eles:

Destruíram a noção do central e do periférico na abordagem historiográfica, dispuseram-se, pelo menos Bloch e Braudel, a analisar as estruturas do processo social, alargaram a noção de documento histórico, abandonaram a narrativa exclusiva dos feitos dos grandes homens, buscando dar visibilidade a novos personagens históricos e provar a possibilidade de uma historiografia profissional fora dos marcos preconizados pela tradição positivista. (2002, p. 09).

Burke (2010) ressalta que, no decorrer dos anos de 1960 e 1970, ocorreu uma importante mudança de interesse nos projetos dos *Annales*. Nesse contexto, alguns historiadores dos *Annales* migraram de estudos sobre a base econômica e voltaram-se para as manifestações culturais, eles foram “do porão ao sótão” (BURKE, 2010).

Se na França observamos o desenvolvimento do movimento historiográfico dos *Annales*, na Itália, no final dos anos de 1960, houve a ascensão de uma nova

abordagem historiográfica, a Micro-História, associado a um grupo de historiadores italianos, como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi.

A ascensão da Micro-História se explica, segundo Burke (2008), como uma reação contra

um certo estilo de história social que seguia o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais (2008, p. 61).

Carlo Ginzburg, por exemplo, em seu famoso livro intitulado “O queijo e os vermes”, se assenhorou de uma vasta documentação para narrar a história de um moleiro italiano chamado Menocchio, a fim de reconstruir suas leituras e discussões, seus pensamentos e sentimentos, e sua cultura e o contexto social (GINZBURG, 2006).

Na vertente marxista Inglesa, alguns historiadores como Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, romperam tanto com a historiografia tradicional como com a historiografia do “marxismo vulgar”, e desviaram-se para uma história sociocultural.

Edward Thompson, por exemplo, rejeitou a explicação de base e superestrutura de classe e dedicou-se na forma como ela ocorre efetivamente nas relações humanas. Para ele, a classe é “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 1987, p. 09).

Thompson, em seu estudo sobre “A Formação da Classe Operária Inglesa”, dizia que a “experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção”, e a consciência de classe é “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Neste processo de renovação no campo historiográfico e o diálogo dos historiadores com a antropologia desde o final dos anos de 1960 teve como mudança significativa o uso do termo “cultura” no plural, em um sentido cada vez mais amplo (cf. BURKE, 2008).

Burke (2008) conta que o termo “cultura”, antes relacionado à “alta” e “baixa” cultura ou às artes e às ciências, foi ampliado abrangendo uma ampla gama de artefatos e práticas. O autor ressalta que esse novo uso da noção de cultura não é

recente, pois Edward Tylor em 1871 já havia apresentado uma definição semelhante, o qual era descrita como “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Este encontro entre historiadores e antropólogos inspirou a renovação da história cultural, que passou a ser chamada de nova história cultural. A expressão “nova história cultural” entrou em uso no final da década de 1980. O termo “nova” serve para diferenciá-la das formas mais antigas de história cultural e a palavra “cultural” distingue-a da história intelectual com bases em ideias ou sistemas de pensamento (BURKE, 2008).

A nova história cultural, nas palavras de Gatti Júnior e Eurize Pessanha (2005), se caracteriza

por seus procedimentos e sua estrutura interdisciplinar, pela substituição da história das mentalidades, pela elaboração de uma história da cultura material e do mundo das emoções, das representações e das imagens mentais. (2005, p. 75)

lêda Viana e Iolanda Cortelazzo (2009) explicam que, sob a influência da nova história cultural, muitos pesquisadores da educação no Brasil passaram a olhar para a internalidade da escola, iniciando um processo de desvelamento de questões e práticas escolares.

1.2 A Cultura Escolar como categoria de análise da Instituição Escolar

Nas últimas décadas no Brasil a cultura escolar como perspectiva de análise vem se destacando em estudos que procuram compreender a dinâmica interna e externa das instituições escolares.

Paolo Nosella e Ester Buffa (2013) dizem que os estudos sobre instituições escolares se desenvolveram, principalmente, a partir dos anos de 1990, porém, segundo eles, alguns estudos antecedem esse período. Desse modo, estes autores apontam três momentos desta historiografia.

O primeiro momento é situado nas décadas de 1950 e 1960. Nesse período, segundo Nosella e Buffa (2013, p. 17), ainda que “educação e sociedade” fosse o principal tema de pesquisas, encontram-se alguns estudos sobre as instituições escolares, como a Tese de doutoramento de José Ferreira de Carrato intitulada “As

Minas Gerais e os primórdios do Caraça” e o trabalho de Maria Aparecida Rocha Bauab cujo o título era “O Ensino Normal na Província de São Paulo (1846-1889): subsídios para o estudo normal no Brasil-Império”.

O segundo momento é situado nas décadas de 1970 e 1980, sendo marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação, durante o regime militar. Nesse contexto, conforme Nosella e Buffa (2013), os temas como:

sociedade de classes, base material da sociedade, atividade ideológica, compromisso político e competência técnica, formação de professores, democratização da escola, reprodução simbólica e organização escolar. (2013, p. 18)

Eram considerados os mais autênticos, enquanto o tema “instituições escolares” servia como pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral.

O terceiro momento teve início na década de 1990 e caracteriza-se pela consolidação dos Programas de Pós-Graduação. É nesse terceiro momento que segundo Nosella e Buffa (2013, p. 19) são privilegiados temas como “cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares”.

Nos últimos anos, os estudos sobre as instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os pesquisadores, sobretudo, no âmbito da história da educação. Tais estudos privilegiam a instituição escolar em sua materialidade em seus vários aspectos. A noção de “cultura escolar” tem sido bastante utilizada como uma categoria abrangente destas análises (NOSELLA; BUFFA, 2013).

A cultura escolar como categoria de análise vem sendo utilizada por muitos pesquisadores brasileiros para a produção de um novo olhar sobre as instituições escolares. Este novo olhar, segundo Irlen Gonçalves e Luciano Faria Filho (2005, p. 33), tem permitido, além de um diálogo com diversos historiadores e estudiosos de outros campos do saber, “uma ampliação do repertório dos estudos sobre a escola e o seu processo de institucionalização na realidade brasileira”.

Nesta perspectiva de análise, não é suficiente estudar a instituição escolar apenas a partir de sua externalidade através das políticas e legislações, é preciso, como nos apresenta Viana e Cortelazzo, muito mais que isso, pois

É necessário deslocar o olhar investigativo para o lugar praticado, revelar as práticas cotidianas dos atores escolares – os alunos, os professores, os gestores e os familiares -, tentar saber como estes sujeitos atuam, reagem, se comunicam, negociam, resistem, transformam as imposições externas e produzem criativamente saberes e práticas no ambiente escolar. (2009, p. 49)

A escola, de acordo com Viana e Cortelazzo (2009, p. 49), “(re)elabora, segundo sua dinâmica interna, as normas, os valores, as práticas comunitárias, dando-lhes uma nova configuração, mas sem se desligar de forma completa da cultura social mais ampla”.

Muitos estudiosos, de diversos campos disciplinares, a partir de suas óticas de explicação, tem contribuído para configuração da categoria de cultura escolar conforme Gonçalves e Faria Filho (2005), tais como: Jean-Claude Forquin, Antonio Viñao Frago, Dominique Julia, Antônio Nóvoa, Guy Vicent, Bernard Lahire, Daniel Thin, Jean Hébrad, André Chervel, Philippe Perrenoud, entre outros.

Para nos ajudar a analisar a cultura e as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus entre 1979 a 1993, utilizaremos reflexões sobre cultura escolar apresentadas por Antonio Viñao Frago (1995) e Dominique Julia (2001).

A escolha desses dois autores deu-se devido suas formulações concernentes à cultura escolar terem se deslocado do olhar que até então se concentrava nos processos externos da escola, para um olhar mais interno dessa realidade.

Antonio Viñao Frago é professor catedrático de História da Educação do Departamento de Teoria e História da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Murcia. Foi presidente da Sociedade Espanhola de História da Educação e membro do Comitê Executivo da *Internacional Standing Conference for the History of Educacion* (OLIVEIRA; FARIA FILHO, 2011).

Sua abordagem de investigação tem abrangido dimensões como: os espaços e os tempos escolares, as práticas de letramento, a cultura material escolar, os livros didáticos, a profissão docente, entre outros. Sua produção intelectual, de acordo com Oliveira e Faria Filho (2011, p. 94), “tem ajudado os historiadores da educação em todo mundo a refinar seu olhar sobre diferentes aspectos daquilo que ele caracterizou como culturas escolares”.

Viñao Frago prefere falar “cultura escolar” no plural - em “culturas escolares”, devido cada estabelecimento de ensino ou um conjunto de instituições escolares

possuírem uma determinada cultura. Para ele, a cultura escolar é um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização:

Inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do trabalho escolar -, objetos materiais – função, uso, distribuição em espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... -, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69)

Nesse sentido, para o autor, a cultura escolar é toda a vida escolar, ou seja, fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. Entretanto, nesse conjunto, Viñao Frago aponta três aspectos importantes para compreender a cultura escolar, a saber: o espaço, o tempo escolar e a linguagem. Pois, segundo ele, estes três elementos:

Afetam o ser humano em sua forma plena, em sua própria consciência interior, em todos os seus pensamentos e atividades, de modo individual, grupal e como espécie em relação com a natureza do qual faz parte. Conformam sua mente e suas ações. Conformam e são conformadas, por sua vez, por instituições educacionais. Daí sua importância. (*Idem*, p. 69).

Para Viñao Frago (1995) o espaço escolar não é neutro, pelo contrário, é sinal, símbolo e traço das condições e relações daqueles que o habitam. Segundo ele, o espaço escolar é uma espécie de discurso que institui em sua materialidade alguns marcos para aprendizagem sensorial e motora dos sujeitos escolares, assim como propaga diferentes símbolos estéticos, culturais e até ideológicos.

Viñao Frago (1995) aponta algumas abordagens para analisar o espaço escolar a partir desta perspectiva. Entre elas, a abordagem “estatigráfica”, a qual constitui um procedimento para analisar a realidade ao mesmo tempo material e mental do espaço como território.

Nesta abordagem, o autor em tela recomenda iniciar a partir da localização, buscando assim analisar sua condição e relação com o entorno, com outros espaços e lugares além do delimitado como escola, bem como sua área de atração e influência. A próxima etapa seria a consideração das relações entre áreas construídas e não construídas do estabelecimento escolar, dos edifícios e terrenos escolares, sua distribuição e uso. O passo seguinte seria a análise da disposição interna das áreas construídas, junto com a distribuição e os usos atribuídos às diferentes dependências.

Por fim, os espaços pessoais, buscando verificar a configuração física e posição interna de pessoas e objetos nas dependências concretas da instituição escolar (VIÑAO FRAGO, 1995).

Em relação ao aspecto temporal escolar, Viñao Frago (1995, p. 72) ressalta que ele é “diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais; um tempo aprendido que conforma aprendizagem do tempo; uma construção, em suma, cultural e pedagógica; um ‘fato cultural’”.

Viñao Frago (1995) pondera que o tempo escolar não é um simples esquema formal ou uma estrutura neutra, mas sim uma sequência, curso ou sucessão contínua de momentos em que distribuem os processos e ações do trabalho escolar. Para ele, o tempo escolar é pessoal, institucional e organizacional, concomitantemente.

De acordo com Viñao Frago (1995), do ponto de vista institucional, o tempo escolar aparece como um tempo prescrito e uniforme. Entretanto, de uma perspectiva individual, é um tempo plural e diverso. Segundo ele, o tempo escolar institucional oferece diversas configurações e níveis, como o de longa duração, que tem suas origens na própria estrutura do sistema educacional com seus ciclos, níveis, cursos e ritos de passagem ou exames; a estabelecida por calendários escolares, dos cursos ou anos acadêmicos, com seu começo, seu fim e suas interrupções festivas ou de férias; e a modalidade micro e a intra-história da instituição escolar, que define a distribuição das disciplinas e as atividades escolares: ano acadêmico, semestre, trimestre, bimestre, mês, semana, dia, manhã, tarde.

Viñao Frago (1995) chama atenção para compreendermos os aspectos do espaço e tempos escolares numa perspectiva do olho em movimento, de prestar atenção ao que mudar e observar o quanto nos movemos. O estudo deste tipo deve ser considerado, o social, o institucional e individual, junto com as ideias e fatos, objetos e práticas.

O historiador francês Dominique Julia, por sua vez, tem contribuído muito com reflexões da cultura escolar como objeto histórico, sua perspectiva de análise aborda vários eixos, tais como da análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares.

Dominique Julia foi diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), antigo professor do Instituto Universitário Europeu (Florença) e especialista em história religiosa e história da educação na época moderna (JULIA, 2001).

O texto deste estudioso que tem sido referência bastante utilizada pelos pesquisadores brasileiros da história da educação é o artigo intitulado “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”, fruto de uma conferência de encerramento do XV Congresso da Associação Internacional de História da Educação, realizado em Lisboa em 1993, sendo publicado em 1995 na Revista *Paedagogica Histórica* e traduzido para o português em 2001 na primeira edição da Revista Brasileira de História da Educação.

No artigo, Julia (2001) define o que ele entende por cultura escolar, a qual pode ser descrita

como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (2001, p. 10)

Entretanto, Julia ressalta que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período da história, com um conjunto de culturas que lhe são contemporâneas.

Ele também enfatiza que as “normas” e “práticas” não podem ser analisadas sem levar em consideração os professores que são chamados a “obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação” (JULIA, 2001, p. 10-11).

De acordo com Julia (2001), as problemáticas levantadas pelos estudiosos da Educação nos anos de 1970 e 1980 haviam sido refinadas consideravelmente, porém, segundo ele, desconhecera em grande parte o estudo das práticas escolares. Diante disso, Julia, sem negar as contribuições fornecidas pelas problemáticas do ensino, a qual revelaram-se, segundo ele, “externalistas” demais em relação às instituições escolares, propõem aos historiadores da educação fazer um estudo das práticas cotidianas da escola, do seu funcionamento interno, de buscar compreender o que ocorre nesse espaço em particular.

Para Julia (2001, p.13), o estudo da história das disciplinas escolares pode constituir uma história renovada da educação, pois ela “tenta identificar, tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas”, o que ocorre nos espaços das instituições escolares.

Julia convidava os historiadores da educação a fazer um inventário sistemático das práticas pedagógicas, período por período. Isso permitiria compreender as continuidades e modificações que surgem de geração a geração.

Para uma investigação das práticas escolares, Diana Vidal (2005) aponta algumas fontes escolares, como exercícios, cadernos, provas, diários de classe, cartazes, quadro, entre outros; bem como fotografias, autobiografias, história oral e de vida. A análise destas fontes, segundo ela, permite o entendimento do conjunto dos fazeres no interior da escola.

As duas acepções externadas nos textos de Viñao Frago e Dominique Julia sobre a cultura escolar podem ser vistas como complementares para o nosso trabalho, pois uma aborda sobre o espaço e os tempos escolares e a outra sobre as práticas escolares na instituição de ensino, ajudando assim na análise da Cultura e Práticas Escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus entre 1979 a 1993.

1.3 Estudos sobre as Escolas Agrotécnicas Federais no Brasil

Para a escritura dessa seção foi realizado um levantamento de Teses e Dissertações, até o ano de 2020, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (TEDE-UFRRJ), e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se como parâmetro, as palavras-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM” e “Escola Agrotécnica Federal”.

Na plataforma da BDTD, ao colocar a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM”, apareceram 8 resultados, dos quais apenas dois trabalhos se aproximam com a nossa proposta de pesquisa. Um trata-se da Dissertação de Mestrado de Maria José Ramos de Albuquerque (1984) e outro da Dissertação de Mestrado de José Eurico Ramos de Souza (2011), que serão apresentados mais adiante.

Ao colocar a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal” na plataforma da BDTD, apareceram 124 resultados, dos quais muitos trabalhos abordam sobre essas instituições escolares no período que antecede 1970 ou posterior aos anos 1990, contudo, dentre eles, tinha a Dissertação de Mestrado de Gleice Izaura da Costa Oliveira (2007) que faz todo um percurso da história da Escola Agrotécnica Federal

de Castanhal-PA, desde quando foi criado como Patronato Agrícola na década de 1920 até os anos 1990.

Já na plataforma da TEDE-UFRRJ, ao colocar a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM” ou “Escola Agrotécnica Federal” e refinar a busca pela Área de Conhecimento “Educação” e “Ciências Humanas”, apareceram 880 resultados, dos quais encontrou-se a Dissertação de Mestrado de Jaime Cavalcante Alves (2009), que discute “Agroecologia e Currículo na formação do Técnico em Agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM”.

Nesse ínterim, também foi feita uma busca na plataforma Google com a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM” e encontrou-se a Dissertação de Mestrado de Maria Francisca Morais de Lima intitulada “As implicações do decreto 2.208/97 na Escola Agrotécnica Federal de Manaus”, defendida em 2008 na Universidade Federal do Amazonas.

Na plataforma do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, por sua vez, colocou-se a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM” e filtrou-se a pesquisa através da busca avançada delimitando em: (i) Tipo: Dissertação e Tese; (ii) Ano: 2013-2020; (iii) Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas; (iv) Área do Conhecimento: Educação; (v) Área de Avaliação: Educação; (vi) Área de Concentração: Educação; (vii) Nome do Programa: Educação e Administração.

Após esse filtro, apareceram 15.464 resultados, dos quais, ao ler seus títulos, nenhum trabalho versava sobre a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

Fez-se o mesmo filtro com a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal” na plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, do qual apareceram 9.175 resultados. Ao ler seus títulos, encontrou-se as Teses de Doutorado de Vieira (2016) e Issa (2018), que se aproximavam mais com a nossa proposta de pesquisa.

Isto posto, apresentamos a partir de agora os trabalhos encontrados nessas plataformas depositárias de pesquisas. Começamos pelos trabalhos referentes à Escola Agrotécnica Federal de Manaus a partir do ano de publicação de cada pesquisa.

Assim, de uma forma precursora, encontramos a Dissertação de Mestrado de Maria José Ramos de Albuquerque intitulada “Os técnicos na produção dos ribeirinhos do Amazonas”, defendida em 1984 na Fundação Getúlio Vargas.

Em sua pesquisa, Albuquerque estuda principalmente a relação educação/trabalho dos egressos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus junto aos

pequenos produtores da várzea do município de Manacapuru no Estado do Amazonas. Além disso, ela nos apresenta no capítulo dois de sua dissertação diversas características na formação dos técnicos egressos desta instituição escolar na virada da década de 1970.

Outra referência que encontramos é a Dissertação de Mestrado de Maria Francisca Morais de Lima intitulada “As implicações do decreto 2.208/97 na Escola Agrotécnica Federal de Manaus”, defendida em 2008 na Universidade Federal do Amazonas.

No seu trabalho, Lima objetivou apresentar os reflexos da implantação da política da educação profissional, estabelecida pelo Decreto 2.208/97 e pela Portaria 646/97, na Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Além disso, em sua dissertação são apontados diversos aspectos e informações sobre a Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Por fim, encontramos a Dissertação de Mestrado de Jaime Cavalcante Alves intitulada “Agroecologia e Currículo na formação do Técnico em Agropecuária na EAF Manaus: uma contribuição ao debate”, defendida em 2009 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A pesquisa de Alves teve como objetivo analisar os elementos que sustentava a proposta curricular e as ações pedagógicas da Escola Agrotécnica Federal de Manaus no ensino técnico em Agropecuária, identificando se essas ações e/ou propostas estavam voltadas para as características e peculiaridades regionais, e se possibilitava a formação crítica, ética, e intelectual dos estudantes formados por esta instituição escolar. Em sua dissertação também são externados diversos aspectos sobre a Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Vale apresentar também, no bojo de tais trabalhos, a Dissertação de Mestrado de José Eurico Ramos de Souza intitulada “As reformas da Educação Profissional e a Diversidade Cultural: um estudo de caso na Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira”, defendida em 2011 na Universidade Federal do Amazonas.

Em sua dissertação, Souza tem como principal objetivo analisar as reformas da educação profissional frente à diversidade cultural da região do alto Rio Negro, procurando discutir os impactos que ocorreram devido às Reformas da Educação Profissional implantadas na Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira-AM, frente à grande diversidade étnica e cultural da região.

Para tanto, Souza fez um estudo das reformas da educação profissional e do percurso histórico do Ensino Agrícola no Brasil; contextualizou as ações políticas de ocupação e os projetos educacionais para São Gabriel da Cachoeira; e analisou a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira procurando conhecer os caminhos percorridos por ela e as percepções dos que trabalhavam na escola sobre essa trajetória. Nesse processo, em diversas passagens do seu trabalho, Souza fez relação com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

As Dissertações de Albuquerque (1984), Lima (2008), Alves (2009) e Souza (2011) apresentam diversos elementos importantes sobre ou da Escola Agrotécnica Federal de Manaus que serão discutidos ao longo do nosso trabalho.

No que se refere aos estudos voltados para as Escolas Agrotécnicas Federais no Brasil e que se aproximam com a nossa proposta de pesquisa, podemos mencionar a Dissertação de Mestrado de Gleice Izaura da Costa Oliveira intitulada “De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?”, defendida em 2007 na Universidade Federal do Pará.

Seu trabalho insere-se no campo da História do Currículo e tinha como objetivo central pesquisar as mudanças e permanências curriculares identificadas em decorrência das diferentes prescrições oficiais que foram implementadas na então Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-PA, desde sua criação como Patronato Agrícola Manoel Barata até as reformas implantadas a partir da LDB/96.

Para tanto, a autora primeiramente buscou desvelar as condições sócio-político-econômicas vividas pelo Brasil e pelo Estado do Pará durante a República até a década de 1990; em seguida identificou as políticas que foram estabelecidas para o ensino agrícola, e, finalizou delimitando quais as influências desta realidade mais ampla no currículo oficial adotado pela Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-PA.

Outro trabalho que podemos mencionar é a Tese de Doutorado de Lívia Carolina Vieira intitulada “História da educação agrícola do sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948–1985)”, defendida em 2016 na Universidade Federal de São Carlos.

Seu trabalho situa-se no campo da História das Instituições Escolares e teve como objeto de pesquisa a Escola Agrícola de Muzambinho localizada no Estado de Minas Gerais. Em sua pesquisa, Vieira objetivou analisar o processo de criação,

instalação e a proposta de educação para preparação dos técnicos agrícolas dessa Escola.

Para tanto, analisou a implementação do Sistema Escola-Fazenda durante a ditadura militar utilizando diversas fontes documentais escolares, além de jornais, fotografias, documentos oficiais e entrevistas a ex-alunos e profissionais que trabalharam nesta Escola.

A Tese de Doutorado de Silvia Aparecida Caixeta Issa intitulada “Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978–1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano”, defendida em 2018 na Universidade Federal de Uberlândia, é mais um trabalho que podemos mencionar.

A pesquisa de Issa objetivou analisar a estrutura institucional e as práticas formativas desenvolvidas na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, as quais foram configuradas por relações econômicas e produtivas inseridas no contexto regional e na política de desenvolvimento da agropecuária no país e no Estado de Goiás no período entre os anos de 1978 a 1986.

Em seu trabalho, a autora busca também discutir a cultura escolar produzida pela instituição que implantou o Sistema Escola – Fazenda, a qual promoveu, segundo ela, uma cultura escolar agrícola nos diferentes espaços da escola analisada, através de suas ações pedagógicas e da comunidade escolar.

A Dissertação de Mestrado de Oliveira (2007) e as duas Teses de Doutorado mencionadas anteriormente junto com outros trabalhos referentes ao ensino agrícola no Brasil, que foram encontrados posteriormente a este levantamento, estarão presentes em nossas discussões ao longo da pesquisa.

Neste percurso da pesquisa evidenciamos diversas pesquisas, as quais agora se soma a presente dissertação.

2 TRAJETÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL NO SÉCULO XX

Neste capítulo, a nossa abordagem parte do período republicano, tendo como marco o ano de 1910 quando foi regulamentado e estruturado o ensino agrícola no Brasil através do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, até a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Neste percurso do ensino agrícola buscamos sempre acompanhar a trajetória das instituições de ensino agrícola federal, inicialmente de nível primário e posteriormente de nível médio, deixando de lado, portanto, as instituições escolares do âmbito estadual e municipal. Tal escolha deu-se em função do nosso objeto de pesquisa que é uma instituição escolar federal.

Desse modo, apontamos os principais marcos na história do ensino agrícola que se desdobraram nessas instituições escolares. Entretanto, não buscamos discutir de forma aprofundada o contexto sócio-político-econômico que se deu em cada marco, pois isso nos exigiria mais leitura sobre determinada conjuntura. Apenas buscamos apontar no bojo de tais conjunturas as principais mudanças que ocorreram no ensino agrícola no Brasil ao longo do século XX.

Para compreender tais mudanças no ensino agrícola e nas instituições escolares que ofertavam este ensino, nos apropriamos dos textos de Sobral (2009), Souza (2011), Oliveira (2007), Romanelli (2014), Ramos (2014), Albuquerque (1984), Issa (2018), Saviani (2008), Vieira (2016), Frigotto e Ciavatta (2003) e Frigotto *et al.* (2008). Assim como a análise dos Decretos, Leis e documentos pertinentes a cada marco do ensino agrícola.

Neste mesmo capítulo criamos uma seção intitulada “De Patronato Agrícola Rio Branco à Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM”, onde apresentamos a trajetória histórica desta instituição escolar desde 1923 até 2008. Neste percurso, apontamos sua criação no então Território do Acre, sua transferência para o local chamado Paredão e posteriormente para suas instalações na estrada do Aleixo, bem como suas mudanças no bojo das transformações do ensino agrícola ao longo do século XX. Para tanto, nos apropriamos dos textos de Albuquerque (1984), Souza (2011), Alves (2009) e Lima (2008), bem como dos Decretos, Leis, Regulamentos, Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Documento do IFAM, Relatório de Souza-Araújo, Mensagens de governador e interventores do Amazonas.

2.1 Percurso do ensino agrícola no Brasil ao longo do século XX.

A nossa abordagem, neste capítulo, parte do período republicano tendo como marco o ano de 1910, quando foi regulamentado e estruturado o ensino agrícola no Brasil através do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910.

Esse ato estava atrelado a uma política educacional que visava à modernização do campo brasileiro e conter a migração camponesa para os centros urbanos que estavam em ascendência no contexto da Primeira República (1889-1930). Conforme Francisco Sobral (2009), nesse período, além da ideia de progresso vista como decisiva na superação do atraso que o Brasil se encontrava quando comparado aos países europeus, o problema migratório para as cidades foi visto pelos grupos dominantes como uma constante ameaça, sendo preciso contê-la e fixar o homem no campo. A educação foi um dos instrumentos pensados por políticos e educadores para tal empreendimento.

Naquele contexto, o ensino agrícola instituído por meio do Decreto nº 8.319/1910 foi dividido em diferentes categorias, distribuídas em todos os níveis de ensino brasileiro da época, a saber:

1º Ensino Superior. 2º Ensino Médio ou teórico prático. 3º Ensino Prático. 4º Aprendizados Agrícolas. 5º Ensino primário agrícolas. 6º Escola especiais de agricultura. 7º Escolas domésticas agrícolas. 8º Cursos ambulantes. 9º Cursos conexos com o ensino agrícola. 10º Consultas agrícolas. 11º Conferências agrícolas. (BRASIL, 1910, p. 1-2).

Entre tais categorias de ensino agrícola e instituições escolares que surgiram para ofertar esse tipo de ensino, vamos versar sobre os Aprendizados Agrícolas Federais e os Patronatos Agrícolas Federais em função do nosso objeto de pesquisa, que ao longo de sua trajetória foi uma dessas instituições.

Os Aprendizados Agrícolas Federais foram criados e instalados a partir de 1910 em diferentes regiões do Brasil. Eles ofertavam ensino primário e educação profissional agrícola destinados de preferência aos filhos dos trabalhadores rurais que quisessem instrução em diferentes serviços agropecuários com as modernas práticas agrônômicas da época (BRASIL, 1910).

De acordo com o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, para sua admissão, o estudante deveria ter no mínimo catorze anos de idade e no máximo dezoito, além de uma boa conduta e constituição física que o tornasse apto aos serviços do campo. O curso profissional tinha duração de dois anos e o ensino deveria ser exclusivamente prático com complementação de noções elementares durante as atividades práticas.

Além disso, nos Aprendizados Agrícolas o ensino primário deveria ser mantido para os jovens que ainda não o possuísem, bem como cursos práticos de curta duração para adultos e, dependendo da posição do diretor da instituição, a possibilidade de ensino primário noturno para adultos.

De acordo com José Eurico Ramos de Souza (2011), o percurso dos Aprendizados Agrícolas Federais foi marcado por avanços e retrocessos, transferências de localização e mudanças de denominação. Tanto que, segundo ele, no ano de 1914 havia oito estabelecimentos dessa natureza, e dois anos depois só quatro continuavam em funcionamento. Porém, essa realidade mudou na década de 1930, quando muitos Patronatos Agrícolas Federais foram transformados em Aprendizados.

Os Patronatos Agrícolas Federais, por sua vez, foram criados a partir de 1918 com o objetivo de propiciar educação moral, cívica, física e profissional dos menores desvalidos que fossem postos à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio tanto pelas autoridades judiciárias ou policiais, quanto pelas famílias ou responsáveis dos menores (BRASIL, 1919).

Nesse contexto, de acordo com Gleice Izauro da Costa Oliveira (2007) os debates sobre a situação da pobreza acirraram-se na busca de medidas que buscassem adaptar as classes pobres ao processo de produção industrial e a modernização do campo. Além disso, segundo a autora, a infância e a adolescência desvalida preocupavam os governantes da época, pois na visão deles esse segmento da população comprometia, com o seu comportamento, o desenvolvimento dos ambientes urbanos organizados como modelos de civilização.

Oliveira (2007) também destaca que nesse período existia uma alta taxa populacional brasileira analfabeta. Isto, segundo ela, passa a ser visto como problema a ser solucionado, uma vez que as técnicas de leitura e escrita estavam se tornando instrumentos de integração naquele contexto social, e a instrução das classes menos

favorecidas era vista como fundamental nesse processo, pois era necessário alinhá-las aos princípios de ordem e progresso, de civilização e modernidade.

Os Patronatos Agrícolas Federais foram criados para educar esse segmento populacional, tendo um duplo papel: atuando como um instrumento de prevenção social e fornecendo mão-de-obra para os setores agrários menos dinâmicos (SOUZA, 2011).

Essas instituições escolares ofertavam ensino primário e profissional agrícola. O ensino deveria ser intuitivo, prático e com noções teóricas objetivas durante as atividades práticas. Para ingressar nesta instituição, o estudante deveria ser reconhecidamente desvalido, com idade de 10 a 16 anos, que não fosse delinquente, ou que sofresse doença contagiosa, lesão ou deficiência orgânica que o inabilitasse para os serviços agropecuários (BRASIL, 1919).

De acordo com Souza (2011), de 1918 ao final da década de 1920 houve uma expansão dos Patronatos Agrícolas Federais para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo registrado nesse período um total de 23 instituições dessa natureza, distribuídas em diversos Estados brasileiros.

Já na Era Vargas (1930-1945), principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), houve uma série de mudanças na organização do ensino no Brasil. Ainda no início dessa Era foram instituídas as reformas “Francisco Campos”, efetivadas por meio de decretos listados a seguir:

1. Decreto nº 19.850 – de 11 de abril de 1931: Cria o Conselho Nacional de Educação.
2. Decreto nº 19.851 – de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
3. Decreto nº 19.852 – de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
4. Decreto nº 19.890 - de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário.
5. Decreto nº 20.158 – de 30 de junho de 1931: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
6. Decreto nº 21.241 – de 14 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário. (ROMANELLI, 2014, p. 132).

No que se refere ao ensino secundário, a partir da reforma iniciada através do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, consolidada pelo Decreto nº 21.241, de 14

de abril de 1932, ele foi dividido em dois ciclos: um fundamental de cinco anos, e outro complementar com a duração de dois anos.

O primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior e o segundo, em determinadas escolas. Além disso, para esse ciclo complementar, foi estabelecida uma subdivisão que compreendia um certo grau de especialização, conforme se tratasse de curso preparatório para ingresso nas faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia. (ROMANELLI, 2014, p. 137).

Para Marise Nogueira Ramos (2014) mediante a reforma educacional implementada por Francisco Campos, cuja normalidade é consagrada pela Constituição de 1934, o governo federal comprometeu-se com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação própria, enquanto que os ramos profissionais foram ignorados, criando-se dois sistemas independentes, pois mesmo que se tenha regulamentado o ensino profissional comercial, não houve nenhuma relação estabelecida entre eles.

Quanto ao ensino agrícola, mais especificamente aos Patronatos Agrícolas Federais e os Aprendizados Agrícolas Federais, através do Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934, houve uma reforma a partir da qual muitos Patronatos Agrícolas foram transformados em Aprendizados Agrícolas ou transferidos para jurisdição do Ministério da Justiça.

Uma das justificativas para tal transformação foi que o regulamento aprovado pelo Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934, referente ao ensino profissional agrícola, só mencionava os Aprendizados Agrícolas como encarregados da formação profissional do trabalhador rural e do operário agrícola.

Maria José Ramos de Albuquerque (1984) sinaliza que o Decreto nº 24.115/34 estabeleceu diversas disposições concernentes aos Aprendizados Agrícolas Federais e uma delas determinava que eles fossem regidos pelo regulamento instituído pelo Decreto nº 23.979/34, ao mesmo tempo em que determinava a elaboração de um Regimento Interno para essas instituições, o qual foi aprovado no dia 11 de março de 1936 e alterado em 1943.

No Regimento dos Aprendizados Agrícolas de 1943, estabelecido através do Decreto nº 14.252, de 10 de dezembro de 1943, os Aprendizados tinham a finalidade de “cooperar na educação das populações rurais, realizando cursos regulares

técnicos primários e cursos supletivos de diferentes modalidades sobre agricultura, zootecnia e indústrias agrícolas”.

Vale destacar que neste contexto foi criada, no Ministério da Agricultura, através do Decreto nº 982, de 23 de dezembro de 1938, a Superintendência do Ensino Agrícola (SEA), que passou a ser denominada Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) por meio do Decreto-Lei nº 2.832, de 4 de novembro de 1940, a qual administrou o ensino agrícola no Brasil até maio de 1967 (ISSA, 2018).

Competia à SEAV orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, bem como fiscalizar o exercício das profissões agrônoma e veterinária, registrar os respectivos diplomas e ministrar o ensino médio e elementar de agricultura, conforme o Decreto-Lei nº 2.892/1940.

Durante o Estado Novo, o então Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema instituiu uma série de reformas em relação à organização de todos os ramos do ensino primário e médio, através de Decretos-Lei que ficaram conhecidos como “Leis Orgânicas do Ensino” e estão listados abaixo:

- a) Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: - Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- b) Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- c) Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: -Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943:- Lei Orgânica do Ensino Comercial. (ROMANELLI, 2014, p. 157).

Complementados por outros Decretos-Lei instituídos no início do governo do General Eurico Gaspar Dutra.

- a) Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946: - Lei Orgânica do Ensino Primário;
- b) Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946: - Lei Orgânica do Ensino Normal;
- c) Decretos-Lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946: - Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- d) Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946: - Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (ROMANELLI, 2014, p. 157-158).

Otaíza de Oliveira Romanelli (2014) pondera que a Lei Orgânica do Ensino Secundário acentuou a velha tradição desta modalidade de ensino, que era voltado para uma formação acadêmica, propedêutica e aristocrática. Sendo assim, segundo

a autora, o ensino secundário foi reestruturado em dois ciclos: o primeiro, chamado ginásial, subdividido em 4 séries anuais, e, um segundo dividido em clássico e científico, com três séries cada.

A reestruturação da educação profissional (ensino Industrial, Comercial e Agrícola) também foi dividida em dois ciclos em suas respectivas Leis Orgânicas. De acordo com Romanelli (2014), o Ensino Industrial ficou organizado em fundamental, geralmente de 4 anos, e outro técnico, de 3 a 4 anos; o Ensino Comercial foi estruturado em básico de 4 anos no 1º ciclo, e vários cursos técnicos de três anos no 2º ciclo.

O Ensino Agrícola, por sua vez, teve sua reorganização estabelecida da seguinte forma segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 8º o primeiro ciclo do ensino agrícola compreenderá dois cursos de formação:

1. curso de iniciação agrícola;
2. curso de mestría agrícola,

§ 1º O curso de iniciação agrícola, com a duração de dois anos, destina-se a dar a preparação profissional necessária à execução do trabalho de operário agrícola qualificado.

§ 2º O curso de mestría agrícola, com a duração de dois anos, e sequente ao curso de iniciação agrícola, tem por finalidade dar a preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de mestre agrícola.

§ 3º O curso de iniciação agrícola e o curso de mestría agrícola revestir-se-ão, em cada região do País, da feição e do sentido que as condições locais do trabalho agrícola determinarem.

Art. 9º O segundo ciclo do ensino agrícola compreenderá duas modalidades de cursos de formação; os cursos agrícolas técnicos e os cursos agrícolas pedagógicos.

§ 1º Os cursos agrícolas técnicos, cada qual com a duração de três anos, destinam-se ao ensino de técnicos próprios ao exercício de funções de caráter especial na agricultura. São os seguintes:

1. curso de agricultura.
2. curso de horticultura.
3. curso de zootecnia.
4. curso de práticas veterinárias.
5. curso de indústrias agrícolas.
6. curso de laticínios.
7. curso de mecânica agrícola.

§ 2º Os cursos agrícolas pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino

agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola. São os seguintes, o primeiro com a duração de dois anos e os outros com a duração de um ano:

1. curso de magistério de economia rural doméstica.
2. curso de didática de ensino agrícola.
3. curso de administração de ensino agrícola. (BRASIL, 1946, p. 2).

Para Oliveira (2007, p. 98) as Leis Orgânicas estabeleceram uma nova configuração para o sistema de ensino brasileiro, na “medida em que sistematizou e unificou a educação profissional no território nacional, redefinindo os currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus”.

Por outro lado, Romanelli (2014) aponta algumas falhas nesta nova formatação, como a oportunidade nos diversos cursos superiores por parte dos alunos dos ramos profissionais, pois as Leis Orgânicas só permitiam o acesso ao ensino superior no ramo profissional correspondente; e a exigência de exame de admissão para ingressar no 1º ciclo do ensino profissional.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola também trouxe modificações nos tipos de instituições de ensino agrícola, os quais foram estabelecidos da seguinte forma.

Art. 12. Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola:

- a) escolas de iniciação agrícola;
- b) escolas agrícolas;
- c) escolas agrotécnicas.

§ 1º As escolas de iniciação agrícolas são as destinadas a ministrar o curso de iniciação agrícola.

§ 2º As escolas agrícolas são as que têm por objetivo ministrar o curso de mestría agrícola e o curso de iniciação agrícola.

§ 3º As escolas agrotécnicas são que se designam a dar um ou mais cursos agrícolas técnicos. As escolas agrotécnicas poderão ainda ministrar um ou mais cursos agrícolas pedagógicos e bem assim o curso de mestría agrícola e o curso de iniciação agrícola. (BRASIL, 1946, p. 3)

Em decorrência de tais mudanças, os estabelecimentos de ensino agrícola tiveram suas denominações alteradas conforme suas condições para ministrar os cursos agrícolas em sua nova organização. Assim, os Aprendizados Agrícolas Federais foram transformados, através do Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947, em Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas ou Escolas Agrotécnicas.

Vale salientar que no bojo de tais reformas o governo brasileiro instituiu um sistema de formação profissional paralelo ao sistema oficial a partir da criação de duas instituições de ensino em convênio com os órgãos patronais da indústria e do comércio. Trata-se do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituído através do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o qual ficou sob a gestão e organização da Confederação Nacional da Indústria; e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado por meio dos Decretos-Lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, sendo administrado e organizado pela Confederação Nacional do Comércio.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a deposição de Getúlio Vargas em 1945, iniciou-se uma nova fase na história brasileira. Nesse novo contexto foi elaborada e aprovada uma nova Constituição para o Brasil em 1946. Após a promulgação da nova Carta Constitucional começaram as articulações para elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Ramos (2014) destaca que o Projeto da LDB entrou para a pauta do Congresso Nacional em 29 de outubro de 1948 e passou por vários retornos à Comissão de Educação e Cultura, sendo substituído por um projeto de Carlos Lacerda, apresentado em 1958, o qual incorporava os interesses dos donos de estabelecimentos particulares de ensino. Segundo essa autora, as discussões travadas em torno do projeto da LDB foram marcadas pelo conflito entre os defensores das escolas públicas e escolas privadas. Havia também uma outra vertente que orientou as discussões, a qual considerava insuficientes todas as propostas até então formuladas, porque não davam atenção à vinculação da educação ao desenvolvimento brasileiro (RAMOS, 2014).

Ramos ressalta que o texto da LDB, convertido na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, “representou uma solução de compromisso entre as principais correntes em disputa, não correspondendo plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no debate” (RAMOS, 2014, p. 28).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fruto de um longo debate, regulamentava e estabelecia a estrutura de todos os níveis de ensino brasileiro, do pré-primário ao superior. No que se refere ao ensino médio, que englobava os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário, a LDB nº 4.024/61 estabelecia que essa modalidade de ensino seria

ministrada em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, de três anos no mínimo (BRASIL, 1961).

Ramos (2014) aponta como um dos fatos relevantes para educação profissional estabelecida na LDB/61, a possibilidade do estudante do colegial técnico poder se candidatar a qualquer curso de nível superior, pois, como dito anteriormente, as Leis Orgânicas só permitiam o acesso do aluno ao ensino superior dentro da mesma área de formação técnica.

Segundo Oliveira (2007), com a LDB nº 4.024/61 os níveis e modalidades de ensino previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola foram reorganizados. Dessa forma, os cursos de Iniciação Agrícola e Mestría Agrícola foram substituídos respectivamente pelos cursos de Ginásial Agrícola de quatro anos e os cursos agrícolas técnicos foram substituídos pelos cursos de Colegial Agrícola de três anos.

As instituições escolares de ensino agrícola também passaram por alterações na sua estrutura e denominação através do Decreto-Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, tendo em vista o que dispõe a LDB/61. Diante disso, as Escolas de Iniciação Agrícola e as Escolas Agrícolas passaram a denominar-se Ginásios Agrícolas; e as Escolas Agrotécnicas, de Colégios Agrícolas.

Os Ginásios Agrícolas ficaram encarregados do ensino agrícola nas quatro séries do ciclo ginásial e conferiam ao estudante no final do curso o Título de Mestre Agrícola. Os Colégios Agrícolas, por sua vez, ficaram incumbidos do ensino nas três séries do ciclo colegial e expediam aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura (ISSA, 2018).

A partir do final do mês de março de 1964 a história brasileira foi marcada pela ditadura civil-militar que durou 21 anos e teve cinco militares revezando-se na presidência da República¹. Este período é caracterizado por Oliveira, pelo

uso do autoritarismo como estratégia de dominação dos militares sobre as classes que reivindicavam sua participação na sociedade. Entre elas, podemos destacar: os trabalhadores, os estudantes, os professores e qualquer outro grupo que tentasse se insurgir contra a ditadura. (2007, p. 129-130).

¹ Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), General Artur da Costa e Silva (1967-1969), General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), General Ernesto Geisel (1974-1979), General João Baptista de Figueiredo (1979-1985).

Para Demerval Saviani (2008) foi a articulação entre empresários e militares que conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964, pois temiam que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico.

Saviani (2008) salienta que, ainda em 1964, o novo regime organizou e realizou um simpósio sobre a reforma da educação através do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES)². Para orientar o debate foi elaborado um “documento básico”, que tinha como objetivo central o desenvolvimento econômico, o qual alinhava-se aos estudos de economia na educação que consideravam os investimentos no ensino como destinados a garantir o aumento da produtividade e da renda.

Entretanto, Saviani pondera que as realizações do IPES no campo da educação não se limitaram a esse simpósio, pois foi realizado um outro evento de maior magnitude e mais ampla repercussão: o Fórum “A educação que nos convém”. Neste fórum, segundo Saviani, ficaram mais explícitos os aspectos constitutivos da visão pedagógica assumida pelo regime militar, a saber:

[...] ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais. (SAVIANI, 2008, p. 296).

Para Saviani configurou-se, a partir disso, a orientação que ele chama de concepção produtivista de educação. Essa concepção, segundo ele, adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo

² Este Instituto foi fundado em 29 de novembro de 1961 por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, articulados com empresários multinacionais e com a Escola Superior de Guerra, por intermédio dos generais Heitor de Almeida Herrera e Golbery do Couto e Silva. (SAVIANI, 2008, p. 294).

resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos” (SAVIANI, 2008, p. 297).

Saviani (2008) também ressalta que os empresários ligados ao IPES operavam em articulação com os norte-americanos a partir de acordos celebrados entre o Brasil e os Estados Unidos da América, por intermediação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Um desses acordos será apresentado no próximo capítulo, assim como o Sistema Escola-Fazenda que foi implantado nas instituições escolares federais de ensino agrícola nesse período.

Neste contexto, também foi reformulada a educação primária e média através da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. O ensino primário aumentou a escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, passando a ser denominado de 1º grau. Enquanto que o ensino médio, ou 2º grau, foi reduzido de sete para três ou quatro anos.

De acordo com a Lei nº 5.692/71, o ensino de 1º Grau destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente, sendo de cumprimento obrigatório dos 7 aos 14 anos. O ensino do 2º Grau, por sua vez, destinava-se à formação do adolescente, sendo que para o ingresso nesta modalidade exigia-se a conclusão do ensino de 1º Grau ou de estudos equivalentes.

A Lei nº 5.692/71 também tornou compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º Grau. Tal medida depois de tantas críticas e resistências foi extinta em 1982, através da Lei nº 7.044, de 18 de outubro (RAMOS, 2014).

Ainda na segunda metade da década de 1960, a SAEV foi transferida através do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola, integrando finalmente o ensino agrícola ao Ministério responsável especificamente para assuntos educacionais. Três anos depois, conforme Livia Carolina Vieira (2016), com o Decreto nº 66.296, de 27 de julho de 1970, a Diretoria do Ensino Agrícola juntamente com as Diretorias do Ensino Industrial, Comercial e Secundário foram absorvidas pelo Departamento de Ensino Médio (DEM), retomando, assim, o distanciamento do ensino agrícola.

Silvia Aparecida Caixeta Issa (2018) sinaliza que o DEM reconheceu a dificuldade em administrar as instituições de ensino agrícola, sugerindo então a criação de um órgão específico para coordená-las. Do mesmo modo, Vieira (2016) ressalta que a administração do ensino agrícola federal passou por sérias dificuldades

no período de 1970 a 1974, tendo sido reduzida a um Grupo de Trabalho de Dinamização do Ensino Agrícola, que possuía apenas treze membros e estava subordinada ao DEM.

Pelo Decreto nº 72.434, de 9 de setembro de 1973, foi criada a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI), órgão de autonomia administrativa e financeira vinculada ao Departamento de Ensino Médio, com a finalidade de proporcionar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola vinculados ao MEC. Dois anos depois, a COAGRI por meio do Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975, passou a significar Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, tendo as instituições escolares de ensino agrícola e os Colégios de Economia Doméstica Rural do Ministério da Educação e Cultura subordinados a ela.

Em um documento elaborado em 2009 pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) intitulado “(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” é apresentada uma síntese das ações da COAGRI.

A política para o ensino agrícola, implantada pela COAGRI, foi responsável por sistematizar e padronizar estratégias pedagógicas e de gestão dando uma identidade única a esta modalidade de ensino, e pelo equipamento das escolas, para um ensino em sintonia com as tecnologias preconizadas pela “Revolução Verde”, que teve como marco histórico os anos 60 e 70. (MEC/SETEC, 2009, p. 11).

A “Revolução Verde” mencionada no referido documento corresponde à disseminação de novas sementes alteradas geneticamente e a práticas agrícolas com insumos industriais, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização, uso de tecnologia no plantio, irrigação e colheita, que permitiram um aumento significativo na produção agrícola dos anos de 1960 e 1970 (VIEIRA, 2016).

No entanto, Sobral (2009, p. 87) ressalta que o aumento da produção agrícola foi “acompanhado de uma redução das oportunidades de emprego no campo, configurando um processo de crescimento econômico com altas taxas de exclusão”. Soma-se a isso a facilidade de crédito por parte de grandes latifundiários.

Em 1979, as instituições de ensino agrícola subordinadas à COAGRI tiveram sua denominação alterada através do Decreto-Lei nº 83.935, de 4 de setembro de

1979, o qual estabelecia que estas instituições teriam a denominação uniforme de “Escola Agrotécnica Federal”, seguida do nome da cidade em que se localizavam. Desse modo, as novas denominações foram definidas conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Estabelecimentos de ensino subordinados a COAGRI que mudaram de denominação em 1979.

Nº	DENOMINAÇÃO ATUAL	DENOMINAÇÃO NOVA
01	Colégio Agrícola do Amazonas-AM	Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM.
02	Colégio Agrícola "Manoel Barata" -PA	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal –PA.
03	Colégio Agrícola do Maranhão -MA	Escola Agrotécnica Federal de São Luiz - MA.
04	Colégio Agrícola de Crato - CE.	Escola Agrotécnica Federal de Crato - CE.
05	Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto"- CE.	Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE.
06	Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa- PB.	Escola Agrotécnica Federal de Sousa - PB.
07	Colégio Agrícola de Belo Jardim –PE.	Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim -PE.
08	Colégio Agrícola "João Coimbra"- PE	Escola Agrotécnica Federal de Barreiros – PE.
09	Colégio de Economia Doméstica Rural "João Cleofas" - PE.	Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão – PE.
10	Colégio Agrícola "Floriano Peixoto" - AL.	Escola Agrotécnica Federal de Satuba – AL.
11	Colégio Agrícola "Benjamin Constant" - SE.	Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE.
12	Colégio Agrícola "Álvaro Navarro Ramos"-BA.	Escola Agrotécnica Federal de Catu –BA.
13	Colégio Agrícola de Januária-MG.	Escola Agrotécnica Federal de Januária - MG.
14	Ginásio Agrícola "Clemente Medrado" - MG	Escola Agrotécnica Federal de Salinas – MG.
15	Ginásio Agrícola de São João Evangelista – MG.	Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista – MG.
16	Colégio Agrícola de Uberlândia - MG.	Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia -MG.
17	Colégio de Economia Doméstica Rural "Licurgo Leite" - MG.	Escola Agrotécnica Federal de Uberaba – MG.
18	Colégio Agrícola de Bambuí-MG.	Escola Agrotécnica Federal de Bambuí - MG.
19	Colégio Agrícola de Muzambinho - MG.	Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG.
20	Ginásio Agrícola de Machado-MG	Escola Agrotécnica Federal de Machado - MG.
21	Ginásio Agrícola "Visconde de Mauá"- MG.	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG.
22	Colégio Agrícola "Diaulas Abreu" - MG.	Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG.
23	Colégio Agrícola de Rio Pomba - MG.	Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba -MG.

24	Colégio Agrícola de Alegre -ES.	Escola Agrotécnica Federal de Alegre - ES.
25	Colégio Agrícola de Santa Teresa - ES.	Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - ES.
26	Ginásio Agrícola de Colatina - ES.	Escola Agrotécnica Federal de Colatina - ES.
27	Colégio Agrícola de Rio Verde - GO.	Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde - GO.
28	Ginásio Agrícola de Urutaí - GO.	Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - GO.
29	Ginásio Agrícola "Gustavo Dutra" -MT.	Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá – MT.
30	Colégio Agrícola de Concórdia - SC.	Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - SC.
31	Colégio Agrícola de Sertão-RS.	Escola Agrotécnica Federal de Sertão - RS.
32	Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves-RS.	Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves - RS.

Fonte: Anexo do Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979.

Inicialmente as Escolas Agrotécnicas Federais ofertavam habilitações em Técnico em Agropecuária, Agricultura, Enologia e Economia Doméstica, conforme o Relatório Geral da COAGRI (1982a).

A COAGRI foi extinta através do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, ficando o ensino agrotécnico de 2º Grau diretamente subordinado à Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG), que passa a desenvolver as atividades do referido órgão extinto concernente às Escolas Agrotécnicas Federais (SOBRAL, 2009).

No ano de 1990, as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ser subordinadas à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE). Dois anos depois, essa secretaria passou a ser denominada de Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), com a finalidade de administrar a Educação Média e Tecnológica no país (SOUZA, 2011).

Em 1993, as Escolas Agrotécnicas Federais transformaram-se em autarquia educacional de regime especial vinculadas a SEMTEC no Ministério da Educação, pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro, a qual dava autonomia como entes autárquicos a essas Instituições, além de autonomia didática e disciplinar.

De acordo com a Lei nº 8.731/93, a organização administrativa e as atividades das Escolas Agrotécnicas Federais seriam definidas pelo Regimento Interno de cada instituição, assim como a forma de nomeação do diretor. Pode-se dizer que a Lei nº 8.731/93 inaugurou uma nova fase na gestão nestas instituições escolares, pois antes

pertenciam à administração direta e passaram à condição de instituições vinculadas com direitos explicitados na referida Lei.

Ressaltamos que a SENETE, a partir de 19 de novembro de 1992, por força da Lei nº 8.490, passa a ser denominada de SEMTEC. Assim, conforme o documento de sínteses das principais realizações desta secretaria da gestão de 1992-1994, sua programação durante o triênio 92-94, foram embasadas nos pilares da “Qualidade”, “Produtividade” e “Competividade” (MEC/SEMTEC, 1994). Sendo externados a partir desses pilares, novos direcionamentos para a educação profissional no país.

De fato, em 1994, a SEMTEC desencadeia um processo de discussão visando a propor alteração no formato da educação profissional oferecido pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica. Tais discussões destinavam-se a construir uma “Proposta de um novo modelo pedagógico para o ensino técnico de nível médio no Brasil”, como afirma Canrobert Kumpher Werlang (2005).

Werlang (2005) relata que este processo de discussão foi dividido em dois grupos, um para o setor primário e outro para o setor industrial. No que se refere ao setor primário, segundo ele, foi realizado vários seminários regionais no país, dentre os quais um em Urutaí-GO, entre 21 e 23 de junho de 1994, e outro em Sertão-RS, nos dias 28, 29 e 30 daquele mesmo mês, onde reuniram-se os profissionais que atuavam no ensino agrícola.

A partir dos resultados levantados nos eventos e incorporados os dados das propostas elaboradas anteriormente pelo Conselho dos Diretores das Escola Agrotécnicas Federais (CONDAF)³ e SEMTEC, uma comissão representativa de diversos segmentos, reuniram-se em Brasília durante o mês de julho de 1994, elaborando uma proposta que foi apresentada no Congresso Internacional de Educação Tecnológica, realizado em Curitiba de 24 a 27 de outubro de 1994 (WERLANG, 2005).

Do mesmo modo, o documento de sínteses das principais realizações da gestão SEMTEC de 1992-1994, aponta que, em 1994, houve a discussão e publicação, em versão preliminar, do documento “Proposta de um novo modelo

³ Segundo Koller e Sobral (2010), com a extinção da COAGRI os dirigentes das Escolas Agrotécnicas sentiram necessidade de construir um instrumento político que pudesse garantir alguns avanços conquistados durante os anos de COAGRI. Nesse contexto, foi criado o CONDAF, que não substituiu aquela Coordenadoria de ensino, mas se constituiu numa instituição política com características de representação do ensino agrícola no interior do Ministério da Educação.

pedagógico para o ensino agrotécnico de nível médio no Brasil” (MEC/SEMTEC, 1994).

No entanto, de acordo com Werlang (2005), essa proposta não foi colocada em prática, pois em função de troca de governo e do comando da SEMTEC, houve uma reformulação das políticas dessa secretaria, fazendo com que o trabalho fosse abandonado, ressurgindo em outra dimensão, através da Projeto de Lei nº 1.603/96 na Câmara dos Deputados, que objetivava reformular o ensino técnico, criando um sistema separado para a educação profissional.

No que se refere ao Projeto de Lei nº 1.603/96, Ramos (2014) aponta que em 1996, no período que antecedeu a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes Bases, o governo Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que reformaria a educação profissional, que recebeu, naquele congresso, o número 1.603. A “espinha dorsal” dessa reforma, de acordo com a pesquisadora, era a separação da educação profissional da educação regular, organizando o ensino técnico independentemente do ensino médio, sendo oferecido concomitante ou sequencial a este. A estrutura proposta para o ensino modular, com terminalidade em cada módulo, sendo esses capazes de conferir certificado de qualificação e, no seu conjunto, equivale à habilitação técnica de nível médio.

O Decreto nº 2.208/97, que regulamentou a educação profissional no Brasil após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, restaurou diversos princípios do Projeto de Lei nº 1.603/96, conforme Ramos (2014).

Vale retornar alguns anos para entendermos este processo. Na década de 1980, com o fim da ditadura civil-militar, a mobilização nacional para uma transição democrática levou à instalação de uma Assembleia Constituinte em 1987. Após a promulgação da nova Constituição em 1988, os debates sobre uma nova LDB ganharam força e mobilizaram educadores, estudantes, sindicalistas, parlamentares e representantes dos mais diversos segmentos sociais (SOUZA, 2011).

Nesse novo contexto, de acordo com Ramos (2014), o debate travado pela comunidade educacional, principalmente dentre aqueles que pesquisavam sobre a relação entre Trabalho e Educação, afirmava a necessária vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo. Desse modo, o papel do ensino médio, por exemplo,

[...] deveria ser o de recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas produtivas. Não deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos (RAMOS, 2014, p. 38).

O ideário de politecnia buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade. Em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (RAMOS, 2014).

O projeto de uma nova LDB que incorporava as principais reivindicações dos professores progressistas foi apresentado ao Congresso Nacional pelo Deputado Federal Octávio Elíseo em dezembro de 1988, dois meses depois de promulgada a Constituição. Esse projeto foi substituído por um novo projeto do Senador Darcy Ribeiro. O texto de Darcy Ribeiro foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República no dia 20 de dezembro de 1996, como Lei nº 9.394 (RAMOS, 2014).

A LDB nº 9.394/96 definiu que os níveis da educação escolar brasileira seriam compostos pela educação básica que englobava a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e a educação superior. Contudo, ela tratou do ensino médio na Seção IV, do Capítulo II da educação básica, enquanto a educação profissional foi tratada especificamente no Capítulo III, separando assim a educação profissional da última etapa da educação básica.

O texto da LDB/96 referente à educação profissional encontra-se transcrito abaixo:

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996, p. 31-32).

De acordo com Ramos (2014) a derrota do projeto progressista no Congresso Nacional representou a derrota de uma concepção avançada de educação básica e tecnológica, dando espaço a um processo de regulamentação fragmentada e focalizada, o que permitiu ao poder executivo federal realizar a reforma da educação profissional por meio do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Para Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (2003) o governo brasileiro da época adotou o pensamento pedagógico empresarial e diretrizes dos organismos internacionais e regionais como concepção organizativa e pedagógica do projeto educacional do Estado Brasileiro. Segundo esses autores, tratava-se de uma “perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 108).

Para a regulamentação dos artigos que tratavam da Educação Profissional na Lei nº 9.394/96, o governo da época editou o Decreto nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997 e a Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997 (RAMOS, 2014).

Assim, o Decreto nº 2.208/97 definiu como básico, técnico e tecnológico, os níveis da educação profissional:

I - Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997, p. 1).

O referido Decreto também estabeleceu que a educação profissional de nível médio técnico teria organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

A Portaria nº 646/97 fixou para a rede federal de educação tecnológica (Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais, Escolas Técnicas das Universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica) o prazo de até quatro anos para a implantação das mudanças na educação profissional feito pela Lei nº 9.394/96 e pelo Decreto nº 2.208/97. Além disso, as instituições de educação profissional e tecnológica deveriam adaptar seus Regimentos Internos no prazo de até cento e vinte dias dentro das novas determinações.

Para Frigotto *et al.* (2008) enquanto o primeiro projeto de LDB sinalizava a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, o Decreto nº 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a Portaria nº 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado.

O cenário só passou a apresentar perspectivas de mudanças concernentes à educação profissional a partir da eleição do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva em 2002, quando então foi revogado o Decreto nº 2.208/97, restabelecendo assim a possibilidade de integração curricular do ensino médio e técnico. Isso se deu com o Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta, entre outras providências, formas por meio das quais os sistemas educacionais e as escolas poderiam buscar a realização de uma formação entre a educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio de forma articulada.

As formas de articulação no nível médio definidas no Decreto nº 5.154/04 seriam: integrada (quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo em que a formação técnica e o aluno têm matrícula única); concomitante (quando os

cursos são dados separadamente, até em instituições diferentes); e subsequente (quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio).

Frigotto *et al.* (2008) dizem que o processo de revogação do Decreto nº 2.208/97 e a construção do Decreto 5.154/04 foi polêmico, em todos os encontros, debates e audiências realizados com representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais. Segundo eles, três posições se evidenciaram neste debate:

Uma primeira posição expressa em três documentos defendia a ideia ou tese de que cabe apenas revogar o Decreto n. 2.208/97 e pautar a elaboração da política de Ensino Médio e Educação Profissional, de uma parte pelo fato de a LDB em vigor (Lei n. 9.394/96) contemplar as mudanças que estão sendo propostas e, de outra, por se entender que tentar efetivar mudanças por decreto significa dar continuidade ao método impositivo do governo anterior. Uma segunda posição é expressa, mais diretamente, por um documento que se posiciona pela manutenção do atual Decreto n 2.208/97 e outros documentos que indiretamente desejariam que as alterações fossem mínimas. Por fim, uma terceira posição, que consta de um número mais significativo de documentos, direta ou indiretamente partilha da ideia da revogação do Decreto n. 2.208/97 e da promulgação de um novo Decreto. (FRIGOTTO *et al.*, 2008. p. 2).

Frigotto *et al.* (2008) também ressaltam que dos três posicionamentos, entre o primeiro e o segundo existia uma polaridade, pois havia ali pontos de vista e interesses opostos. O terceiro posicionamento compreendia que a simples revogação do Decreto 2.208/97 não garantiria a implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica.

O resultado dessa disputa culminou na aprovação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Este Decreto, por ser fruto de um conjunto de disputas, “é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados e nas escolas” (FRIGOTTO *et al.*, 2008, p. 4).

Os termos do Decreto nº 5.154/04 foram incorporados na LDB/96, por meio da Lei nº 11.741, de 16 julho de 2008, com a finalidade de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (RAMOS, 2014).

Em 2008, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, promoveu uma série de ações, por meio de Seminários

Regionais e Seminário Nacional, objetivando obter subsídios para o estabelecimento de diretrizes e políticas públicas para a (Re) significação do ensino agrícola na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC, 2009).

Desse modo, foram realizados cinco Seminários Regionais, com expressiva participação dos representantes das instituições que atuavam no ensino agrícola, culminando com o Seminário Nacional, realizado nos dias 21 a 23 de outubro de 2008, em Brasília-DF, com representação de todas as Escolas Federais que ofereciam ensino agrícola, de onde resultou as orientações finais (MEC/SETEC, 2009).

O Seminário Nacional, constituiu-se de três momentos distintos: i) Plenária de Abertura; ii) Grupos de Trabalhos Temáticos (Eixo Temático I – Democratização do ensino; Eixo Temático II – Currículo; e Eixo Temático III – Desenvolvimento Local e Financiamento); iii) Plenária Final.

Após as discussões nos Grupos de Trabalhos, as propostas foram consolidadas e aprovadas na Plenária Final. Esta, por sua vez, aprovou 52 propostas sobre o Eixo Temático-Democratização do ensino; 56 propostas sobre o Eixo Temático- Currículo; e 35 propostas sobre o Eixo Temático - Desenvolvimento Local e Financiamento.

O resultado das discussões evidenciou, segundo o Documento Final dessas ações, que as transformações ocorridas em todas as áreas das atividades humanas na sociedade, através de novas formas de pensar, agir e produzir exigia a necessidade de ser repensada e reestruturada essa modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC, 2009).

Segundo o Documento, a educação agrícola requerida pela sociedade caracterizava-se pela incorporação das novas tecnologias, pelos novos modelos de gestão de produção, pela imperativa necessidade da formação de profissionais responsáveis socioambientalmente e, então representada por uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira (MEC/SETEC, 2009). Tudo isto exigia formar profissionais técnica e politicamente preparados para atender as demandas da sociedade.

Ainda em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo definidos como instituições escolares:

[...] de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, p. 1).

Os Institutos Federais foram criados mediante a transformação e integração de Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e de Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

2.2 De Patronato Agrícola Rio Branco à Escola Agrotécnica Federal de Manaus

A trajetória histórica da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-2008) nos encaminha para as primeiras décadas do século XX, quando foi criado o Patronato Agrícola Rio Branco no então Território do Acre, atual estado do Acre, por intermédio do Decreto nº 16.082, de 26 de julho de 1923, sendo posteriormente transformado em Aprendizado Agrícola (IFAM, 2019).

Para a fundação de um Patronato Agrícola Federal em qualquer região do Brasil, o Regulamento dessas instituições de 1919 exigia que o governo estadual ou municipal, ou associação agrícola que aquilo se propusessem, deveria disponibilizar os terrenos, edifícios e instalações. Assim, segundo uma publicação do jornal Folha do Acre de 10 de fevereiro de 1923, o governo do Território do Acre ofereceu o Campo de Experiências do Rio Branco para a instalação do Patronato Agrícola.

O ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em seu Relatório apresentado ao Presidente da República referente à 1923, enfatizava que, naquele ano, estava sendo fundado o Patronato Agrícola Rio Branco no Território do Acre. Porém, no final do ano seguinte, este patronato foi transferido para São Bento das Lages, no estado da Bahia, conforme o Decreto nº 16.762, de 31 de dezembro de 1924.

Naquele contexto, o Aprendizado Agrícola de São Luiz de Missões, do estado do Rio Grande do Sul, foi transferido para o antigo Campo de Experiências do Rio Branco, no Território do Acre, de acordo com o Decreto nº 16.840, de 24 de março de 1925. Este decreto também delegou à Estação Geral de Experimentação do Rio Grande do Sul, as terras, edificações, instalações e bens do extinto Aprendizado Agrícola de São Luiz das Missões.

No Território do Acre, o Aprendizado Agrícola de São Luiz de Missões deu lugar ao Aprendizado Agrícola do Acre, segundo uma menção na ordem telegráfica nº 839, de 31 de agosto de 1926, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O Aprendizado Agrícola do Acre em 1927, conforme o Relatório do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio apresentado ao Presidente da República referente à 1927, ainda estava em fase de instalação, mas já estavam em funcionamento algumas atividades escolares inerentes a este tipo de estabelecimento.

O ministro apontava em seu Relatório que o Aprendizado estava situado à margem esquerda do rio Acre, acima da cidade do Rio Branco, capital do Território do Acre, da qual distanciava por água cerca de 1 hora de viagem e por terra uns 20 minutos. Seu prédio principal, onde se encontravam as salas de aulas, enfermaria, dormitório, sala de refeições, copa, cozinha e almoxarifado, era uma velha dependência do então extinto campo de experiência da defesa da borracha, que havia recebido para isso alguns reparos.

Ainda segundo o ministro, o número de matrículas nos cursos do Aprendizado ainda era pequeno, naquele ano, 1927, mas, segundo ele, deveria aumentar na medida que aquela instituição escolar fosse completando suas instalações.

Já no Relatório do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, apresentado ao Presidente da República referente à 1928, apontava que o Aprendizado Agrícola do Acre havia elevado o número de matrículas para 53 alunos durante 1928 em comparação ao ano de 1927, que tinha sido apenas 26 alunos. No ano de 1928, o Aprendizado funcionou com 50 alunos no regime de internato e três alunos externos.

O Relatório do ministro do então Ministério da Agricultura ao Chefe do Governo Provisório da República do Brasil referente a outubro de 1930 a dezembro de 1931, por sua vez, apontava que o Aprendizado Agrícola do Acre teve pouco desenvolvimento em 1931, muito em função dos recursos financeiros que só havia chegado nas mãos do diretor da instituição no mês de setembro daquele ano.

Além disso, o Aprendizado, conforme o ministro, achava-se ainda desprovido de instalações para os serviços de requisitos higiênicos e pedagógicos, tendo enfermaria para apenas um aluno e carteiras escolares só para 24 alunos. Ainda assim, aquele aprendizado teve 61 alunos matriculados em 1931, entre internos e externos. Contudo, o ministro apontava que havia a necessidade de elevação da capacidade de admissão para 100 alunos, uma vez que havia uma grande demanda para aquela instituição escolar.

O Aprendizado Agrícola do Acre mudou de denominação para Aprendizado Agrícola Rio Branco em 1939, em decorrência do Decreto-Lei nº 1.029, de 6 de janeiro, que deu novas denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. O Aprendizado Agrícola Rio Branco, por sua vez, continuou com suas atividades no Território do Acre até sua transferência para o Estado do Amazonas.

Para o estado do Amazonas, ainda antes da instauração do Estado Novo, o Poder Legislativo Federal autorizou, através da Lei nº 511, de 25 de setembro de 1937, o Poder Executivo Federal a criar um Aprendizado Agrícola, subordinado ao Ministério da Agricultura, nos mesmos moldes dos que já existiam em outros Estados da União. Para sua instalação o Governo do Estado do Amazonas deveria ceder, a título gratuito, à União, os terrenos e materiais necessários.

O governo de Getúlio Vargas, por sua vez, criou um Aprendizado Agrícola Federal no Estado do Amazonas por meio do Decreto nº 2.231, de 30 de dezembro de 1937. Para sua efetivação, de acordo com Souza (2011), foi editado o Decreto-Lei nº 2.255, de 30 de maio de 1940, que transfere o Aprendizado Agrícola Rio Branco para o estado do Amazonas.

As justificativas para tal transferência, segundo o Decreto-Lei nº 2.255/40, foram:

Considerando que a atual sede do Aprendizado Agrícola "Rio Branco", no Território do Acre, dadas as condições locais, já não atende sua finalidade;

Considerando que a reconstrução do referido Aprendizado ficaria altamente onerosa para os cofres públicos.

Considerando que o Estado do Amazonas cedeu a União a propriedade onde funcionava o "Reformatório de Menores de Paredão" para instalação de um Aprendizado Agrícola, propriedade essa avaliada em 1.188:920\$000;

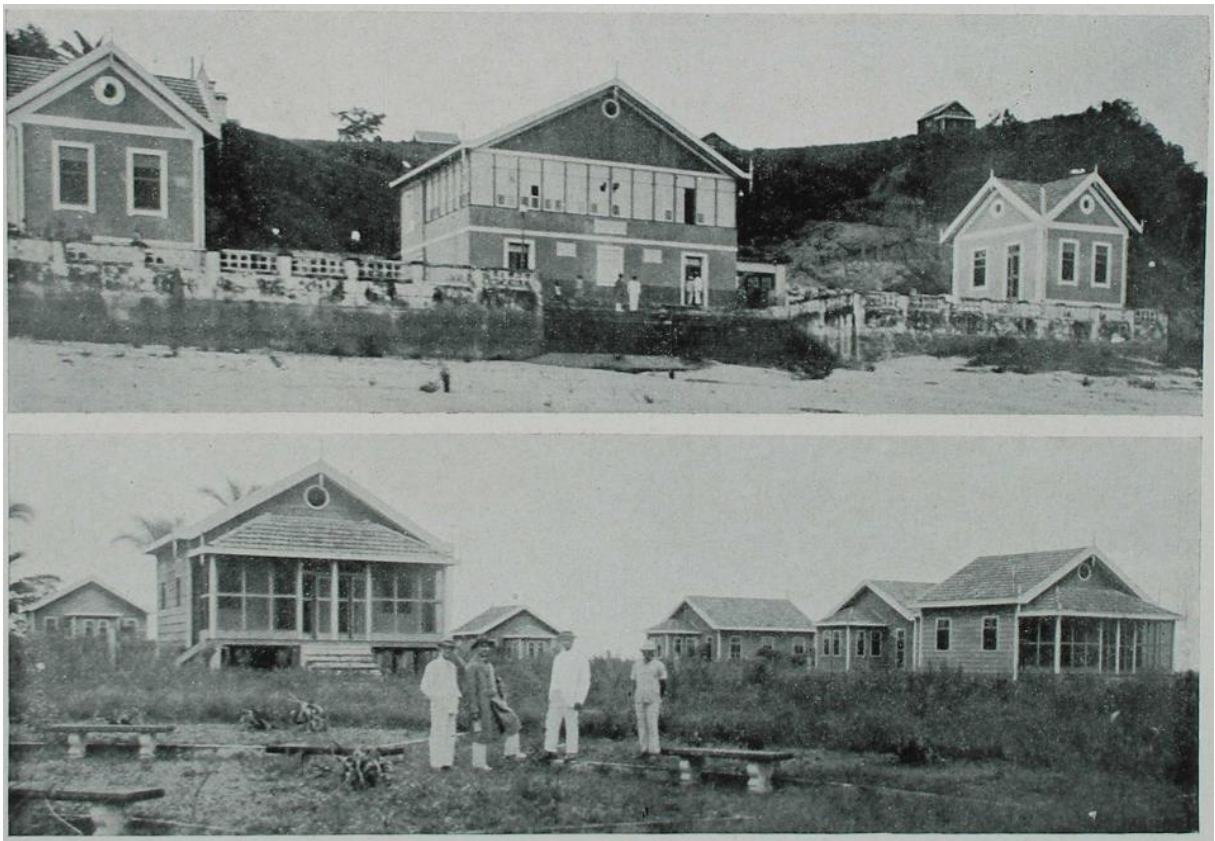
Considerando, finalmente, que, com a mudança de sede do Aprendizado Rio Branco, serão atendidas simultaneamente, as necessidades do Estado do Amazonas e do principal município agrícola de Território do Acre - Cruzeiro do Sul - ficando assim melhor servida a região Amazônica. (BRASIL, 1940).

No Amazonas, o Aprendizado Agrícola Rio Branco foi instalado no dia 19 de abril de 1941, na propriedade denominada Paredão, localizado no município de Manaus, às margens do Rio Negro, hoje atual Estação Naval do Rio Negro (IFAM, 2019).

Nesta propriedade, antes da instalação do Aprendizado Agrícola Rio Branco, funcionava o Aprendizado Agrícola do Paredão, criado na gestão do Interventor Federal Capitão Nelson de Mello (1933-1934), que aproveitou as instalações do casario construído para abrigar hansenianos, mas que não chegou a funcionar com essa finalidade. (MELLO, 1935).

A propriedade do Paredão, conforme o relatório de Souza-Araújo (1933), ficava localizada em um ponto elevado, salubre e de bela vista (ver Figura 1), e a forma de acesso para quem quisesse ir da cidade de Manaus para este local dava-se pelo rio Negro e durava 45 minutos de lancha ou pela estrada com a duração de 20 minutos de automóvel.

Figura 1: Imagens das instalações na propriedade do Paredão (1933).



Fonte: Souza-Araújo (1933, p.191).

No então Aprendizado Agrícola do Paredão, durante o ano letivo de 1936, funcionaram, além das atividades agrícolas baseadas em técnicas dos especialistas da área, duas escolas primárias, conforme o Relatório do Agrônomo Admar Thury,

diretor da instituição escolar, apresentado ao governo do estado do Amazonas e transcrito na Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas, na abertura da sessão ordinária, do dia 3 de maio de 1937. Uma escola primária denominada de Escola Rural, na qual se matriculavam os filhos dos funcionários e dos trabalhadores rurais, e outra chamada de Escola de Emergência destinada aos meninos recolhidos pelo Juizado de Menores.

Prestaram exame nas duas escolas, na época regulamentar, 54 crianças do seguinte modo: 2 fizeram o 2º ano letivo; 7 o 1º definitivo; 13 o 2º ano elementar; e 32 o 1º elementar. No decorrer de 1936 foram registrados no Aprendizado 85 menores enviados pelo Juizado, dos quaes a maioria foi desligada à requisição do próprio Juízo. (MAIA, 1937, p. 284, sic).

Este Aprendizado Agrícola teve uma reduzida dotação orçamentária para sua manutenção e seu funcionamento no ano de 1935, como afirma Álvaro Maia na Mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas, na abertura da sessão ordinária do dia 3 de maio de 1936.

O orçamento para 1935 fixava uma verba de 242:020\$000 (§ 15, art. 2º, acto 448, de 23 de janeiro de 1935) reduzida a 171:440\$000 por acto n. 19, de 12 de abril de 1935 e, finalmente, a 166:440\$000 na vigente lei. Mantem 30 alunos, procedentes dos municípios, dos quaes 11 prestaram exames finais do curso profissional. A conservação das casas de madeira e da estrada de rodagem, a manutenção de água e luz próprias, o transporte por meio de lanchas e caminhões importam em grandes despesas, não comportadas pelas verbas que lhe são destinadas. Há, ainda, os meninos enviados pelo Juiz de Menores, desprovidos de roupas e calçado. (MAIA, 1936, p. 108).

Naquele contexto, mesmo com as dificuldades orçamentárias, o diretor Admar Thury sinalizava que estava em vias de realização no Aprendizado Agrícola do Paredão, a criação de treze Estações de Monta, a instalação de uma casa de farinha e das máquinas de beneficiamento de arroz, de milho e de café.

Adaptação do piso calcetado de um pavilhão para beneficiamento de cereais e casa de farinha, com uma área aproximada de 250 metros quadrados; construção da báiá para animais de trabalho; doze canteiros de alvenaria para horta, com 15 metros quadrados cada um,

de área aproveitável ao plantio; mudança do aviário para o local mais apropriado, cuja instalação está inacabada; assentamento de dois fornos para farinha; confecção de uma banca e ralador movido a eletricidade para mandioca e feitura de uma prensa para massa, com parafuso metálico. (MAIA, 1937, p. 285).

Para o Governador Álvaro Maia na Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas em 1937, o Aprendizado Agrícola do Paredão deveria ser moldado aos dispositivos federais do ensino e obedecer à padronização nacional. Ainda nesta mensagem, Maia dizia que o então Deputado Federal Alexandre de Carvalho Leal estava trabalhando no mesmo intuito, o qual tinha apresentado um projeto de encampação do Aprendizado pelo governo federal.

Na Exposição de Álvaro Maia, então Interventor Federal no Amazonas, ao Presidente da República em 1941, ele salientava que o Aprendizado Agrícola do Paredão havia sido encampado pelo governo federal depois que este estabelecimento teve diferentes utilidades, ao contrário do fim a que a destinaram ao construí-lo. Ainda segundo Maia (1941), a instalação do Aprendizado Agrícola Rio Branco ocorreu no dia 19 de abril de 1941 pelo então diretor Aquiles Peret, que viajou do Território do Acre juntamente com funcionários e alunos para aquele fim.

Alguns anos após sua instalação no Paredão, o Aprendizado Agrícola Rio Branco, de acordo com Albuquerque (1984), passou a ser denominado de Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas através do Decreto-lei nº 9.758, de 5 de setembro de 1946. Naquele mesmo Decreto, transferia o Aprendizado Agrícola Rio Branco para o Vale do Rio Solimões, mas isso não se efetivou segundo o Regulamento Interno da Escola Agrotécnica Federal de Manaus de 1998.

Vale lembrar que no dia 20 de agosto de 1946 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, a qual estabeleceu apenas três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola, a saber: as Escolas de Iniciação Agrícola, as Escolas Agrícolas, e as Escolas Agrotécnicas.

As Escolas de Iniciação Agrícolas eram destinadas a ministrar o curso de iniciação agrícola, podendo ministrar cursos de continuação e de aperfeiçoamento. O curso de Iniciação Agrícola tinha a duração de dois anos e destinava-se a dar a preparação profissional necessária à execução do trabalho de operário agrícola qualificado. Para seu ingresso, o aluno deveria ter doze anos completos; ter recebido educação primária conveniente; possuir capacidade física e aptidão mental para os

trabalhos escolares que deveriam ser realizados; ter sido aprovado no exame vestibular; e apresentar prova de não ser portador de doença e de estar vacinado (BRASIL, 1946a).

Após o Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, a Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas passou a ser chamada de Ginásio Agrícola do Amazonas, tendo em vista o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61 (ALBUQUERQUE, 1984).

Diante das mudanças postas pela LDB/1961, os Ginásios Agrícolas ficaram encarregados do ensino agrícola nas quatro séries do ciclo ginásial do ensino médio e conferiam ao estudante no final do curso o Título de Mestre Agrícola.

O Ginásio Agrícola do Amazonas foi elevado à categoria de Colégio pelo Decreto nº 70.513, de 12 de maio de 1972, passando a denominar-se Colégio Agrícola do Amazonas (SOUZA, 2011). No mesmo ano, 1972, o Colégio Agrícola do Amazonas foi transferido do Paredão para suas novas instalações no Km 8 da estrada do Aleixo, Zona Leste da cidade de Manaus, conforme o Regulamento Interno da Escola Agrotécnica Federal de Manaus de 1998 (ver Figura 2).

Figura 2: Construção do Colégio Agrícola do Amazonas (1970).



Fonte: IFAM (2019).

Em 1979, o Colégio Agrícola do Amazonas recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Manaus, em decorrência do Decreto-Lei nº 83.935, de 4 de setembro, o qual estabelecia que as instituições de ensino subordinadas à COAGRI teriam que ter a denominação uniforme de “Escola Agrotécnica Federal”, seguida do nome da cidade em que se localizava o estabelecimento.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus, inicialmente ofertava o curso Técnico em Agropecuária em nível de 2º Grau, porém, com as mudanças que ocorreram com a reforma implementada pelo Decreto nº 2.208/97, ela teve autorização para oferecer cursos de Manejo Florestal, Recursos Pesqueiros, Zootecnia e Secretariado, como aponta Lima (2008). Após a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a assinatura do Decreto nº 5.154/04, essa instituição escolar passou a formar profissionais nos cursos Técnico em Agropecuária, Manejo Florestal, Recursos Pesqueiros, e Secretariado, como sinaliza Alves (2009).

O modelo de funcionamento, tempos-espacos e sujeitos escolares, além das práticas escolares de um professor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, no contexto de 1979 a 1993, serão discutidos nos próximos capítulos desta dissertação.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus transformou-se em autarquia educacional de regime especial, pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 (IFAM, 2019), a qual dava autonomia como entes autárquicos a essa Instituição, além de autonomia didática e disciplinar.

Souza (2011) enfatiza que nos anos de 1990, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus teve um papel importante na reforma do ensino agrícola do país sendo uma das cinco escolas pilotos da rede das Agrotécnicas Federais, escolhidas para serem as primeiras a inserir as mudanças nessa modalidade de ensino profissional, que antecederam a implantação das reformas do Decreto nº 2.208/97.

Jaime Cavalcante Alves (2009), por sua vez, ressalta que a Escola Agrotécnica Federal de Manaus foi escolhida, juntamente com mais seis escolas, como escola piloto para implantação da reforma curricular estabelecida pelo Decreto 2.208/97.

De acordo com Alves (2009), devido a essa participação e à perspectiva das promessas de investimento de recursos financeiros a reforma foi implantada na Escola sem que houvesse uma ampla discussão com a comunidade escolar a fim de compreender a filosofia da reforma, o que, segundo ele, permitiria encontrar um meio

de efetivar uma modificação que realmente atendesse e se adequasse às reais necessidades da instituição escolar e da região onde ela estava inserida.

Esse aspecto acerca do qual não houve uma ampla discussão com a comunidade escolar e outros elementos são expostos por alguns professores da Escola Agrotécnica Federal de Manaus ao responderem o questionário feito pela pesquisadora Maria Francisca de Lima (2008), a qual investigava as implicações do Decreto nº 2.208/97 na instituição.

Segundo Lima, quando os professores foram perguntados a respeito da reforma do Ensino Profissional, a partir da implementação do Decreto nº 2.208/97, a maioria dos entrevistados disseram “que o envolvimento no processo de apresentação das informações a respeito da reforma e seu acompanhamento foram parciais; cinco (5) disseram que acompanharam todo o processo e hum (1) não respondeu” (LIMA, 2008, p. 77, sic).

No relatório das respostas, o que chamou a atenção de Lima (2008) foi o fato de a maioria dos entrevistados terem enfatizado que o processo não foi democraticamente discutido e quando os responsáveis pela proposta de implementação reuniam os atores envolvidos no processo era simplesmente para o repasse de informações conclusivas, o que inviabilizou qualquer tipo de questionamento, sugestão e processos avaliativos.

Entretanto, a reforma da educação profissional estabelecida pelo Decreto nº 2.208/97 foi implantada na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, fazendo-a passar por mudanças na sua “organização curricular dos cursos técnicos, na oferta do ensino médio e na relação da escola com a sociedade” (ALVES, 2009, p.14). Para Alves (2009), uma das mudanças de grande proporção foi a subdivisão do curso Técnico em Agropecuária em quatro habilitações profissionais que, ao final, se tornaram quatro cursos, a saber: Agricultura, Zootecnia, Agroindústria e Recursos Pesqueiros.

Alves (2009) salienta que antes do Decreto nº 2.208/97 a Escola Agrotécnica Federal de Manaus ministrava o curso Técnico em Agropecuária generalista no sentido que dava uma visão geral de agropecuária, porém, após a reforma, esse curso foi desmembrado nas quatro habilitações onde o estudante era certificado em uma delas. Desse modo, segundo ele, saíram de uma formação generalista e abrangente e passaram a formar profissionais mais especializados em uma das quatro habilitações criadas, gerando, então, impactos negativos na relação da escola com o mundo do trabalho.

De acordo com Alves, no ano de 2004 foi realizada uma série de reuniões com o setor produtivo que objetivavam a realização de uma avaliação dos profissionais habilitados nesses cursos no mundo do trabalho.

O resultado dessa avaliação foi que a grande maioria das pessoas e instituições envolvidas evidenciaram a necessidade de um profissional mais generalista do que um profissional especializado. Em 2005, tendo como base as reuniões de avaliação de curso, a escola retoma a discussão e volta a ofertar o curso de agropecuária, mantendo também o de Manejo Florestal, Recursos Pesqueiros e Secretariado. (ALVES, 2009, p. 16).

Alves ressalta que com a revogação do Decreto nº 2.208/97, juntamente com a assinatura do Decreto nº 5.154/04, uma nova perspectiva surgiu na formação dos estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, pois a vinculação do ensino técnico ao ensino médio promoveu uma nova discussão sobre o ensino agrícola na instituição escolar.

Até 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus formava profissionais no curso Técnico em Agropecuária na forma integrada, quando curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo que a formação técnica, Manejo Florestal, Recursos Pesqueiros e Secretariado na forma subsequente, quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio (ALVES, 2009).

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus, em 2008, sediou o Seminário de Educação Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Região Norte, cujo tema foi a “(Re)significação do Ensino Agrícola”, realizado nos dias 29 e 30 de abril daquele ano (MEC/SETEC, 2008).

O objetivo do Seminário realizado na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, foi discutir um novo conceito para a formação agrícola, de forma que esta respondesse a todas as demandas e desafios daquele momento e do futuro, conforme o relatório desse Seminário (2008).

Vale destacar que este seminário foi um dos cinco Seminários Regionais ocorrido no Brasil com vista a fornecer subsídios para o estabelecimento de diretrizes e políticas públicas para o ensino agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual foi apresentado na seção anterior deste capítulo.

Ainda de acordo com o relatório do seminário, o evento contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas, entre profissionais da Rede de

Educação Profissional e Tecnológica da Região Norte, parceiros governamentais da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, e representantes de organizações não-governamentais e estudantes.

O Seminário foi organizado em três momentos: primeiro, foi feita uma reflexão sobre o ensino agrícola na rede federal; posteriormente, foram formados cinco grupos de trabalho, com objetivo de diagnosticar a realidade da educação agrícola naquele momento, indicar os desafios e propor estratégias para a superação; e, por fim, ocorreu à plenária final, com o objetivo de socializar as informações oriundas dos cinco grupos e a possibilidade de todos os participantes apresentarem sugestões e críticas com vista ao enriquecimento das propostas em geral (MEC/SETEC, 2008).

A plenária final apresentou alguns destaques em relação ao ensino agrícola que cabe aqui mencionar:

- * articular a criação de um programa/fundo (como política pública) de apoio e financiamento específico para atender o Ensino Agrícola;
- * definir estratégias a serem implantadas para a modernização e ampliação da infraestrutura existente, otimizando os recursos para melhor atender as demandas do ensino agrícola para a nova realidade;
- * desenvolver um programa de valorização e qualificação dos servidores para atender o novo modelo das políticas do ensino agrícola;
- * refletir sobre um século de experiência e contribuições do ensino agrícola no País, abordando os seguintes pontos: i) Período que antecede a COAGRI; ii) Período COAGRI (Escola Fazenda); iii) Decreto 2208 (PROEP); iv) Decreto 5154; v) Cooperativa-Escola; e vi) Expansão da Educação Profissional. (MEC/SETEC, 2008, p. 9-10).

Além disso, foi dado destaque ao fato de que os Estados da Região Norte por conta de suas especificidades mereciam atenção diferenciada quando se tratava de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Era preciso considerar as dificuldades de locomoção nesta região quando comparadas com outras regiões, bem como a assistência estudantil, através da moradia e alimentação, como condição indispensável para a garantia do acesso e permanência dos alunos na escola.

Outros destaques foram apontados pela plenária, entre eles, o desafio da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da época. A dúvida concentrava-se em como aconteceria a inserção e a correlação das Escolas

Agrotécnicas Federais no contexto da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que estava em discussão naquele período, conforme o relatório do seminário.

O texto do Seminário apontou que naquele âmbito, ganhava a relevância o necessário subsídio para que o corpo docente e técnico administrativo participassem efetivamente de todo o processo de transição/implantação da proposta dos Institutos.

No final de 2008, em face da Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se IFAM Campus Manaus Zona Leste (IFAM, 2019).

Podemos afirmar que um ciclo se encerra aqui, pois diferente do que aconteceu anteriormente, onde tivemos a mudança institucional pela legislação, mas mantendo a unicidade da instituição, a partir de 2009 a Escola Agrotécnica Federal de Manaus deixou de existir enquanto instituição autônoma e passou a ser um campus, juntamente com outros quatro, Campus Manaus Centro, Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Coari e Campus São Gabriel da Cachoeira, de uma então nascente instituição: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

3 ESPAÇOS, TEMPOS E SUJEITOS ESCOLARES

O presente capítulo tem como objetivo identificar a dinâmica dos espaços-tempo e sujeitos escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, no contexto de 1979 a 1993. Para tanto, inicialmente buscamos discutir sobre o Sistema Escola-Fazenda adotado pela Escola, em seguida, demonstramos como funcionava os tempos nos espaços das Escolas Agrotécnicas Federais e na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, por último, apresentamos os sujeitos escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus no período de 1979 a 1993.

Para entender o Sistema Escola-Fazenda, nos apropriamos dos textos de Sobral (2009), Koller e Sobral (2010), Souza (2011), Tavares (2007), Mizoguchi (1981), Biulchi (2005), Oliveira (2007). Em seguida, buscamos compreender o currículo escolar das Escolas Agrotécnicas Federais, para tanto, nos lançamos na análise da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus da educação brasileira, e dos pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação, o qual ficou encarregado de fixar as matérias do currículo do 1º e 2º Graus. Para refletir sobre disciplinas, tempos e espaços escolares utilizamos Viñao Frago (1995).

Posteriormente apresentamos os tempos e espaços escolares das Escolas Agrotécnicas Federais através de um documento intitulado “Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas” do MEC/SENETE, publicado no ano de 1990, o qual contou com a elaboração e colaboração de diferentes sujeitos escolares das Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil, inclusive da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Em seguida, apresentamos como ocorriam as práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, nos setores das Unidades Educativas de Produção (UEP's), assim como em outros setores da Escola, através das categorias “Práticas Escolares nas Unidades Educativas de Produção” e “Espaços e Tempos Escolares”, criadas a partir da leitura de uma entrevista feita com um professor que trabalhou nesta escola, no período pesquisado, e que será exposto o processo analítico dos dados da entrevista no próximo capítulo desta dissertação.

Por fim, apresentamos os sujeitos escolares que fizeram parte da história da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no contexto de 1979 a 1993. Para tanto,

iniciamos apresentando sobre os diretores, depois os técnicos-administrativos, os docentes e, finalizamos, com os discentes.

Vale destacar que não tivemos acesso ao arquivo da instituição pesquisada em decorrência do Pandemia do COVID 19 que assola o mundo no ano de 2020/2021. Desse modo, o nosso levantamento de dados foi feito através do Diário Oficial da União, usando a palavra-chave “Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM”, do ano de 1979 a 1993. Além disso, utilizamos o Regimento Interno da COAGRI, Portarias do Ministério da Educação e Cultura, vídeo institucional da COAGRI, entre outros, e nos apropriamos de algumas informações do texto de Albuquerque (1984) e Alves (2009).

3.1 O Sistema Escola-Fazenda

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus, no recorte temporal da nossa pesquisa (1979-1993), utilizava como modelo de funcionamento o “Sistema Escola-Fazenda”, o qual tinha como princípio filosófico o lema “aprender a fazer e fazer para aprender”.

De acordo com Souza (2011), trata-se de um sistema que, teoricamente, se fundamentava no desenvolvimento das habilidades, destrezas e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, bem como ser uma escola dinâmica no sentido que deveria familiarizar o estudante com atividades que o preparassem para a realidade, em sua vivência com os problemas da agropecuária, e na conscientização de suas responsabilidades e possibilidades.

Para Sobral (2009), tal sistema tinha por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, assim como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação, trabalho e produção.

A implantação do Sistema Escola-Fazenda deu-se durante a ditadura civil-militar que se instalou no Brasil no período de 1964 a 1985, e foi fruto dos famosos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos da América por meio, inicialmente, do

Ministério da Agricultura (MA), depois, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁴.

De acordo com Sobral (2009), este sistema foi introduzido na rede federal de ensino agrícola em 1966 como resultado do acordo firmado entre o MA - Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) - USAID, através do Projeto CONTAP II - suporte do ensino agrícola de grau médio.

Vale ressaltar que até maio de 1967 o ensino agrícola federal brasileiro estava sob alçada do Ministério da Agricultura e responsabilidade da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), a qual foi incumbida da orientação e fiscalização do ensino da agricultura e veterinária em seus diferentes graus, o exercício das profissões e ministrar o primário e ensino médio da agricultura às populações rurais.

As “raízes” do Sistema Escola-Fazenda estão nas experiências implantadas no Colégio Agrícola Estadual de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, sob a liderança do Engenheiro Agrônomo Shigeo Mizoguchi, o qual teria recebido uma visita de especialistas do Ministério da Agricultura e da USAID, e ali eles consideraram que o modelo adotado em sua escola poderia ser um projeto piloto para a educação agrícola no Brasil (MIZOGUCHI, 1981).

De acordo com Carlos Alberto Tavares (2007), o modelo inicialmente proposto para o Sistema Escola-Fazenda constituía-se dos seguintes componentes:

- a) **Escola-Fazenda** – Área de terra da Escola Agrícola destinada à produção de alimentos para autoabastecimento do economato, no qual os alunos trabalhavam para aprenderem a produzir.
- b) **Programa Agrícola Orientado** – Programa constituído por um conjunto de projetos de inteira responsabilidade dos alunos, desenvolvidos em áreas destinadas para esse fim, onde o lucro era dividido pelos alunos.
- c) **Salas de aula** – Ambiente convencional das escolas onde são ministradas aulas de educação geral e de formação técnica.
- d) **Cooperativa** – Componente chave do sistema destinado ao fornecimento dos insumos de produção para os projetos da escola, dos alunos e comercialização dos produtos agropecuários, funcionando dentro dos princípios de cooperação e auxílio mútuo. (TAVARES, 2007, p. 319).

⁴ Romanelli (2014) aponta 12 acordos entre o MEC, a USAID e outros órgãos do governo brasileiro efetuados no período de 1964 a 1968, que incluíam assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos, autoridades e instituições educacionais.

No entanto, o Sistema Escola-Fazenda passou por alterações em seus elementos componentes ao longo do processo de implantação e expansão na rede federal de ensino agrícola, como veremos mais adiante.

Após a reforma administrativa dos Ministérios legitimada pelo Decreto-Lei nº 200/1967, o ensino agrícola foi incorporado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em consequência, a SAEV também foi transferida ao MEC, pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, com a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola (DEA), inserindo-se no Departamento de Ensino Médio (DEM) daquele ministério, que absorveu as Diretorias do Ensino Agrícola, Industrial, Comercial e Secundário em 1970.

Ao assumir o ensino agrícola através do DEA, o MEC adotou determinadas políticas que foram marcantes para o ensino agrícola da época, como a implantação e expansão do Sistema Escola-Fazenda na rede federal de ensino agrícola, segundo Cláudio Koller e Francisco Sobral (2010).

Tavares (2007) destaca que coube ao Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), no ano de 1972, com apoio do DEM do MEC, publicar um Manual sobre o Sistema Escola-Fazenda elaborado por 14 técnicos especialmente convidados para tal fim.

Neste Manual, conforme Tavares, foram definidos os seguintes objetivos para o Sistema Escola-Fazenda:

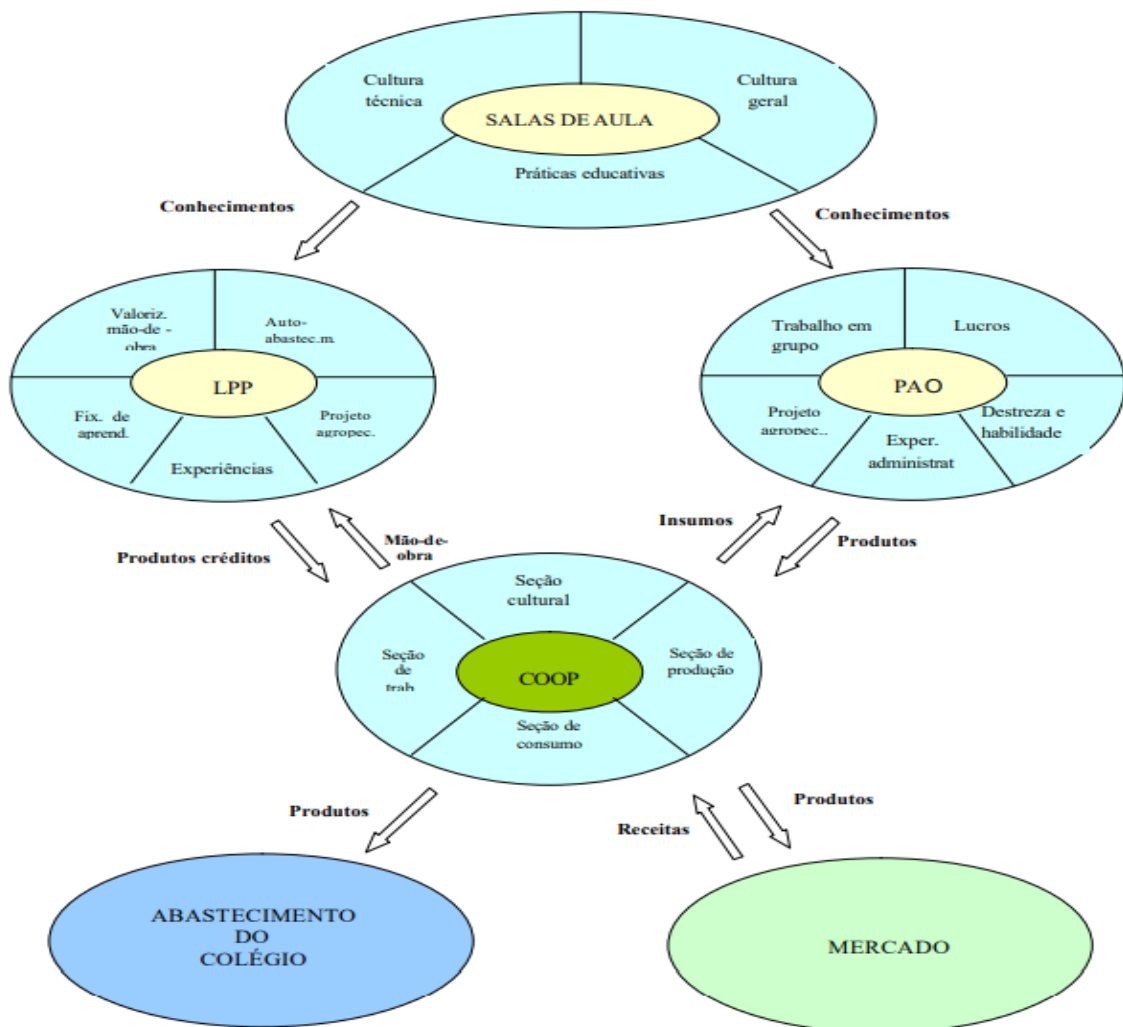
- a. Proporcionar melhor formação profissional aos educandos, dando-lhes vivência com os problemas reais dos trabalhos agropecuários;
- b. Despertar o interesse pela agropecuária;
- c. Levar os estudantes a se convencerem de que agropecuária é uma indústria de produção;
- d. Oferecer aos estudantes oportunidades de iniciarem e se estabelecerem, progressivamente, num negócio agropecuário;
- e. Ampliar o raio de ação educativa do estabelecimento, proporcionando aos agricultores circunvizinhos e aos jovens rurícolas, conhecimento das práticas agropecuárias recomendáveis;
- f. Despertar no educando o espírito de cooperação e auxílio mútuo. (TAVARES, 2007, p. 320).

A partir de 1972, segundo Tavares (2007), o modelo do Sistema Escola-Fazenda inicialmente proposto foi ligeiramente alterado, assim, o componente Escola-fazenda, considerado anteriormente apenas uma área de terra para os projetos da escola, foi substituído pela denominação de Laboratório de Prática e Produção (LPP),

e o termo “Escola-Fazenda” passou então a ser mais abrangente, isto é, englobando toda a escola.

Desse modo, o Sistema Escola-Fazenda foi composto de quatro áreas distintas que funcionavam integradas e interligadas entre si, a saber: Salas de Aulas, Laboratório de Práticas e Produção (LPP), Programa Agrícola Orientado (PAO) e Cooperativa-Escola (COOP), como podemos observar na Figura 3:

Figura 3: Demonstrativo da interdependência das áreas de atividades do Sistema Escola – Fazenda (1972).



Fonte: CENAFOR (1972) apud Biulchi (2005, p. 33)

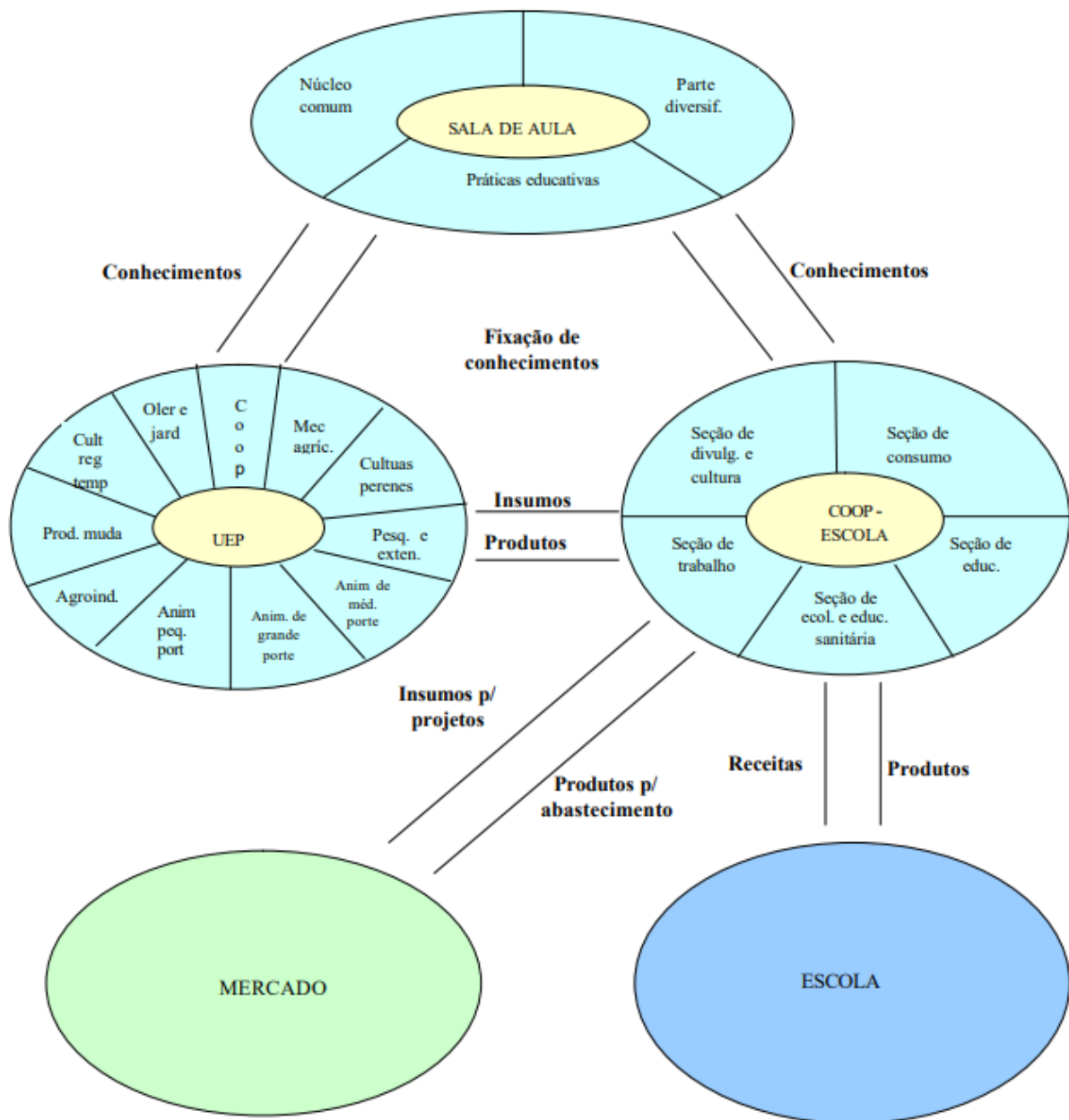
Nas salas de aula deveriam ser realizadas as atividades teóricas/práticas sobre Cultura Geral e Cultura Técnica. No LPP os professores realizariam suas aulas práticas, com ênfase na valorização da mão de obra; na fixação da aprendizagem; nos projetos agropecuários; o autoabastecimento e as experiências vivenciadas. No

Programa Agrícola Orientado desenvolviam-se os projetos coletivos agropecuários, cujo objetivo era criar no aluno o sentimento de trabalho em grupo; a experiência administrativa; a formação de destrezas e habilidades, experiência administrativa, e a obtenção de lucro. Por fim, a COOP objetivava proporcionar uma vivência de cooperação com vistas ao desenvolvimento coletivo.

Dentro dessa estrutura organizacional, conforme Souza (2011), todas as atividades originárias da aprendizagem desenvolvida em sala de aula do aluno seriam postas em prática através dos LPP e do PAO, que deveriam através da COOP, abastecer tanto o colégio quanto o mercado, e que propiciaria ao colégio sustentabilidade do seu próprio consumo e de receita para as atividades nos laboratórios de práticas.

O Sistema Escola-Fazenda passou por alterações em seus elementos componentes quando a rede federal de ensino agrícola passou a ser coordenada pela COAGRI. O sistema que antes possuía quatro componentes, sob a administração da COAGRI passou a ter três. A saber: Salas de Aulas, LPP e a COOP. De acordo com Tavares (2007), o LPP posteriormente foi substituído pelas Unidades Educativas de Produção (UEP's) (ver Figura 4).

Figura 4: Demonstrativo da interdependência das áreas de atividades do Sistema Escola – Fazenda (1985).



Fonte: COAGRI (1985) apud Biulchi (2005, p. 34)

Nas UEP's deveriam ser realizadas as disciplinas escolares: Agricultura I – para o ensino e produção de olerícolas e jardinocultura; Agricultura II – para o ensino e produção de culturas regionais temporárias; Agricultura III – para o ensino e produção de culturas perenes; Zootecnia I – para o ensino e produção de animais de pequeno porte; Zootecnia II – para o ensino e produção de animais de médio porte; Zootecnia III – para ensino e produção de animais de grande porte. A agroindústria e outras

UEP's foram criadas em função de necessidades e características regionais, segundo Souza (2011).

Além dos três componentes fundamentais, a sala de aula, a cooperativa-escola e as UEP's, o Sistema Escola-Fazenda tinha como atividades complementares ao currículo: a monitoria, o plantão de final de semana e o rodízio de férias.

A monitoria era exercida pelos alunos da 3ª série nas UEP's e na Cooperativa-Escola; o plantão de final de semana era exercido por professores e por grupos de alunos provenientes das três séries; e o rodízio de férias ocorria nos períodos de férias e recesso escolar, oportunizado aos alunos acompanhar os projetos que continuariam em andamento, aplicando conhecimento e ao mesmo tempo dando a manutenção adequada aos projetos agropecuários, conforme Oliveira (2007).

Paulo Biulchi (2005), sinaliza que o Sistema Escola-Fazenda continuou servindo como parâmetro de referência para as Escolas Agrotécnicas Federais até aprovação da LDB/96, cujo texto indicava novas orientações para a educação profissional. Oliveira (2007), por sua vez, aponta que os pressupostos do modelo curricular prescrito no Sistema Escola-Fazenda foram implementados nessas escolas e permaneceram como base da organização pedagógica até a reforma da educação profissional em 1996.

3.2 O currículo escolar

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus, no período pesquisado, era regida pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus da educação brasileira.

Conforme a Lei nº 5.692/71, os currículos do ensino de 1º e 2º graus deveriam ter um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Uma vez constituído o currículo pleno de cada sistema de ensino, ele deveria ter uma parte de Educação Geral e outra de Formação Especial, organizada de modo que a parte da educação geral predominasse no ensino de 1º grau e a formação especial no ensino de 2º grau. A parte de formação especial no 1º grau tinha como objetivo a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, e no 2º grau tinha por objetivo a habilitação profissional.

O texto da Lei nº 5.692/71 delegou ao Conselho Federal de Educação a fixação das matérias que constituiriam o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus e o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional do 2º grau. Com base nesta atribuição, o Conselho Federal de Educação elaborou o Parecer nº 853, de 12 de novembro de 1971, e a Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, nos quais fixa o núcleo comum para os currículos de 1º e 2º Graus.

O Parecer nº 853/71, na sua primeira parte, tratou da concepção do currículo na Lei nº 5.692/71, e, na segunda parte, apresentou as justificativas da escolha das matérias, dos seus objetivos e sua plenitude no Projeto de Resolução que veio a ser a Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, onde foi definido que Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências seriam as matérias do núcleo comum nos currículos do 1º e 2º Graus.

Na matéria de Comunicação e Expressão foi elencada a disciplina de Língua Portuguesa com a inclusão de Literatura Brasileira no 2º Grau. Além disso, o texto da Resolução, recomendava a inclusão de uma Disciplina de Língua Estrangeira Moderna na Matéria de Comunicação e Expressão, quando o estabelecimento de ensino tivesse condições para ministrá-la com eficiência.

A matéria de Estudos Sociais foi composta das disciplinas História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil; e na matéria de Ciências as disciplinas de Matemática, Ciências Físicas e Biológicas. Além delas, a Lei nº 5.692/71, no artigo 7º, já havia estabelecido a inclusão nos currículos das instituições escolares de 1º e 2º Graus, das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programa de Saúde e Ensino Religioso. Esta última apesar de ser facultativa para o aluno, era de oferta obrigatória para os estabelecimentos de ensino.

Para o currículo mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional no 2º grau, o Conselho Federal de Educação elaborou o Parecer nº 45, de 12 de janeiro de 1972 e a Resolução nº 02, de 27 de janeiro de 1972. Este Parecer explica no que consistia a profissionalização no 2º grau, enumerando as 130 habilitações com suas respectivas disciplinas mínimas obrigatórias por área profissional, conforme declara Oliveira (2007).

No que se refere à área profissional de Agricultura e Pecuária, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 45/72, estabeleceu o currículo mínimo conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Habilitações para a área de Agricultura e Pecuária.

ANEXO C- CATÁLOGO DE HABILITAÇÕES				
Conjunto de Habilitações afins e matérias respectivas				
Matérias		Distribuição pelas Habilitações		
Número de Ordem	Títulos	Agro-pecuária	Agri-cultura	Pecuária
1	Desenho e Topografia	X	X	X
2	Administração e Economia Rural	X	X	X
3	Agricultura	X	X	X
4	Zootecnia	X	X	X
5	Construções e Instalações	X	X	X
6	Irrigação e Drenagem	X	X	
7	Culturas	X	X	X
8	Criações	X		X

Fonte: Anexo C do Parecer CFE nº 45/72 apud Oliveira (2007, p.155).

Para essa área foram nomeadas as habilitações de Técnico em Agropecuária, Agricultura e Pecuária, bem como as habilitações de Auxiliar de Análise de Solos, Agente de Defesa Sanitária Animal, Auxiliar de Adubação, Auxiliar de Forragens e Rações, e Classificador de Produtos Vegetais (OLIVEIRA, 2007).

A grade curricular do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Manaus foi elaborada de acordo com as recomendações da Lei nº 5.692/71 e do Conselho Federal de Educação, como podemos observar no Quadro 3.

Quadro 3: Currículo da habilitação em Técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Núcleo Comum	Educação Geral				Formação Especial						
	Disciplinas	Séries			Total de Horas	Disciplinas	Séries			Total de Horas	
		1ª	2ª	3ª			1ª	2ª	3ª		
Comunicação e Expressão	Língua portuguesa e literatura brasileira	03	03	02	240	Redação e expressão	-	-	02	60	
	Língua estrangeira	02	-	-	60		-	-	-	-	
	Educação artística	-	02	-	60		-	-	-	-	
Estudos Sociais	História	02	-	-	60	Estudos regionais Administração e economia rural	-	-	02	60	
	Geografia	02	-	-	60		-	-	-	-	
	OSPB	-	-	02	60		-	-	05	90	
	Educação moral e cívica	-	02	-	60		-	-	-	-	
Ciências	Matemática	03	03	02	240	Desenho e topografia	-	04	-	120	
	Física	-	02	02	120	Agricultura	02	02	-	120	
	Química	02	02	-	120	Zootécnica	02	02	-	120	
	Biologia	02	02	-	120	Culturas	06	06	08	600	
	Programas de saúde	02	-	-	60	Criações	06	06	08	600	
						Irrigação e drenagem	-	-	05	90	
Construções e instalações	-	-	05	90							
Outros componentes do Art. 7º da Lei nº 5.692/71	Educação física	03	03	03	270	Estágio supervisionado	-	-	03	180	
	Ensino religioso	-	01	-	30		-	-	-	-	
Educação Geral		21	20	11	1.560	Formação Especial		16	20	29	2.130

Total Geral - 3.690.

Fonte: Albuquerque (1984, Anexo 2).

O Quadro 3 nos permite observar a distribuição da carga horária por disciplina e a quantidade de aulas de cada uma nas três séries do Curso Técnico em Agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Desse modo, é possível constatar o predomínio da carga horária na Formação Especial, que contava com um total de 2.130 h/aulas, enquanto a Educação Geral tinha apenas 1.560 h/aulas, como recomendava o texto da Lei nº 5.692/71.

Entretanto, a grade curricular do curso Técnico em Agropecuária das Escolas Agrotécnicas Federais passou por alterações ao longo do tempo (ver Quadro 4), com a introdução de novas disciplinas e a alteração da carga horária de algumas disciplinas existentes, como é demonstrado pelo documento intitulado “Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas” elaborado pelo MEC/SENETE, no ano de 1990.

Quadro 4: Grade Curricular da habilitação de Técnico em Agropecuária das Escolas Agrotécnicas Federais.

MATÉRIAS	NÚCLEO COMUM				PARTE DIVERSIFICADA						
	DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL DE HORAS	DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL DE HORAS	
		1ª	2ª	3ª			1ª	2ª	3ª		
PORTUGUÊS	Língua Portuguesa	3	2	2	210	Redação e Expressão			2	60	
	Literatura Brasileira	1	1	1	90	Estudos Regionais-Sociologia e Extensão Rural			2	60	
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Inglês		2		60	Administração e Economia Rural			2	60	
						Cooperativismo	1			30	
						Desenho e Topografia		4		120	
						Zootecnia I	8			240	
MATEMÁTICA	Matemática	3	3	3	270	Zootecnia II		6		180	
						Zootecnia III			8	240	
						Agricultura I	8			240	
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	2			60	Agricultura II		6		180	
	História	2			60	Agricultura III			8	240	
	Organização Social e Política do Brasil		2		60	Irrigação e Drenagem			3	90	
						Construções e Instalações			3	90	
CIÊNCIAS	Física		2	2	120	Mecanização Agrícola		2		60	
	Química	2	2		120	Indústrias Rurais		2		60	
	Biologia	2	2		120	Estágio Supervisionado				360	
ARTIGO 7º	Educação Moral e Cívica	1			30						
	Educação Física	3	3	3	270						
	Educação Artística	1			30						
	Programas de Saúde	2			60						
	Ensino Religioso	1			30						
SUB-TOTAL		23	19	11	1.590	SUB-TOTAL		17	20	28	2.310
Núcleo Comum					1.590	Parte Diversificada					2.310
					TOTAL GERAL						3.900

Fonte: MEC/SENETE (1990, p. 14).

De acordo com Viñao Frago (1995), as disciplinas escolares não são entidades abstratas, assim como não têm uma essência universal ou estática. Segundo ele, as disciplinas escolares:

Nascem e evoluem, surgem e desaparecem; elas se separam e se unem, elas são rejeitadas e são absorvidas. Elas mudam seus conteúdos; também suas denominações. Elas são espaços de poder, de um poder a disputar; espaços que agrupam interesses e agentes, ações e estratégias. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 66)

Desse modo, a Disciplina Literatura Brasileira foi desmembrada da Língua Portuguesa; o Inglês foi adotado como Disciplina da Língua Estrangeira Moderna; na disciplina Estudos Regionais foram acrescentados Sociologia e Extensão Rural; as Disciplinas Agricultura, Zootecnia, Culturas e Criações deram lugar às Disciplinas

Zootecnia I, II e III, e a Agricultura I, II e III; e foi incluído na grade curricular as Disciplinas Cooperativismo, Mecanização Agrícola e Indústrias Rurais.

A Disciplina Língua Portuguesa diminuiu uma aula na 2ª série, em compensação Literatura Brasileira ganhou três aulas, uma em cada Série; Matemática ganhou mais uma aula na 3ª série; Educação Artística e Educação Moral e Cívica perderam uma aula cada e passaram a ser ministradas na 1ª série; Administração Rural perdeu uma aula; a disciplina Cooperativismo possuía uma aula na 1ª série; Mecanização Agrícola e Indústrias Agrícolas tinham duas aulas cada na 2ª série; e o Estágio Supervisionado passou a ser exigido por 360 horas.

3.3 Tempos e Espaços escolares

Viñao Frago, ao refletir sobre o tempo escolar, diz que ele é um tempo “diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais; uma construção, em suma, cultural e pedagógica” (VIÑAO, 1995, p. 72). Nesse sentido, o tempo escolar seria, simultaneamente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizacional. Do ponto de vista institucional, o tempo escolar aparece como um tempo prescrito e uniforme. Entretanto, de uma perspectiva individual, é um tempo plural e diverso.

Para Viñao Frago (1995), o tempo escolar institucional oferece diversas configurações e níveis, como o de longa duração, que tem suas origens na própria estrutura do sistema educacional com seus ciclos, níveis, cursos e ritos de passagem ou exames; o estabelecido por calendários escolares, dos cursos ou anos acadêmicos; e o intraescolar que define a distribuição das disciplinas e as atividades escolares: ano acadêmico, semestre, trimestre, bimestre, mês, semana, dia, manhã, tarde. Este último apresenta-se, material e escrita, em tabelas de horários e as distribuições temporal de tarefas e programas. Assim, uma das características temporais básicas dos estabelecimentos escolares são seus dias e horários de abertura e distribuição em uma tabela mensal, semanal e diária, para cada ano letivo, atividades e tarefas que nele podem ser realizadas.

O documento intitulado “Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas” do MEC/SENTE, publicado no ano de 1990, o qual contou com a elaboração e colaboração de diferentes sujeitos escolares das Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil, inclusive da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, pode nos mostrar, pelo

menos de forma prescrita, como funcionava os tempos nos espaços dessas Instituições Escolares.

Conforme o referido Documento, as disciplinas do núcleo comum e da parte diversificada estavam distribuídas da seguinte forma nas Escolas Agrotécnicas Federais, levando em consideração uma escola com 12 turmas, com 4 turmas em cada série:

Em um turno, 6 turmas, duas de cada série, permaneciam em sala de aula, ou nos laboratórios, ou nos diversos ambientes da escola para as aulas teórico-práticas das disciplinas do núcleo comum e algumas da parte diversificada (Desenho e Topografia, Irrigação e Drenagem, Construções e Instalações, Administração e Economia Rural, Cooperativismo, Sociologia e Extensão Rural e Redação e Expressão). Enquanto 6 turmas eram distribuídas nas UEP's, onde ocorriam as aulas das disciplinas de Zootecnia I, II e III, Agricultura I, II e III, Mecanização Agrícola e Indústrias Rurais, além da realização das tarefas pertinente a cada Unidade (cf. MEC/SENETE, 1990).

O documento do MEC/SENETE (1990) recomendava que cada série deveria ser dividida em quatro turmas (A, B, C, D), sendo que a turma A e B estudariam no turno da manhã as disciplinas do núcleo e comum e algumas disciplinas da parte diversificada, enquanto a turma C e D estudariam as disciplinas da parte diversificada nas UEP's. No turno da tarde ocorria o inverso, como podemos observar no Quadro 5.

Quadro 5: Distribuição Geral das Turmas no Núcleo Comum e na Parte Diversificada.

SÉRIE	TURMA	SEMANA A		SEMANA B		SEMANA C		SEMANA D	
		MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE
1ª	A	NC/PD	Agric. I	NC/PD	Zoot. I	NC/PD	Agric. I	NC/PD	Zoot. I
	B	NC/PD	Zoot. I	NC/PD	Agric. I	NC/PD	Zoot. I	NC/PD	Agric. I
	C	Agric. I	NC/PD	Zoot. I	NC/PD	Agric. I	NC/PD	Zoot. I	NC/PD
	D	Zoot. I	NC/PD	Agric. I	NC/PD	Zoot. I	NC/PD	Agric. I	NC/PD
2ª	A	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais
	B	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.
	C	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD
	D	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD	Zoot. II/Ind. Rurais	NC/PD	Agric. II/Mec. Agric.	NC/PD
3ª	A	NC/PD	Agric. III	NC/PD	Agric. III	NC/PD	Zoot. III	NC/PD	Zoot. III
	B	NC/PD	Zoot. III	NC/PD	Zoot. III	NC/PD	Agric. III	NC/PD	Agric. III
	C	Agric. III	NC/PD	Agric. III	NC/PD	Zoot. III	NC/PD	Zoot. III	NC/PD
	D	Zoot. III	NC/PD	Zoot. III	NC/PD	Agric. III	NC/PD	Agric. III	NC/PD

Legenda: NC – Núcleo Comum

PD – Parte Diversificada

Fonte: MEC/SENETE (1990, p. 16).

Quanto à distribuição das atividades e das disciplinas escolares nas UEP's para a 1ª, 2ª e 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária, o documento do MEC/SENETE (1990) orientava da seguinte forma:

Na 1ª Série, cada turma deveria ser dividida em três grupos para a realização das atividades programadas nas Unidades Educativas de Produção de Olericultura e Jardinagem (UEP - Agricultura I), de Animais de Pequeno Porte (UEP - Zootecnia I), e na Cooperativa-escola, de acordo com a distribuição a seguir:

em Olericultura e Jardinagem:

- Grupo 1 – olericultura
- Grupo 2 – jardinagem
- Grupo 3 – projetos/atividades complementares

em Animais de Pequeno Porte:

- Grupo 1 – avicultura
 - Grupo 2 – Cooperativa-escola
 - Grupo 3 – projeto/atividades complementares.
- (MEC/SENETE, 1990, p. 17).

Os grupos das turmas da 1ª série deveriam fazer revezamento semanalmente entre as UEPs de Olericultura e Jardinagem e de Animais de Pequeno Porte. Revezavam-se também nas atividades desenvolvidas em cada uma destas unidades. Por exemplo, quando o grupo 1, que estava escalado na primeira semana em Olericultura e Jardinagem, com atividade em olericultura, quando retomava a esta unidade, ficaria em projetos/atividades complementares ou em jardinagem (MEC/SENETE, 1990).

Na 2ª série, cada turma deveria ser dividida também em três grupos para a realização das atividades programadas nas Unidades Educativas de Produção de Culturas Regionais Temporárias (UEP - Agricultura II) e de Animais de Médio Porte (UEP - Zootecnia II), de Agroindústria e de Mecanização Agrícola. A distribuição das atividades ocorria da seguinte forma:

em Culturas Regionais/Mecanização Agrícola

- Grupo 1 – Culturas Anuais e projetos/atividades complementares
- Grupo 2 – Culturas Anuais e projetos/atividades complementares
- Grupo 3 – Mecanização Agrícola

em Animais de Médio Porte/Agroindústria

- Grupo 1 – Suinocultura e projetos/atividades complementares
- Grupo 2 – Suinocultura e projetos/atividades complementares

- Grupo 3 - Agroindústria
(MEC/SENETE, 1990, p. 20)

Na distribuição das disciplinas na 2ª série também havia revezamento semanal dos grupos nas UEPs de Culturas Regionais Temporárias, de Animais de Médio Porte, de Mecanização Agrícola e de Agroindústria.

Na 3ª Série, as turmas deveriam ser divididas em dois grupos distribuídos nas atividades das Unidades Educativas de Produção de Culturas Perenes (UEP - Agricultura III) e de Animais de Grande Porte (UEP - Zootecnia III), em dois semestres:

No 1º semestre:

em Culturas Perenes

- Grupo I – fruticultura/silvicultura e produção de mudas
- Grupo II – projetos/atividades complementares

em Animais de Grande Porte

- Grupo I – bovinocultura e projetos/atividades complementares
- Grupo II – monitoria

No 2º semestre:

em culturas Perenes

- Grupo I – fruticultura, silvicultura, produção de mudas e projetos/atividades complementares
- Grupo II – monitoria

em Animais de Grande Porte

- Grupo I – bovinocultura
- Grupo II – projetos/atividades complementares
(MEC/SENETE, 1990, p. 23)

Ao contrário da 1ª e 2ª Séries, o revezamento entre os grupos da 3ª Série ocorria quinzenalmente. Enquanto um grupo de alunos permanecia em monitoria, os demais estavam nas Unidades Educativas da 3ª Série onde eram ministradas, semanalmente, 5 (cinco) aulas referentes aos conteúdos de Agricultura III ou de Zootecnia III (MEC/SENETE, 1990).

Na categoria “Práticas Escolares nas Unidades Educativas de Produção”, criada a partir da leitura de uma entrevista feita com um professor que trabalhou na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, no período pesquisado, e onde será exposto o processo analítico dos dados da entrevista no próximo capítulo desta dissertação, o docente entrevistado relata como ocorriam as práticas escolares nesta escola nos setores das UEP's.

Na realidade eram criados vários setores, aí tinha o setor que chamavam dos animais, chamado Zootecnia, tinha I, II e III, era pequeno animais, médios animais e grandes animais, aí você vai

imaginando, os pequenos, galinha, essa parte aí, pato; médios animais, porco, cabra; grandes animais, vaca, cavalo. E, na parte da Agricultura, era justamente essa, horticultura, que era as plantas pequenas de horta, couve, alface, pimenta; as anuais, milho, arroz, essas coisas; e as permanentes, que era laranjeira, cafeeiro, cupuaçu, essas coisas que ficam lá vários anos. Tinha esses setores, aí cada setor desse, dependendo da quantidade de alunos, pegava a turma e dividia em quatro grupos e ficavam fazendo rodízio [...]. cada semana ficava rodando, vamos supor, hoje você ia para a horta, na outra semana você ia, ia criando rodízio, pequenos animais, grandes animais [...]. (DOCENTE, 2021, p. 12).

O professor ressalta que o rodízio ocorria também em outros setores da Escola. Ele lembra que, naquela época, os alunos também realizavam os serviços de manutenção da escola.

[...] tinha os setores também de limpeza, naquela época os alunos também faziam as coisas lá de manutenção, no meu tempo [o docente foi aluno da instituição] a gente mesmo limpava os alojamentos e os setores dos projetos tanto animal como das plantas. Tinha a limpeza A, que era dentro dos prédios, e a limpeza B que era fora, juntar lixo, tirar os matos, fora dos prédios, tudo isso tinha rodízio, tinha rodízio na Educação Física também [...]. (DOCENTE, 2021, p. 13).

Segundo o documento do MEC/SENETE (1990), cada UEP tinha uma sala de aula ambiente onde eram ministradas as aulas teóricas de Zootecnia e Agricultura. Mas de acordo com o docente entrevistado, as salas de aulas nas UEP's não tinham no princípio, elas só foram implantadas com um tempo.

Quando começou, vamos supor, você descia num determinado setor você só ia fazer a prática agrícola ligada àquele projeto, por exemplo, na cultura da laranja, você ia só capinar, adubar, essas coisas, podar, colher laranja... Nos animais a mesma coisa: criar galinha, a gente só ia para aquele ambiente onde estava a galinha, alimentar, fazer limpeza, dar vacina, essas coisas, dar remédio, chamava-se manutenção dos setores. Então tinha isso aí, depois de um certo tempo veio orientação de Brasília que ficava melhor se antes você tivesse duas horas de aula ou pelo menos uma hora para depois ir para a prática, aí começaram a fazer sala de aula lá perto das práticas, ligadas às práticas, você chegava lá entrava na sala de aula e depois ia para as práticas propriamente dita [...]. (DOCENTE, 2021, p. 11).

O professor relata que com a implantação das salas de aulas nas UEP's houve uma mudança na dinâmica do tempo na Escola.

Quando entrei lá era assim: tinha aula à tarde e de manhã, agora, quem tivesse aula de manhã, aula que a gente chama sala de aula, à tarde ia só para atividade prática, e invertia a turma da tarde: de manhã era atividade prática e à tarde era só aula. Depois houve esse meio termo, começaram a fazer as salas de aulas lá perto do campo, então você já ia direto, descia e não subia, aí você tinha aula direto, de manhã e de tarde, aí um outro horário ia para a prática esportiva, essas coisas que também tinha no currículo, fazia parte, mas você descia, tinha os primeiros tempos e depois ia para a prática [...] (DOCENTE, 2021, p. 12).

Diante do exposto, o docente faz uma síntese de alguns espaços e tempos escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, daquele período.

Tinha a sala de aula normal. A sala de aula normal, era assim, era mais ou menos uns 35 alunos numa sala, em média, e naquela época tinha os ventiladores, mas, depois de um certo tempo, entrou o ar-condicionado [...]. Mas tinha isso, esses espaços, e a parte prática era nos setores, no setor de animais, no setor de plantas, era dividido em animais de pequeno porte, de médio e grande porte; e as plantas de ciclos, pequenas plantas, médias e as permanentes. Tinha esses setores lá que ficavam fazendo rodízio e tinha um horário lá que era para Educação Física, que era feito no campo, na quadra, na piscina. (DOCENTE, 2021, p. 13 -14).

De acordo com o docente, a área da instituição era cortada pela estrada do Aleixo, já as Unidades Educativas de Produção funcionavam dos dois lados da estrada, para quem fosse no sentido Centro - bairro Colônia Antônio Aleixo, a parte animal ficava do lado esquerdo e a parte vegetal, do lado direito.

Segundo o Relatório da COAGRI do ano de 1979, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus desenvolveu os seguintes projetos agropecuários naquele ano:

- 1 - Olericultura
 - 1.1 - Olerícolas diversas (2 hectares)
 - 1.2 - Pimentão (1 hectare)

- 2 - Culturas
 - 2.1 - Batata doce (1 hectare)
 - 2.2 - Mandioca 78/79 (6 hectares)
 - 2.3 - Mandioca 79/80 (6 hectares)
 - 2.4 - Mudanças diversas (10 mil unidades)

- 3 - Fruticultura
 - 3.1 Pomar/Manutenção (10 hectares)

- 4 - Avicultura
 - 4.1 - Aves Corte (15.000 mil cabeças)

4.2 - Aves Postura (3.000 mil cabeças)

5 - Suinocultura

5.1 - Suíno engorda (160 cabeças)

6 - Bovinocultura

6.1 - Bovino Leite (9 matrizes)

(COAGRI, 1979, organizado pelo autor)

Já no ano de 1982, o Relatório Geral da COAGRI aponta os seguintes projetos agropecuários desenvolvidos na Escola:

1 - Horticultura

1.1 - Olericultura (2,6 hectares)

2 - Culturas Anuais

2.1 - Feijão (3 hectares)

2.2 - Mandioca (4 hectares)

3 - Culturas Perenes

3.1 - Fruticultura (11 hectares)

3.2 - Mamão (1 hectare)

3.3 - Cacau (1 hectare)

3.4 - Café (1 hectare)

3.5 - Mudas Frutíferas (7.000 mudas)

4 - Zootecnia

4.1 - Avicultura Corte (20.000 cabeças)

4.2 - Avicultura Postura Fêmea (2.000 cabeças)

4.3 - Avicultura Postura Macho (2.000 cabeças)

4.4 - Suinocultura Engorda (80 cabeças)

4.5 - Suinocultura Matriz (40 cabeças)

4.6 - Bovinocultura Leite (69 cabeças)

5 - Silvicultura

5.1 - Seringueiras (1 hectare)

6 - Agroindústria

6.1 - Farinha de mandioca (1.200 kg)

(COAGRI, 1982a, organizado pelo autor)

Pode-se dizer que, a partir do relato do professor junto com os projetos desenvolvidos apresentados nos relatórios da COAGRI, os espaços e tempos escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus era bastante dinâmico, que pode ser melhor compreendido com o desvelamento dos sujeitos escolares, assunto da próxima seção.

3.4 Sujeitos Escolares

Nesta seção vamos apresentar os sujeitos escolares que fizeram parte da história da Escola Agrotécnica Federal de Manaus no contexto de 1979 a 1993. Para tanto, iniciamos com a apresentação dos diretores, depois os técnico-administrativos, os docentes e, por fim, os discentes.

3.4.1 Os Diretores

De acordo com o Regimento Interno da COAGRI de 1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) através da Portaria nº 02, de 04 de janeiro de 1984, cada Escola Agrotécnica Federal era dirigida por um Diretor, o qual tinha as seguintes atribuições:

I – dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da escola; II – avaliar a eficácia das ações desenvolvidas na área da educação, no meio rural; III – aprovar planos e programas de trabalho; IV – representar a escola perante outras instituições; V – desempenhar as funções de ordenador de despesa; VI – baixar atos normativos e administrativos afetos a sua área de competência; VII – participar das decisões tomadas pela cooperativa-escola, por meio de representante do corpo docente; VIII – presidir as reuniões dos conselhos comunitários e de professores da escola; IX – articular-se com órgãos, instituições e entidades, visando a integração de atividades e a harmonização dos programas educativos, que beneficiem a comunidade local. (COAGRI, 1984).

Conforme esse Regimento Interno, o Diretor da Escola Agrotécnica Federal seria designado pelo Diretor-Geral da COAGRI, mediante apresentação de uma lista tríplice, pelo Conselho Comunitário da escola. Os nomes da lista tríplice deveriam ser, preferencialmente, de professores, especialistas em educação e/ou técnicos de nível superior, com experiência de 3 (três) anos e integrantes do quadro funcional da respectiva escola. O mandato do Diretor seria de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzido por igual período, por proposta do Conselho Comunitário da escola.

No entanto, no Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais de 1987, publicado no Diário Oficial da União através da Portaria nº 506, de 28 de setembro, o Diretor seria designado pelo Ministro da Educação, mediante a indicação em lista tríplice elaborada pelo Conselho Técnico- Consultivo da escola, para um período de 4 (quatro) anos. Neste Regimento também a preferência dos nomes da lista tríplice deveria ser para professores, especialistas em educação e/ou técnicos de nível superior, com experiência mínima de 3 (três) anos, integrantes do Quadro ou da Tabela Permanente das Escolas Agrotécnicas Federais.

A normativa foi modificada alguns meses depois da publicação do Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais de 1987. O Ministério da Educação alterou os itens dos artigos que tratavam da escolha do Diretor da escola, através da Portaria nº 256, de 19 de abril de 1988. Nesta Portaria ficou estabelecido que a escolha do Diretor da escola seria a partir de uma lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Técnico-Consultivo, e designado pelo Ministro da Educação para um período de 4 (quatro) anos, vedada a recondução imediata do cargo.

A Portaria nº 256/88 também delegou ao Conselho Técnico-Consultivo das Escolas Agrotécnicas Federais a competência para estabelecer as normas do processo eleitoral da escolha dos nomes para compor a lista sêxtupla para Diretor da escola, sendo que nas normas deveria conter a consulta prévia à comunidade escolar composta por professores e funcionários em efetivo exercício de sua função e alunos regularmente matriculados.

A instituição escolar em pesquisa teve como Diretor por quase duas décadas o professor José Dantas Cavalcante, como ele afirma em uma reportagem do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) em 2018.

Na reportagem o professor José Dantas pondera que dirigiu a instituição pesquisada desde 1964 a 1983. Contudo, encontramos também no Diário Oficial da União a Portaria nº 97, de 29 de setembro de 1965, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SAEV), que designava este professor para exercer a função de Diretor do então Ginásio Agrícola do Amazonas, em vaga decorrente da dispensa de Waldemar Barbosa Evangelista.

O professor José Dantas dirigiu a então Escola Agrotécnica Federal de Manaus até o ano 1983, como ele afirma. Além disso, a reportagem do CONIF enfatiza que o professor José Dantas de 1984 até sua aposentadoria foi para Brasília-DF, mas que não deixou a Educação Profissional de lado, pois trabalhou com a capacitação de professores e de pessoal técnico-administrativo das escolas federais na COAGRI e posteriormente nas Secretarias responsáveis pela Educação Profissional.

De fato, em 1984, o professor José Dantas foi nomeado através da Portaria nº 498, de 8 de outubro de 1984, para exercer o cargo de confiança de Diretor do Departamento de Administração da então Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI).

Ainda em 1983, encontramos a Portaria nº 59, de 25 de julho, que designava o professor Eduardo Rodrigues de Melo, para exercer a função de Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

Cinco anos depois, em 1988, a Portaria nº 457, de 29 de agosto, designou o professor Otto Sarmento Dias para exercer a função de Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, de acordo com o artigo 3º do Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais, com a redação dada pela Portaria Ministerial nº 256, de 19 de abril de 1988.

Em abril de 1989, a Portaria nº 244, de 24 de abril de 1989, designou o professor Dilson Fernandes dos Reis para exercer a função de confiança de Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. No final de 1990, a Portaria nº 1.144, de 10 de dezembro, afastou o professor Dilson Fernandes da função de Diretor da Escola.

A Portaria nº 1.143, de 10 de dezembro de 1990, designou o professor Eurico Hécio Sarmento, lotado na Escola Agrotécnica Federal de Salinas-MG, para exercer a função de confiança de Diretor Pró-tempore da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

No início de 1992, a Portaria nº 02, de 06 de janeiro de 1992, dispensou o professor Eurico Hécio Sarmento da função de confiança de Diretor Pró-tempore da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Já a Portaria nº 05, de 06 de janeiro de 1992, designou o professor José Lúcio do Nascimento Rabelo, para exercer, pelo prazo de 04 (quatro) anos, a função de confiança de Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. Esta portaria foi anulada pela Portaria nº 33, de 09 de janeiro de 1992.

A Portaria nº 06, de 10 de janeiro de 1992, designou o professor José Ofir Praia de Souza para responder pelo expediente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM em caráter temporário e emergencial, até segunda ordem.

Contudo, o professor José Lúcio do Nascimento nas publicações das portarias da Escola Agrotécnica Federal de Manaus de 1992 fazia referência a Portaria nº 110, de 20 de dezembro de 1991, a qual lhe havia conferido as atribuições.

A pesquisa no Diário Oficial da União nos apresentou esses professores como Diretores da Escola Agrotécnica Federal de Manaus no período de 1979 a 1993. Entretanto, é provável que outros professores tenham assumido a direção da Escola neste contexto, assim como é possível que os professores apresentados na

dissertação tenham assumido a direção desta instituição escolar no período anterior ou posterior a publicação de cada Portaria, uma vez que é preciso considerar o processo de publicação de uma portaria no Diário Oficial da União daquela época. Tais inquietações possivelmente serão sanadas ao pesquisar no arquivo da Escola.

3.4.2 Os Técnicos-Administrativos

Para o funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, os diretores, docentes e discentes contavam com colaboração dos Técnicos-Administrativos, os quais estavam distribuídos em diferentes cargos, como de: Assistente em Administração, Auxiliar Administrativo, Auxiliar em Agropecuária, Auxiliares de Serviços Diversos, Cozinheiros, Lavadeira, Motorista, Mecânico, Encanador, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, Artífice de Eletricidade e Comunicações, Agentes de Vigilância, Agente de Portaria, Recepcionista, como podemos observar no Quadro 6. Além do Quadro 6, tem uma lista mais completa no Apêndice A desta dissertação.

Quadro 6: Técnico-Administrativos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1987).

NOME DO SERVIDOR		SITUAÇÃO ATÉ 31/03/87		SITUAÇÃO EM 01/04/87		ESTADO RESERVADO P/ PLURI	
		CATEGORIA FUNC. CÓDIGO	REF	SUB-GRUPO NÍVEL	DENOMINAÇÃO DO CARGO/EMPREGO		
SEBASTIÃO DO E. SANTO FERREIRA		TP-1201	17	NM-01	14	MOTORISTA	
AGUINALDO PEREIRA DA SILVA		SA-801	32	NM-04	26	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
MARINA CARVALHO DE OLIVEIRA		ART-709	24	NM-06	29	COZINHEIRO	
RAIMUNDO MARTINS DOS SANTOS		TP-1202	25	NA-01	29	RECEPCIONISTA	

NOME DO SERVIDOR		SITUAÇÃO ATÉ 31/03/87		SITUAÇÃO EM 01/04/87		ESTADO RESERVADO P/ PLURI	
		CATEGORIA FUNC. CÓDIGO	REF	SUB-GRUPO NÍVEL	DENOMINAÇÃO DO CARGO/EMPREGO		
JOSÉ FERREIRA DA SILVA FILHO		ART-704	18	NA-06	14	MARCELEIRO	
SEBASTIÃO DE ALCANTARA RIBEIRO		NM-1007	16	NA-06	16	OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	
MARIA ETELVINA DA SILVA		NRT-1008	15	NA-06	15	RECEPCIONISTA	
ISABEL MACHADO DOS SANTOS		NM-1007	07	NA-06	12	AUXILIAR DE AGROPECUÁRIA	
RUBENS DOS REIS SANTOS		NM-1006	05	NA-03	05	AUXILIAR DE COZINHA	
TERESA SILVEIRA DE OLIVEIRA		NM-1006	14	NA-06	18	COZINHEIRO	
ANTONHETA VALENTIM DOS SANTOS		NM-1206	15	NA-06	17	COZINHEIRO	
INÊS PEREIRA DE MELO		NM-1006	15	NA-06	17	COZINHEIRO	
VALDEMIRA CANTUÁRIA R. DE OLIVEIRA		NM-1006	15	NA-06	15	COZINHEIRO	
ALDEIDES AMÉLIO DE MENDONÇA		NM-1006	05	NA-06	11	COZINHEIRO	
FLORINDO DE JESUS		NM-1006	05	NA-06	11	COZINHEIRO	
CRENTIDES MENDONÇA BRAZ		NM-1006	05	NA-06	11	COZINHEIRO	
MOISES QUEIROZ DUTRA		NM-1006	15	NA-06	15	ENCANADOR	
ANESIA P. C. EVANGELISTA		NM-1006	19	NA-03	15	LAVADEIRA	
MARIA DEAS DOS SANTOS		NM-1006	19	NA-03	20	LAVADEIRA	
SIDNEY FERREIRA DE ABEVEDO		NM-1045	12	NA-01	01	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	
RAIMUNDO CARLOS DA SILVA		NM-1007	17	NM-01	03	MOTORISTA	
JOÃO FIRMINO DOS SANTOS		SA-801	26	NM-01	12	MECÂNICO	
MARIÁLIA MACHADO DA SILVA		TP-1202	03	NA-04	06	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
JOSINO RAMOS		NM-1045	23	NM-01	02	VIGILANTE	
EVANGELISTA DA OLIVA REGIS		NM-1045	24	NM-01	02	VIGILANTE	
RAIMUNDO N. R. DA SILVA		NM-1045	23	NM-01	02	VIGILANTE	
GILSON DE FREITAS LEWON		NM-1045	23	NM-01	02	VIGILANTE	
RAINUNDA EMANA C. AUZIER		SA-801	31	NM-04	12	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
SANDRA MARIA O. PINHEIRO		SA-801	30	NM-04	12	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
CARLOS RONALDO L. BARROCO		SA-801	31	NM-04	12	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
FLORENÇA DE H. O. E SILVA		SA-801	31	NM-04	12	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
DORACI FREITAS TOBAR		SA-801	32	NM-04	12	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
HENRIQUE FERNANDES FILHO		SA-801	26	NM-04	13	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
MARIA SUELY SILVA SANTOS		SA-801	21	NM-04	07	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
MARIA DA CONCEIÇÃO F. SANTOS		SA-801	21	NM-04	07	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
SAMUEL PADILLA G. FILHO		SA-801	17	NM-04	06	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	
ALBERTIZA HERMELINDA DA SILVA		SA-801	17	NM-04	06	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	

Fonte: Diário Oficial da União. Seção II, página 22, de 18 de dezembro de 1987.

3.4.3 O corpo Docente

Quanto aos docentes, a Lei nº 5.692/71 estabelecia que para o exercício do magistério em todo o ensino de 1º e 2º Graus o professor tinha que ter uma formação mínima em habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena. Sua admissão no ensino público oficiais de 1º e 2º graus seria através de Concurso Público de provas e títulos. Porém, o Artigo 35º, da Lei nº 5.692/71, deixa entender que também poderia haver contratação de professores e especialistas subordinados às normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Lei nº 5.692/71 também estabeleceu que em cada sistema de ensino haveria um estatuto que estruturaria a carreira de magistério de 1º e 2º graus, com acessos graduais e sucessivos. Diante disso, o Governo Federal publicou o Decreto nº 85.712, de 16 de fevereiro de 1981, no qual dispõe sobre a carreira do magistério de 1º e 2º graus do Serviço Público da União e das Autarquias Federais.

De acordo com o Decreto nº 85.712/81, o exercício do magistério de 1º e 2º graus abrangia atividades de preparação e ministração de aulas em disciplinas, áreas de estudo ou atividades, avaliação e acompanhamento de atividades discentes, no ensino de 1º e 2º graus na educação especial e pré-escolar, bem como atividades de administração escolar. Esta última compreendia atividades inerentes à coordenação de curso, área ou disciplina e à direção, assessoramento e assistência em unidades ou órgãos com atribuições básicas pertinentes ao ensino e, ainda, em unidades organizacionais do Ministério da Educação e Cultura, ligadas especificamente à educação e à cultura (BRASIL, 1981a).

A carreira do magistério de 1º e 2º graus, conforme Decreto nº 85.712/81, seria integrada pelas seguintes Classes:

Classe de Professor Titular de Ensino de 1º e 2º Graus - atividades docentes para as quais se exigirá concurso público de provas e títulos, ao qual poderão concorrer Professor Classe "E" com, pelo menos, 25 (vinte e cinco) anos de exercício ou pessoas de notório saber.

Classe E - Atividades docentes exercidas por portador de, no mínimo, título de Mestre, ou Professor Classe "D" que conte mais de 05 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe D - Atividades docentes exercidas por portador de título obtido em curso de especialização ou aperfeiçoamento, ou Professor Classe "C" que tenha mais de 05 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe C - Atividades docentes exercidas por portador de, no mínimo, título de licenciatura plena, específica, ou de habilitação legal equivalente e, ainda, Professor Classe "B" que conte mais de 05 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe B - Atividades docentes exercidas por portador de, no mínimo, título de licenciatura de 1º grau, específica, ou de habilitação legal equivalente, bem como Professor Classe "A", com mais de 05 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe A - Atividades docentes exercidas por portador de habilitação específica, obtida em curso de 2º grau ou de habilitação legal equivalente. (BRASIL, 1981a, p. 1).

A Classe Titular era acessada por meio de Concurso Público específico, ao qual poderiam concorrer os professores posicionados na Classe E, que tivessem 25 anos de exercício ou pessoas com notório saber.

De acordo com Érik Dominik (2017), o notório saber para provimento da Classe de Professor Titular de ensino de 1º e 2º graus foi definido mediante o ato do Ministro de Estado da Educação e Cultura através da Portaria nº 330/1981.

As Classes previstas no Decreto nº 85.712/81 tiveram a sua escala de referências de vencimentos ou salários regulamentados através do Decreto-Lei nº 1.858, de 16 de fevereiro de 1981. Neste Decreto, a escala das Classes "A", "B" e "C" tinham quatro Níveis em cada uma, e as Classes "D" e "E" possuíam três Níveis, para as quais haviam valores estabelecidos em unidades monetárias (ver Quadro 7).

Quadro 7: Classes e vencimentos ou salários do Magistério de 1º e 2º graus federal (1981).

CLASSES	VENCIMENTOS OU SALÁRIOS		
	REFERÊNCIAS	REGIMES DE TRABALHO	
		TEMPO PARCIAL	TEMPO INTEGRAL
Professor de Ensino de 1º e 2º Graus PROFESSOR TITULAR	Única	40.000,00	80.000,00
CLASSE E	3	39.040,00	78.080,00
	2	38.120,00	76.240,00
	1	37.200,00	74.400,00
CLASSE D	3	36.270,00	72.540,00
	2	35.350,00	70.700,00
	1	34.420,00	68.840,00
CLASSE C	4	33.494,00	66.988,00
	3	32.565,00	65.130,00
	2	31.686,00	63.372,00
	1	30.707,00	61.414,00
CLASSE B	4	24.934,00	49.868,00
	3	23.747,00	47.494,00
	2	22.617,00	45.234,00
	1	21.540,00	43.080,00
CLASSE A	4	16.290,00	32.580,00
	3	15.513,00	31.026,00
	2	14.776,00	29.552,00
	1	14.073,00	28.146,00

Fonte: (BRASIL, 1981b, anexo I).

Além do vencimento ou salário, o professor receberia uma gratificação de 20% (vinte por cento) pelo desempenho de atividades exclusivamente em regência de classe, o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço. O direito à gratificação de regência de classe também se estendia aos docentes com atribuições de direção e coordenação na escola, desde que ministrassem, no mínimo, 1/3 (um terço) da carga horária mínima de aula fixadas para o seu regime de trabalho.

Os regimes de trabalho dos docentes, conforme o Decreto nº 85.712/81, foi estabelecido em 20 (vinte) horas e 40 (quarenta) horas semanais. O tempo correspondente de cada regime de trabalho destinava-se ao desempenho de atividades inerentes ao ensino e/ou à administração escolar.

O Quadro 8 apresenta uma lista de docentes que trabalhavam na Escola Agrotécnica Federal de Manaus em 1987. Adicionalmente, no Apêndice B desta dissertação há uma lista mais completa dos professores e professoras que atuaram na instituição escolar entre os anos de 1979 a 1993.

Quadro 8: Docentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1987).

SECRETARIA DE ENSINO - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS						
N.º 199 SEDAP, DE 23 / 10 / 87		DOCENTE		<input checked="" type="checkbox"/> 15/25 GRAUS	<input checked="" type="checkbox"/> CLT	23000.030417/87-18
				<input type="checkbox"/> 32 GRAU	<input type="checkbox"/> ESTATUTÁRIO	ANEXO V c4
NOME DO SERVIDOR	SITUAÇÃO ATÉ 31/03/87			SITUAÇÃO EM 01/04/87		
	CLASSE	NÍVEL	RÉGIME TRABALHO	CLASSE	NÍVEL	RÉGIME TRABALHO
DILSON FERNANDES DOS REIS	E	02	40	E	02	40
EDUARDO RODRIGUES DE MELO	E	02	40	E	02	40
LEONILDA MORADA DA SILVA	E	02	40	E	02	40
MANOEL CORREIA LIMA	E	02	40	E	02	40
RAIMUNDO GERALDO R. DE SOUZA	D	03	40	D	04	40
NILDA SANTIAGO DA SILVA	D	01	40	D	01	40
JOSÉ MAURÍCIO DO R. FEITOZA	D	01	40	E	01	40
JOSÉ OFIR PRAIA DE SOUZA	D	02	40	D	02	40
JOSÉ MARIA P. GOMES	D	02	40	D	02	40
EULÁLIO NACEDO	D	02	40	D	02	40
HELENEY MARIA DAS G.F. P. DA SILVA	D	02	40	D	02	40
HERALDO DE OLIVEIRA GOMES	D	01	40	D	01	40
JOSE LÚCIO DO N. RABELO	D	01	40	D	01	40
CELSO GOMES DOS SANTOS	D	01	40	D	01	40
ALNEFREDO MELO DE SOUZA	C	04	40	C	04	40
ELSON DA COSTA PASSOS	C	04	40	C	04	40
RAIMUNDO RODRIGUES DE MELO	C	04	40	C	04	40
MARIA DE H. V. DANTAS	C	03	40	E	03	40
JOSÉ RIBAMAR DE A. CARDOSO	C	02	40	C	02	40
LUIZETE DA COSTA PASSOS	C	01	40	C	01	40

SECRETARIA DE ENSINO - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS						
N.º 199 SEDAP, DE 23 / 10 / 87		DOCENTE		<input checked="" type="checkbox"/> 15/25 GRAUS	<input type="checkbox"/> CLT	23000.030417/87-18
				<input type="checkbox"/> 32 GRAU	<input checked="" type="checkbox"/> ESTATUTÁRIO	ANEXO V
NOME DO SERVIDOR	SITUAÇÃO ATÉ 31/03/87			SITUAÇÃO EM 01/04/87		
	CLASSE	NÍVEL	RÉGIME TRABALHO	CLASSE	NÍVEL	RÉGIME TRABALHO
FRANCISCO DE S. P. EVANGELISTA	E	03	40	E	04	40
MARIA MOURÃO DE C. E. COSTA	E	02	40	E	02	40
OTTO AUGUSTO S. DIAS	E	02	40	E	02	40
JOSÉ DANTAS CAVALCANTE	D	03	40	D	04	40

Fonte: Diário Oficial da União. Seção II, página 22, de 18 de dezembro de 1987.

No Quadro 8, é possível observar que na escola, em 1987, existiam somente docentes da Classe “C”, “D” e “E”, a maioria trabalhava sob o regime da CLT, com apenas quatro professores Estatutários, mas todos com o regime de trabalho de 40 horas semanais.

Entretanto, a carreira do magistério do 1º e 2º graus passou por alterações em 1987, por meio do Decreto nº 94.664, de 23 de julho, o qual regulamentou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para docentes e servidores técnico-administrativos das instituições federais de Ensino Superior e 1º e 2º graus.

Naquele Decreto, o exercício do magistério de 1º e 2º graus abrangia atividades relacionadas ao ensino, no âmbito das instituições de 1 e 2º graus e as relacionadas à pesquisa e à extensão sob a forma de cursos e serviços especiais; bem como as atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição (BRASIL, 1987).

A carreira do magistério de 1º e 2º Graus compreendia as classes “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e de Professor Titular. Cada Classe, dessa vez, compreendia quatro Níveis para a progressão em cada uma, exceto a Classe de Professor Titular, que possuía um só Nível. Na prática, a carreira do magistério de 1981 e 1987 possuíam apenas cinco classes, pois a Classe de Professor Titular, embora continuasse sendo tratada como integrante da carreira, era um cargo à parte e docentes de fora da carreira poderiam ingressar nela.

Manteve-se o regime de trabalho de 20 (vinte) horas e 40 (quarenta) horas semanais, mas foi incluído o regime de Dedicção Exclusiva, a qual exigia-se do docente regime de quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e sem poder exercer outra atividade remunerada pública ou privada.

Por fim, a carreira dos Docentes do 1º e 2º graus, conforme Decreto nº 94.664/87, previa além dos vencimentos ou salários, benefícios como acréscimo de progressão entre Níveis e Classes, de Titulação, de Dedicção Exclusiva e de regência de classe.

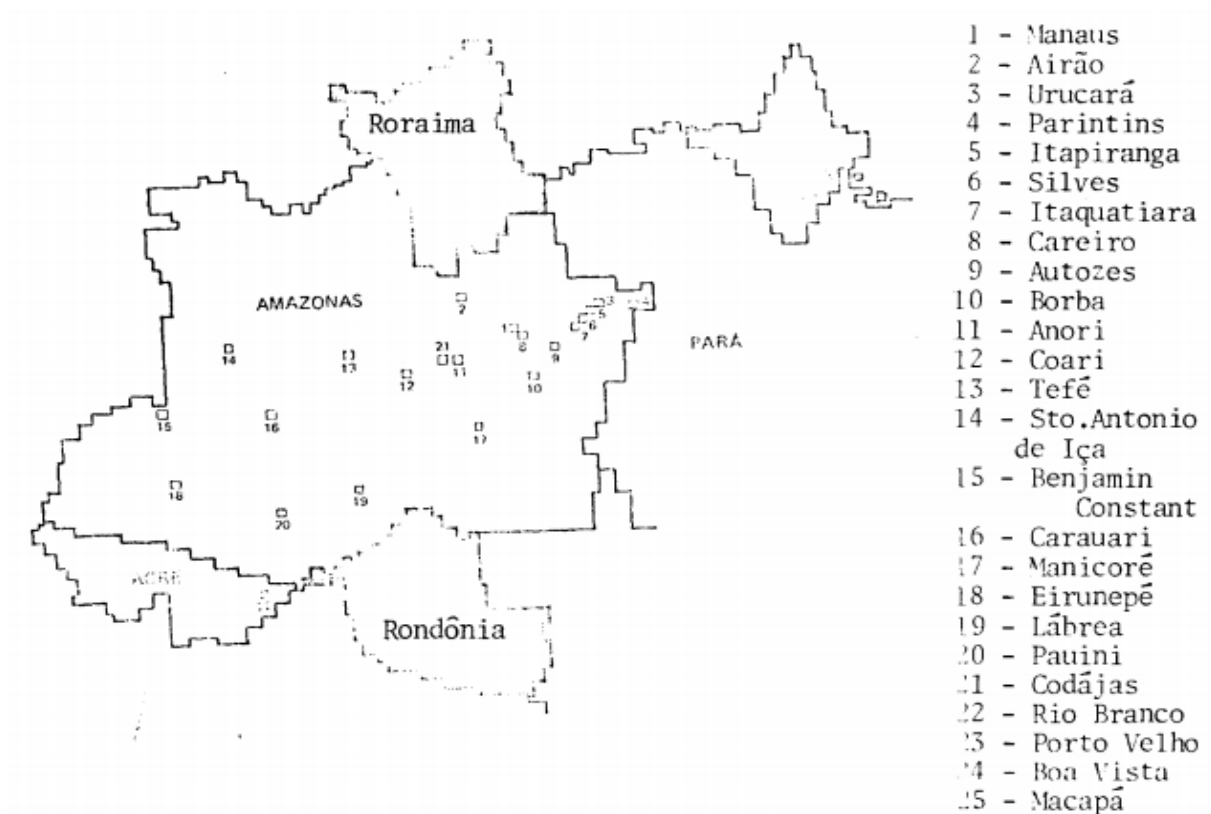
3.4.4 Processo de seleção e a origem do Discente

Quanto aos discentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, o Diretor da escola na época, José Dantas Cavalcante, disse em entrevista num vídeo Institucional

da COAGRI que a seleção dos alunos era realizada em vinte e seis municípios do estado do Amazonas, no estado do Acre e no Território de Roraima e Rondônia.

A COAGRI também elaborou um mapa (ver Figura 5) de abrangência da Escola Agrotécnica Federal de Manaus em 1980, porém, nele aparece apenas vinte e um municípios do estado do Amazonas e também consta o município de Macapá, pertencente ao então Território do Amapá.

Figura 5: Mapa de abrangência da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1980).



Fonte: COAGRI, 1980 apud Albuquerque (1984, anexo 05).

Segundo o diretor José Dantas Cavalcante, em entrevista ao vídeo Institucional da COAGRI, a seleção era feita através de um convênio da Escola com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Amazonas (EMATER-AM)⁵, o qual ocorria da seguinte maneira: a Escola Agrotécnica Federal de Manaus elaborava

⁵ Em 1977, o Governo Estadual do Amazonas criou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas – EMATER/AM, vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural e Abastecimento – SEPROR, e associada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater. A EMATER/AM implantou 43 escritórios locais prestando assistência técnica aos demais municípios do Estado do Amazonas, por meio de parcerias e convênios. Disponível em: <http://www.sepror.am.gov.br/institucional/sistema-sepror/idam/> Acesso em: 27 fev. 2021.

as provas e entregava lacrada ao escritório central da EMATER-AM. O escritório da central, por sua vez, as mandava por meio de malotes para os escritórios locais da EMATER-AM, localizados nas sedes dos municípios do estado. Nos municípios, em data e horário pré-fixados eram aplicadas as provas. Depois de aplicadas, os próprios escritórios locais remetiam as provas ao escritório central da EMATER -AM, que, posteriormente, as entregava à Escola. A Escola, junto com seus professores, fazia a correção das provas e depois da correção era enviado o resultado para todos os municípios do estado.

Diante disso, para ingressar na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, o estudante precisava submeter-se ao processo de seleção que ocorria através de provas de conhecimentos, além de ter concluído o 1º grau, como exigia a Lei nº 5.692/71. Porém, de acordo com Albuquerque (1984), este processo era inacessível a quase toda a população rural escolarizável a nível de 2º Grau. Segundo esta autora, os alunos que conseguiam entrar na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, naquele período, pertenciam à “reduzida classe da pequena burguesia das zonas rurais” (ALBUQUERQUE, 1984, p. 139).

Para Alves (2009), o exame de seleção da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, possuía uma característica única e diferenciada, pois, segundo ele, oferecia vagas para todos os municípios do estado do Amazonas e as vagas eram disputadas pelos jovens do mesmo município. Mas, segundo sua análise, percebia-se que o exame de seleção da escola não estava “atingindo os filhos dos produtores rurais, principalmente, o da agricultura familiar” (ALVES, 2009, p. 10).

Ademais, Alves (2009) ressalta que devido a Escola Agrotécnica Federal de Manaus ofertar vagas para todo o estado do Amazonas e também para os estados vizinhos como Pará, Roraima, Acre, e de alguns estados mais distantes como Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo⁶, a instituição era de reconhecida importância em todo o estado do Amazonas.

Vale destacar que até pelo menos o ano de 1982, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus era a única escola pública, a nível de 2º Grau, que existia no estado do Amazonas com habilitação técnica para o setor primário, conforme o levantamento feito pela COAGRI (1982b).

⁶ Os dados de Alves sobre os municípios e estados de origem dos estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus foram baseados nos documentos da secretaria da Escola do ano 2009.

No Quadro 9, têm uma lista com o nome dos municípios de origem dos estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, bem como a quantidade de alunos por município que ingressaram na Escola entre os anos de 1977 a 1982.

Quadro 9: Procedência dos alunos, período de 1977 a 1982.

Manaus	415	alunos	São Paulo de Olivença	15	Alunos
Manicoré	48	"	Fonte Boa	10	"
Maues	47	"	Tabatinga	15	"
Manacapuru	56	"	Anori	04	"
Itacoatiara	84	"	Roraima*	65	"
Carauari	06	"	Guajará-Mirim"	26	"
Borba	23	"	Alenquer*	54	"
Tapauá	06	"	Novo Airão	03	"
São Gabriel da Cachoeira	28	"	Santo Antonio do Içá	18	"
Pari Cachoeira	20	"	Lábrea	22	"
Iauaretê	28	"	Rio Branco*	135	"
Boca do Acre	32	"	Urucará	05	"
Codajás	28	"	Autazes	15	"
Tefé	32	"	Porto Velho'	57	"
Benjamim Constant	62	"	Novo Aripuanã	09	"
Parintins	119	"	Tabatinga	02	"
Coari	54	"	Amapá	02	"
Careiro/Castanhal	14	"	Santa Isabel do Rio Negro	01	"
Humaitá	12	"	Nova Olinda do Norte	01	"
Eirunepé	10	"			

*As cidades assinaladas não faziam parte do Estado do Amazonas.

Fonte: Arquivos da Escola apud Albuquerque (1984, Anexo 04).

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus ofertava vagas para o regime de internato e semi-internato (COAGRI, 1982a). Desse modo, segundo o Diretor José Dantas Cavalcante em sua entrevista ao vídeo Institucional da COAGRI, a escola dispunha de 300 vagas no momento da matrícula, sendo 233 para o regime de internato e 67 para o regime de semi-internato.

O discente que completava todas as etapas do ensino e aprendizagem na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, no contexto de 1979 a 1993, saía habilitado em Técnico em Agropecuária. Entre 1979 a 1980 formaram-se 100 Técnicos em Agropecuária; e de 1981 a 1982 formaram-se mais 206 Técnicos, conforme Albuquerque (1984).

4 PRÁTICAS ESCOLARES DE UM PROFESSOR DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS

Neste capítulo apresentaremos as práticas escolares de um professor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, e a entrevista semiestruturada foi o principal instrumento de coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa. A escolha por empregar a entrevista sobre outras técnicas de trabalho é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos (LÜDKE; ANDRÉ, 2020).

A opção pela técnica de entrevista semiestruturada se deu em função de permitir que o entrevistador faça as necessárias adaptações ao longo da entrevista, pois as informações a serem obtidas e os informantes a serem contatados, “em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexíveis”. (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 40).

Sabemos que a escola é composta por diversos sujeitos escolares como diretores, técnicos-administrativos, professores e alunos. Diante disso, foi necessário optar por um dos grupos desses sujeitos escolares para melhor operacionalizar a pesquisa. Optamos pelo grupo dos professores, pois entendemos que é importante ouvi-los quanto à perspectiva deles sobre os espaços-tempo e práticas escolares da instituição pesquisada. Para tanto foi feito um mapeamento dos professores, tanto das disciplinas escolares gerais quanto das disciplinas técnicas que ministraram na escola no período pesquisado. Posteriormente, quando conseguimos encontrar um professor através da rede social *Facebook*, entramos em contato com ele por meio do aplicativo *Messenger*, apresentamos o nosso projeto de pesquisa e ele aceitou contribuir com esta pesquisa.

Vale ressaltar que buscávamos encontrar pelo menos cinco professores que trabalharam na escola no período pesquisado, mas diante do contexto de Pandemia do COVID-19 vigente entre os anos de 2020 e 2021 essa coleta não foi possível. É preciso considerar que os professores e professoras que trabalharam na Escola no período de 1979 e 1993 devem ter mais de 60 anos, constituindo-se, assim, parte do grupo de risco em relação a COVID 19, como sinaliza a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A entrevista ocorreu no dia 4 de março de 2021, no turno vespertino, com duração de uma hora e meia, por meio da Plataforma Google-Meets. A escolha da

Plataforma Google-Meets foi acertada previamente com o entrevistado e um dos fatores para tal escolha se deu em decorrência dos cuidados necessários em relação à Pandemia do COVID-19.

É importante destacar que a entrevista só teve início após aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. A aprovação do Projeto de Pesquisa ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2021, conforme exposto no Parecer Consubstanciado nº 4.548.399.

Além disso, foi lido e explicado para o professor, no início da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual continha o convite para a pesquisa, os objetivos, a justificativa, os procedimentos, os riscos, as medidas previstas em relação aos riscos, a participação voluntária, a garantia do anonimato, os benefícios de sua participação, a liberdade para decidir sobre sua participação em qualquer fase da pesquisa, os meios para qualquer esclarecimento sobre a pesquisa e a garantia de fornecimento de todas as informações oriundas do processo construtivo da pesquisa.

Recordamos que a presente pesquisa parte da seguinte problematização: como era a cultura e as práticas escolares dos professores na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no período de 1979 a 1993? O objetivo geral desta pesquisa é compreender a cultura e as práticas escolares dos professores na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM entre 1979 a 1993. E o objetivo específico deste capítulo é analisar o relato das práticas escolares de um professor que trabalhou na escola no período pesquisado.

Para a entrevista, Lüdke e André (2020) aconselham o uso de roteiro que nos guie através dos tópicos principais a serem cobertos. Este roteiro, segundo essas autoras, deve seguir naturalmente uma certa ordem lógica e psicológica, isto é, “cuidará para que haja uma sequência lógica entre os assuntos, dos mais simples aos mais complexos, respeitando o sentido do seu encadeamento”. (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 42).

Visando sistematizar o processo de coleta de dados de forma a obter informações relevantes a fim de responder à questão da pesquisa, foi elaborado um roteiro, tal como é aconselhado por Lüdke e André (2020), com alguns tópicos principais para a entrevista com o professor, a saber: (i) Qual é sua formação? (ii) Em que período trabalhou na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM?; (iii) O senhor

foi professor do qual disciplina? (iv) O senhor poderia nos contar quais e como eram os espaços da Escola para realização das aulas?; (v) Como eram os lugares nos quais o senhor realizava suas aulas? (vi) Como o senhor elaborava o seu plano de aula? (vii) O senhor poderia nos contar quais materiais didáticos utilizava em suas aulas? (viii) O senhor usava algum manual, algum livro de professor para suas aulas? Se sim, qual era? (ix) O senhor poderia relatar como ministrava suas aulas? (x) O senhor possui algum material didático que utilizava em suas aulas? Se sim, o senhor permite ao pesquisador tirar fotos para ser publicado na pesquisa? (xi) O senhor tem alguma fotografia da escola, de suas aulas, ou das atividades culturais que ocorreram na escola no período de 1979 a 1993? Se sim, o senhor permite ao pesquisador reproduzi-las para ser publicado nos resultados da pesquisa? (xii) O senhor gostaria de acrescentar mais informações referentes à cultura da escola ou a suas práticas de ensino?

Após a entrevista, ela foi transcrita, e uma cópia dela foi enviada ao professor entrevistado. A transcrição da entrevista ocupou um total de 20 páginas de papel A4, formatado em espaçamento 1,5 entre linhas, fonte Arial e tamanho 12. Na transcrição optamos por usar o termo Docente ao referenciar as falas do professor entrevistado, em respeito e garantia do anonimato.

Posteriormente à coleta de dados, empreendemos na investigação com a técnica metodológica da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), que assim a define:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativo ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 48).

De acordo com Bardin (2016), as etapas da Análise de Conteúdo estão organizadas em três fases, a saber: 1) pré-análise, 2) exploração do material, e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase, pré-análise, compreende a organização do material a ser analisado. Essa fase possui quatro etapas: (i) a leitura flutuante, (ii) escolha dos documentos, (iii) formulação de hipóteses e objetivos, (iv) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores.

Bardin (2016) salienta que a primeira atividade da pré-análise, chamada de leitura “flutuante”, consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. Segundo a autora, pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função das hipóteses e objetivos formulados a partir da leitura inicial dos dados e da projeção de teorias adaptadas sobre o material.

A segunda fase, consiste na exploração do material, o qual corresponde à administração sistemática das decisões tomadas na pré-análise, através da codificação, categorização e inferência. De acordo com Bardin (2016, p. 131), a exploração do material constitui-se essencialmente em “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

A codificação corresponde

A uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices. (BARDIN, 2016, p. 133).

Para tanto, Bardin (2016) sinaliza três etapas no processo da organização da codificação, a saber: a primeira refere-se ao recorte, quando então são escolhidas as unidades de registro e de contexto; posteriormente, a enumeração, o qual se refere à escolha das regras de contagem; e, por fim, a classificação e agregação, que corresponde à escolha das categorias.

Bardin (2016) ressalta que a escolha das unidades de registro e de contexto deve responder de maneira pertinente às características do material e aos objetivos da análise.

Nesta pesquisa empregou-se como unidade de registro a análise temática, a qual consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

Para Bardin (2016) o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. Desse modo, o texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significados isoláveis.

Como regra de enumeração vamos utilizar a presença ou ausência de elementos das unidades de registro no texto, pois na pesquisa qualitativa a “presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”. (BARDIN, 2016, p. 144).

Ainda na fase da exploração do material, os dados codificados passam por uma categorização que corresponde a

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. (BARDIN, 2016, p.147).

Bardin (2016) declara que as categorias podem ser criadas a priori ou a posteriori, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados. Neste capítulo, partimos da categoria de análise denominada de cultura escolar, definida por Dominique Julia (2001, p. 10) como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.”.

De acordo com esse autor, as normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta os professores que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação.

Após a leitura dos dados foram geradas 11 categorias com base nas falas do entrevistado. As onze categorias foram distribuídas da seguinte maneira: (i) Ingresso do Docente na Escola; (ii) Disciplinas Escolares ministradas pelo Docente; (iii) Formação Acadêmica do Docente; (iv) Política Educacional da Época; (v) Planejamento das aulas; (vi) Elaboração das aulas; (vii) Materiais Pedagógicos; (viii) Práticas Pedagógicas do Docente; (ix) Atividades Culturais da Escola; (x) Práticas Escolares nas Unidades Educativas de Produção (UEP's); (xi) Espaços e Tempos Escolares. As duas últimas já foram trabalhadas no capítulo anterior, sobre espaços, tempos e sujeitos escolares.

O processo de formação das onze categorias se concretizou com a pré-análise e a exploração do material, tal como é recomendado por Bardin (2016). Em todo o processo de construção das categorias, procurou-se preservar na íntegra a fala do entrevistado.

4. 1 Análise e interpretação dos dados

A terceira fase da Análise de conteúdo diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos e a interpretação deles, o qual consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos no material coletado respaldado no referencial teórico.

Desse modo, discutiremos neste capítulo as nove categorias que surgiram na entrevista, a partir da investigação metodológica, buscando interpretá-las. A primeira categoria diz respeito ao “Ingresso do Docente” na instituição escolar pesquisada.

O docente entrevistado ingressou como aluno na instituição pesquisada, quando então fez o Curso Técnico Agrícola em nível de 2º grau. O docente conta que após finalizar o curso técnico, foi à instituição retirar o diploma para seguir em busca de algum emprego, ocasião na qual um professor da instituição lhe informou que a escola estava interessada em “contratar cinco ex-alunos para começar a trabalhar lá, fazer licenciatura, essas coisas, inclusive um ano depois a gente foi para Belém [capital do estado do Pará] fazer licenciatura, aí começa toda minha carreira”. (DOCENTE, 2021, p. 6).

O ingresso do professor na instituição pesquisada, sem habilitação pedagógica para ministrar aulas no 2º grau na época, é justificável, uma vez que o professor em outra passagem de sua fala diz que existia uma grande carência de professores em algumas áreas.

Em pesquisa sobre os técnicos formados pela Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM na produção dos ribeirinhos do Amazonas, Albuquerque (1984) também constatou nessa escola a insuficiência de professores da parte da Educação Geral e observou que muitos professores da parte da Educação Especial não tinham a mínima habilitação pedagógica exigida pela Lei nº 5.692/71, o qual regia sobre o ensino de 1º e 2º graus.

De acordo com a Lei nº 5.692/71, para o exercício de todo ensino de 1º e 2º graus exigia-se uma habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971). Porém, como continuou acontecendo, alguns anos depois do que foi estabelecido pela Lei ainda não havia sido efetivado totalmente na prática.

Entretanto, um ano após o professor entrevistado ingressar como docente na escola pesquisada, ele iniciou uma graduação para habilitá-lo no exercício do magistério de 1º e 2º graus. Contudo, Maurice Tardif (2014) ressalta que os docentes

utilizam uma diversidade de saberes em sua prática profissional cotidiana que provêm de lugares sociais anteriores a sua carreira propriamente dita, entre eles, estão os saberes pessoais dos professores e os saberes provenientes da sua formação escolar anterior.

Além do mais, a instituição pesquisada, no dia 22 de setembro de 1975, quando ainda era Colégio Agrícola, firmou um convênio com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) para aplicação de um empréstimo feito ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a finalidade de: a) ampliação e reforma das instalações da escola, b) aquisição de equipamentos para este estabelecimento, e c) preparação de recursos humanos. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1975).

O termo do convênio foi dividido em oito cláusulas. No que se refere à cláusula das obrigações da escola, vale aqui citar o item 2, de acordo com o qual competia ao Colégio Agrícola indicar, em acordos com as Universidades selecionadas pelo PREMEN e por intermédio do Departamento do Ensino Médio (DEM), o pessoal técnico-administrativo e docente para os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização a serem ministradas nessas Universidades. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1975).

Em nossa pesquisa, não conseguimos identificar se os termos do convênio foram cumpridos na íntegra ou se, ao menos, foram colocados em prática. No entanto, é possível considerar que diante desta ação a Escola estava procurando habilitar seu quadro de servidores para os cargos por eles desempenhados.

A forma de ingresso do professor entrevistado foi através de contrato regido pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas ele ressalta que na escola também havia servidores que estavam subordinados ao regime estatutário da época. Ele, por sua vez, só foi efetivado alguns anos depois.

[...] fui contratado, naquela época era CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, mas tinha os servidores que eles eram pelo regime Estatutário na época, e tinha a CLT que podia contratar por tempo determinado, foi nessa que a gente entrou, depois passou um tempo, a gente ficou lá e depois foi efetivado em 1990 com uma Lei em que quem tivesse mais de cinco anos [de serviço] poderia se efetivar [...]. (DOCENTE, 2021, p. 6).

Neste contexto, o professor, logo após terminar o 2º grau, iniciou ministrando aulas de Biologia e Agricultura Geral para os alunos da 1ª série do 2º grau, no Curso

Técnico da Escola – eis a nossa segunda categoria intitulada “Disciplinas Escolares ministrada pelo Docente”.

[...] Então comecei lá dando essas duas disciplinas, Agricultura Geral e Biologia no lugar de uma professora que adoeceu, eu peguei e comecei a ler, como era disciplina afim, a gente era Agropecuária e Biologia era afim [...]. (DOCENTE, 2021, p. 06).

O Técnico Agrícola a formação dele é na área de Ciências Biológicas, da área de Biologia, a Agricultura é uma Biologia aplicada com alguns aspectos da economia, essas coisas, da administração. (DOCENTE, 2021, p. 9).

No entanto, o docente não continuou ministrando apenas as disciplinas do início da carreira. Ao longo do período que estamos investigando ele passou por diversas disciplinas, o que era uma prática comum na época.

[...] o pessoal da época, o pessoal de História dava Geografia, daquelas áreas afins, o professor de Matemática dava Física, dava essa parte de Cálculo, e as Biológicas quem fosse próximo eles chamavam porque não tinha para contratar né, ou era aquele ou era ninguém [...]. (DOCENTE, 2021, p. 8).

[...] eu passei por várias disciplinas, inclusive tinha uma disciplina que era Topografia que passei bastante tempo. (DOCENTE, 2021, p. 9).

A disciplina de Topografia, de acordo com o docente, "era essa parte de medir área, de medição de área, o que o topografo faz" (DOCENTE, 2021, p. 9). Tal disciplina será discutida mais adiante.

Nesta categoria, o docente entrevistado aponta os desafios de ser professor de disciplinas para as quais não possuía formação acadêmica, como, por exemplo, a Disciplina de Biologia, sobre a qual ele começou a estudar e passou a dar aula, era “como se você fosse aprendendo para dar aula e você dando aula você aprende muita coisa”. (DOCENTE, 2021, p. 6).

Mas afinal qual era a formação acadêmica do docente que nos concedeu a entrevista? Passamos, então, para a terceira categoria denominada “Formação Acadêmica do Docente”.

Após iniciar a carreira docente com apenas o 2º Grau, em sua trajetória de vida o professor entrevistado constituiu uma larga e vasta formação acadêmica, com três graduações, três especializações e um mestrado. A primeira graduação concluída foi em Licenciatura Plena em Ciências Agrícolas:

[...] O Diretor [da Escola] mandou a gente estudar e daí tinha um curso de Licenciatura para poder habilitar para dar aula de 2º Grau. A gente foi para Universidade Federal do Pará fazer a licenciatura, uma licenciatura que ela fugia dos parâmetros porque não tinha na área agropecuária tanto é que criaram um curso específico, como era naquela época, tudo era autoritário, podia, e assim foi feito, a gente fez lá quase dois anos intensivo, de manhã, de tarde e de noite, eu entrei em 1978 e em 1979 a gente formou em Licenciatura em Ciências Agrícolas. [...] (DOCENTE, 2021, p. 7).

A segunda graduação foi em Engenharia Operacional Indústria da Madeira:

[...] Depois eu fiz um curso na UEA [Universidade do Estado do Amazonas], na época a UEA chamava-se UTAM [Universidade de Tecnologia da Amazônia], fica ali na [Avenida] Darcy Vargas, hoje em dia é UEA, fiz um curso lá, era um curso de Engenharia, era ligado à Indústria da Madeira, na época também me formei lá. (DOCENTE, 2021, p. 7).

A terceira graduação foi em Administração de Empresas:

[...] E, depois, como eu trabalhava de dia na Escola, eu tentei o vestibular à noite e fui fazer Administração de Empresas na UFAM [Universidade Federal do Amazonas], à noite, eu me formei também por lá. (DOCENTE, 2021, p. 7).

Desse modo, o Docente entrevistado tem três graduações, uma na área de ciências agrárias, uma na área de engenharia e outra na área de ciências humanas, além de ser Técnico Agrícola em nível de 2º grau. Além dessas titulações, o professor continuou sua carreira acadêmica com a realização de três cursos de pós-graduação nível lato sensu.

[...] fiz pós em Agricultura Tropical na Federal de Recife [Universidade Federal Rural de Pernambuco], eu fiz pós em Administração Rural na Federal de Viçosa [Universidade Federal de Viçosa], e depois também fiz em Lavras [Universidade Federal de Lavras] Gestão de Micro e Pequena Empresa, tudo pós. (DOCENTE, 2021, p. 07).

Em 2001, o professor ingressou no Mestrado em Engenharia de Produção ofertado pela Universidade Federal do Amazonas:

Em 2001 eu entrei no Mestrado que tinha na UFAM, mestrado profissional, acho que é parecido com esse teu aí, só que era na área de Administração, era Engenharia de Produção, hoje já abriu vários cursos lá, mas naquele tempo não tinha, era o pessoal da [inaudível]

do Rio de Janeiro que vinha dar aula aí, eu me formei em 2003 no mestrado. (DOCENTE, 2021, p. 7).

Contudo, o entrevistado não parou de estudar, continuou na UFAM fazendo algumas disciplinas no Doutorado: “[...]. Aí fiquei lá, todo tempo, mas minha vida lá eu não parei, foi o tempo todo estudando, andei fazendo umas disciplinas no Doutorado, mas aí não deu mais para continuar. [...]” (DOCENTE, 2021, p. 7).

A produção acadêmica do mestrado também engloba a área da cultura e está publicado tanto em língua portuguesa como também em língua inglesa, só não será exposto aqui em função da garantia do anonimato do colaborador entrevistado.

Quanto à "Política Educacional da época", a nossa quarta categoria, o professor ressalta que existem dois momentos no recorte temporal da nossa pesquisa que é importante observar.

[...] a gente teve um regime autoritário que foi até 1985. Então vamos ter, como se diz, acho que vai ter duas culturas aí, devido a influência do modelo autoritário que estava no Brasil na época, até 1985, então a escola tinha uma certa rigidez e depois ela foi se abrindo, tornando-se mais democrática e tal, isso teve muita influência em todos os aspectos. (DOCENTE, 2021, p. 1).

De acordo com o professor, nos dois momentos a política educacional para o ensino agrícola tinha uma forte concentração em Brasília.

[...] nesse período houve muitas mudanças do ponto de vista da política educacional a nível de Brasília, antigamente tinha um órgão de coordenação nacional que era a COAGRI, Coordenação Nacional de Ensino Agrícola, era em Brasília, ficavam coordenando todo o Brasil de lá. Aí, quando tinha qualquer assunto importante, o pessoal, todo mundo ia para lá, eles reuniam, os diretores iam para lá e de lá traziam as orientações [...]. (DOCENTE, 2021, p. 2-3).

[...] do ponto de vista pedagógico, houve outras situações nesses períodos, seria bom consultar a legislação desse período, a legislação do ponto de vista dos currículos, houve muitas mudanças, seria uma orientação você pegar os currículos, pegando as leis, só pegar as leis desse período, as diretrizes baseadas nas leis, porque antes era assim, era centralizado em Brasília, vinha de lá para cá. (DOCENTE, 2021, p. 3).

Entretanto, o professor pondera que a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve uma grande mudança na política educacional do ensino agrícola.

[...] o ensino mudou do Fernando Henrique pra cá, a política do ensino, e aí como o nosso órgão era nacional e tinha outros ensino nas outras áreas, na área industrial, na área comercial, a gente era na área agrícola, aí o comercial e industrial sufocou o ensino agrícola, aí pegaram aquela ideia de modelo: “não, vamos preparar os currículos tudo igual”, negócio de modelo né, o ensino agrícola como ele é mais demorado, você planta e aí tem que esperar, aí a própria pesquisa é mais lenta, já a pesquisa industrial e comercial é rápida. Então foi sufocando. (DOCENTE, 2021, p. 10).

[...] do Fernando Henrique mudou. Aí, assim, a gente começou e ficou mais difícil porque começaram a modelar: “não, é tantas horas para o curso tal”, e o agrícola? “não, é o mesmo tempo”. Só que você vai plantar e tem que esperar, então o curso era mais rápido que a planta crescia lá, porque antes não, você ia aprendendo, a planta ia crescendo você ia aprendendo junto, ia fazendo rodízio nos setores. Então do Fernando Henrique para cá, você tem que pegar a política lá, que mudou, no governo Fernando Henrique. (DOCENTE, 2021, p. 10).

O professor também ressalta que houve mudanças no ponto de vista ideológico durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

[...]. E, do ponto de vista, como se diz, ideológico também, porque ali era integrada e desintegra o ensino, fica partes separadas, e aí o ensino agrícola quebra aí, o ensino agrícola já está um pouco quebrado por causa disso, as práticas, a mão na massa como a gente chamava, o aluno hoje não tem mais isso porque começou entrar outras disciplinas com a carga horária muito alta que era para o aluno passar no vestibular, ficou esse dilema aí, você vem para o agrícola para passar no vestibular ou para ser técnico, aí ficou dois objetivos, aí foi quebrando, o aluno, aí o desinteresse pelo ensino agrícola começou, começa aí a questão da motivação que não tem mais aquele convívio, fazer horta, criar animais, aquele convívio que dá justamente a ligação do convívio entre os alunos, isso quebra do Fernando Henrique para cá [...]. (DOCENTE, 2021, p. 10-11).

A COAGRI (1973-1986), órgão autônomo administrativo e financeiro vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, responsável pelo ensino agrícola e pelas instituições de ensino agrícola federal, teve um papel importante para o sistema de ensino agrícola federal, pois, segundo Sobral (2009), ela possibilitou uma revitalização do ensino agropecuário, proporcionando profundas transformações na administração e manutenção da rede de Escolas Agrotécnicas Federais.

Após a extinção da COAGRI efetuada através do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, no contexto de redemocratização no Brasil, as Escolas Agrotécnicas Federais ficaram sob responsabilidade da Secretaria de Ensino de 2º

Grau (SESG), a qual ficou encarregada por meio da Portaria normativa nº 821, de 26 de novembro de 1986, de exercer as funções desempenhadas pela extinta COAGRI.

No primeiro semestre de 1990, no início do governo Fernando Collor de Mello, o ensino agrícola e as Escolas Agrotécnicas Federais ficaram sob a alçada da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), a qual tinha como uma das suas atribuições propor políticas e diretrizes para o desenvolvimento do ensino de formação profissional, a nível de pré-qualificação, técnica e tecnológica, nas áreas industrial, agrícola e de serviços (BRASIL, 1990). Dois anos depois, após a reorganização ministerial efetivada através da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, essa Secretaria recebeu uma nova nomenclatura, passando a ser denominada de Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

Porém, como bem salientado pelo professor entrevistado, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso ocorreram mudanças significativas quanto à Educação Profissional, principalmente após o Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, o qual discutimos no segundo capítulo desta dissertação.

Marise Ramos, em seu livro sobre a História e Política da Educação Profissional (2014), pondera que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso introduziu tendências na política de educação profissional no país. De acordo com ela, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sancionada em 20 de dezembro de 1996, na forma do que hoje conhecemos como a Lei nº 9.394/96, incorporou a Educação Profissional como processo educacional específico, voltado para o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Apesar de algumas conquistas, o texto sancionado, na verdade, foi de uma lei minimalista, que permitiu uma onda de reformas na educação brasileira, dentre as quais esteve a realizada pelo Decreto nº 2.208/97, que regulamentou os artigos 39 a 42 e o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB (RAMOS, 2014).

O Decreto nº 2.208/97 definiu que os níveis para a educação profissional seriam: básico, técnico e tecnológico (BRASIL, 1997). O nível técnico destinava-se a proporcionar habilitação profissional a estudantes matriculados ou egressos de ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a aquele. Com isto, de acordo com Ramos (2014), instituiu-se a separação curricular entre o ensino médio e a educação profissional. Ramos (2014) enfatiza que, do ponto de vista político-pedagógico, esses valores foram difundidos com base na pedagogia das

competências, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo.

A quinta categoria refere-se ao “Planejamento das Aulas”, o docente entrevistado relata que esse planejamento ocorria da seguinte maneira: “[...] a orientação vinha de Brasília, os encontros eram em Brasília, no começo do ano ia o diretor para lá, depois do diretor começavam a viajar os outros menores para reuniões específicas, quando não vinha material mesmo [...]”. (DOCENTE, 2021, p. 15).

Além disso, o professor aponta como referência para o planejamento das aulas o Plano Geral de Ensino (PGE) da escola.

Tinha o PGE, Plano Geral de Ensino, [...], o Plano Geral de Ensino é todo aquele planejamento de janeiro, incluindo o calendário escolar, de janeiro a tal, aí tinha o número de alunos, tinha os setores, essas coisas, era um projeto, na realidade era um projeto, Plano Geral, mas depois esse plano se dividia em vários projetos e depois cada professor acompanhava, cada setor na época acompanhava e chegava no final do ano. (DOCENTE, 2021, p. 7).

De acordo com o Docente, o PGE era impresso, tinha mais ou menos 500 páginas. Uma cópia era guardada e no outro ano o corpo pedagógico fazia ajustes no modelo do ano anterior, portanto, cada ano tinha um Plano Geral de Ensino da escola.

Desse modo, os professores tinham tanto as orientações que vinham de Brasília quanto o Plano Geral de Ensino da escola, que serviam como referência para elaboração de seus planejamentos de aula. Tardif (2014) salienta que os professores ao longo de suas carreiras apropriam-se de saberes o qual ele chama de “saberes curriculares”. Esses saberes, segundo ele, correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelo.

Quanto à sexta e sétima categorias, denominadas, respectivamente, “Elaboração das aulas” e “Materiais Pedagógicos”, o professor relata da seguinte forma:

Nesse período a gente tinha a orientação didática para realmente elaborar as aulas. Então a gente elaborava as aulas e de um certo modo a gente tinha uns apontamentos que a gente mesmo ia atrás, a gente pesquisava nos órgãos INPA, EMBRAPA, esses órgãos ligados à pesquisa agropecuária, e sempre a gente estava ali e às vezes a gente fazia as apostilas ou os apontamentos para os alunos, e era mais ou menos isso que a gente tinha, porque se a gente quisesse

aprofundar mais não tinha muita coisa, porque se tivesse a internet naquela época onde você ia lá se informar... a cultura de lá não serve pra cá porque o clima e o solo, o período de chuva, ele muda tudo, maçã não dá aqui, uva não dá aqui, essas coisas, então cada planta, ela é adaptada ao tipo de solo de cada região, o clima muda, então não tinha muito o que se buscar fora, era aqui a gente se virava no INPA e na EMBRAPA na época, e a EMATER-AM, o IDAM hoje, também a gente pegava alguma coisa lá que... você só tinha a prática, e nos debates eles acabavam descobrindo alguma coisa nova, e a gente também pegava muito material deles lá. [...]. (DOCENTE, 2021, p. 9).

O professor enfatiza que nessa época a instituição pesquisada só trabalhava com o ensino e não com pesquisa, porém, hoje em dia, o atual Campus Manaus Zona Leste/IFAM, desenvolve ensino, pesquisa e extensão. Ele também diz que a elaboração dos materiais didáticos ocorria no espaço da biblioteca da escola, no mesmo espaço dos alunos, mas em mesas separadas, assim fazia o material para disponibilizar aos alunos como orientação.

De acordo com o professor, a COAGRI, já no final de sua existência, começou a organizar encontros em Brasília no qual os professores por disciplina se reuniam, contribuía e, no final, era elaborado um Documento, similar a um Guia para ser aplicado em todo o Brasil.

[...] tinha os encontros, vamos supor, encontro de Geografia, todos os professores de Geografia do Brasil todo, e depois elabora um documento, inclusive tinha um material lá que era produzido por disciplina, os professores iam, formavam e depois elaboravam o material para ser aplicado em todo Brasil. Inclusive acho que tenho alguns, guardado nos meus livros, mas tinha os materiais tudinhos, História, Geografia, para você seguir nas aulas práticas. (DOCENTE, 2021, p. 15).

[...] quando ainda era COAGRI em Brasília que coordenava o ensino agrícola, começou já no final, antes de acabar eles faziam esses materiais, encontro por disciplina, aí os professores de cada escola iam um, ia contribuir e no final saia tipo um Guia, um guia de aulas práticas, tinha as principais Diretrizes para você depois elaborar o seu plano mais minucioso. (DOCENTE, 2021, p.16).

O professor enfatiza que esses encontros e a elaboração desses materiais ocorreram já no final da gestão da COAGRI. No entanto, as secretarias que ficaram responsáveis pelas Escolas Agrotécnicas Federais nos parece que deram sequência a esses encontros ou pelo menos na publicação de matérias no qual tinha a elaboração e colaboração de professores dessas escolas, como é possível verificar

no “Manual de orientação para a Disciplina de Desenho e Topografia em Escolas Agrotécnicas Federais”, publicado em 1989 pelo MEC/SESG, e no documento intitulado “Diretrizes de Funcionamento de Escolas Agrotécnicas”, publicado em 1990 pelo MEC/SENETE.

Vejamos rapidamente o “Manual de Orientação para a Disciplina de Desenho e Topografia em Escolas Agrotécnicas”, o qual contou com a colaboração dos professores das Escolas Agrotécnicas Federais que ministravam essa disciplina. A escolha desse Manual se deu, porque o docente entrevistado ministrou essa disciplina durante anos na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

O Manual fazia parte de uma série de livros didáticos do ensino agrotécnico. Sua produção teve como Coordenadora Geral uma representante do MEC/SESG; a sua elaboração contou com três representantes das Escolas Agrotécnicas Federais e dois do MEC/SESG; a colaboração de vinte e nove professores das Escolas Agrotécnicas Federais; três representantes do MEC/SESG na revisão; e a capa (ver Figura 6) ficou sob responsabilidade de uma representante do MEC/SESG.

Figura 6: Capa do Manual de Orientação para a Disciplina Desenho e Topografia em Escolas Agrotécnicas Federais.



Fonte: Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002930.pdf>
Acesso: 05 abr. 2021.

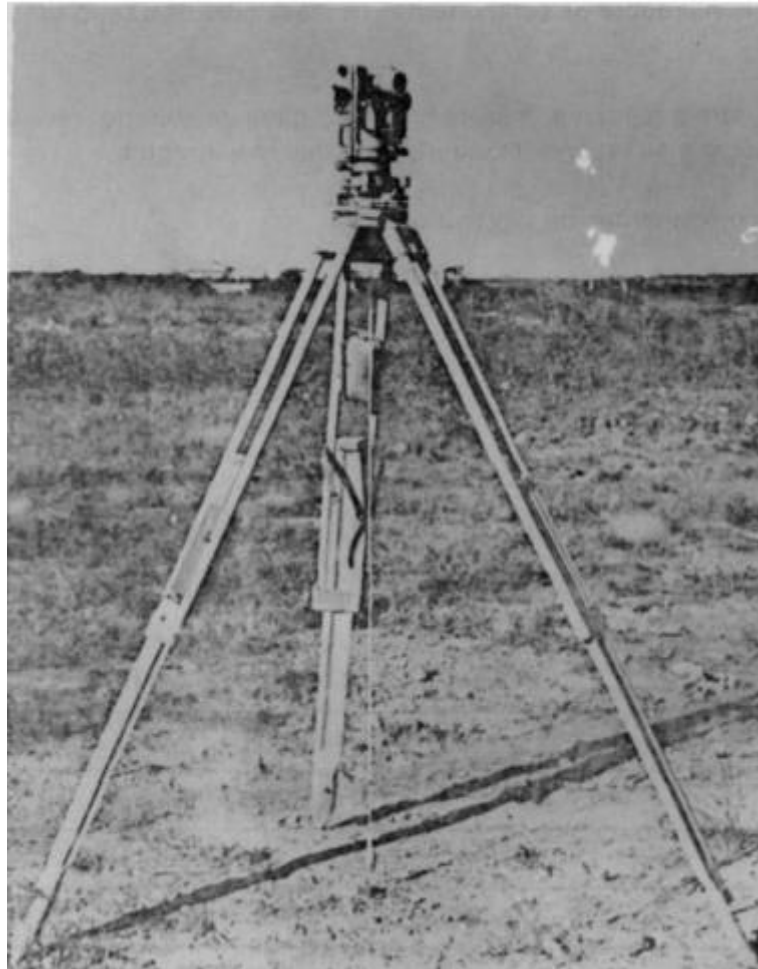
De acordo com o Manual (MEC/SESG, 1989), a Disciplina de Desenho e Topografia tinha como objetivo geral: utilizar métodos e instrumentos de desenho e topografia na agropecuária. E como objetivos específicos: executar desenhos, de acordo com as normas técnicas, empregando materiais e métodos adequados; e executar trabalhos topográficos relacionados à Agropecuária.

O Manual continha um programa-referência, destinado a subsidiar os professores na definição dos conteúdos a serem ministrados aos alunos e folhas de orientação, que apresentavam, de forma sequenciada, exercícios práticos para a fixação dos conteúdos de Desenho e Topografia em nível de 2º Grau. Segundo as orientações do manual, ele poderia ser enriquecido pelos professores da disciplina, adaptado às novas situações e aos recursos disponíveis em cada Escola Agrotécnica Federal do País.

No Programa – Referência eram sugeridos cinco diferentes conteúdos para o ensino de Desenho, com dez folhas de orientação e dez atividades. Para o ensino de Topografia também eram sugeridos cinco diferentes conteúdos, com quarenta e uma folhas de orientação e trinta e oito atividades.

A título de exemplo, na folha de orientação 15 da unidade de Topografia, cujo objetivo era descrever o teodolito e demonstrar seu funcionamento, recomendava-se como atividade a descrição e funcionamento do teodolito. Para tanto, apontava o teodolito e o tripé (disponível na Figura 7) como materiais didáticos, podendo ser complementado com recursos audiovisuais.

Figura 7: Teodolito e o tripé



Fonte: MEC/SESG (1989, p. 49)

De acordo com o documento MEC/SESG (1989), o procedimento da atividade consistia em: 1º) fazer um estudo preliminar sobre os componentes imprescindíveis para o funcionamento de um teodolito; 2º) descrever, de acordo com a função e importância, os órgãos de suporte, nivelamento, visada, controle de movimento, ajuste de visada, orientação e ajuste dos movimentos; 3º) reconhecer todos os componentes de um teodolito; 4º) observar o seu funcionamento; 5º) manusear cada componente do teodolito, objetivando a fixação do processo de funcionamento do aparelho.

Julia (2001, p. 34) pondera, no entanto, que “o manual escolar não é nada sem o uso que dele for realmente feito, tanto pelo aluno como pelo professor”. O professor entrevistado conta que ele usava esse material em suas aulas, pois, segundo ele, é uma sequência de aulas para ser usado nas práticas escolares. O professor ressalta, contudo, que a Coordenação Nacional orientava que o Manual era uma Diretriz, o

professor seguia se quisesse, não era obrigado e não tinha uma supervisão cerrada na conduta profissional do docente.

De fato, como salienta Julia (2001), mesmo se a corporação à qual pertence exerce uma pressão – que se trate de inspetores de diversas ordens de ensino -, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra, eles sempre têm a possibilidade de questionar a natureza de seu ensino. Para Julia (2001, p. 33), a única restrição exercida sobre o professor “é o grupo de alunos que tem diante de si, isto é, os saberes que funcionam e os que ‘não funcionam’ diante deste público”.

Além desse material didático, o professor entrevistado relata que usava para as aulas teóricas que ocorriam em Sala de Aula, a lousa, o giz, apagador, apostilas, entre outros. Para as aulas práticas de Topografia levava os materiais de medição para o campo, como teodolito, régua, trena, piquete, balizas.

Eis que chegamos à oitava categoria intitulada “Práticas Pedagógicas do Docente”. A aula teórica geralmente ocorria da seguinte forma:

A introdução era conceitual, ia dando os conceitos de acordo com os temas e depois era feito um exercício, e aquelas aulas se acumulavam, no final do mês fazia uma avaliação, aí no mínimo tinha que ter umas três avaliações para tirar uma média (DOCENTE, 2021, p. 18).

Diante do excerto, podemos apontar que o docente seguia uma lógica pedagógica em suas aulas teóricas em sala de aula, do qual partia da explicitação dos conceitos de determinada temática de sua disciplina e depois fazia atividades para avaliação do aprendizado desses conceitos. Tal prática pedagógica possivelmente está ligada à sua experiência em sala de aula e do público que ele atendia, pois, segundo Tardif (2014), os professores no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio.

O docente nos concedeu uma fotografia (ver Figura 8) de um momento de sua aula teórica em sala de aula, a qual podemos explicitar uma série de interpretações a partir dela.

Figura 8: Aula teórica em Sala de Aula na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.



Fonte: Fotografia cedida pelo Docente entrevistado.

Na Figura 8, mesmo que o retrato seja intencional no sentido de que as pessoas sabiam que estavam sendo fotografadas, podemos visualizar o sentimento de familiaridade com aquele espaço escolar. É possível visualizar também o vestuário usado em sala de aula como tênis ou sapatos, calça jeans ou bermuda, camiseta ou camisa com cores verdes e brancas, e o símbolo da escola, além do mobiliário da sala, como cadeiras individuais de ferro com revestimento de madeira e a parede da sala com uma cor verde mais escura, aliás o verde pode representar a relação da escola com o setor primário, bem como a formação dos estudantes para esse setor. Tais características trazem as marcas da cultura escolar na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

O docente conta que ele usava muito folhas de fichamento onde ele fazia anotações a serem trabalhadas em suas aulas:

[...] a gente fichava a aula, a gente preparava a aula fazia tipo uma ficha, ia colocando os temas, aquilo que a gente faz hoje, joga no slide, ninguém tinha slide nessa época, o slide era todo daqueles antigos, a gente pegava uma ficha, fichava a aula e ia desenvolvendo por ali,

seguia, e as vezes anotava na lousa, mas não tinha como projetar, a gente guardava essas fichas, ficava com a gente. (DOCENTE, 2021, p. 18).

São práticas pedagógicas no contexto daquela época que o professor encontrou para desenvolver suas aulas, pois, segundo Tardif (2014), embora os professores utilizem diferentes saberes na sala de aula, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionantes e recursos ligados a esse trabalho.

As aulas práticas de Topografia, segundo o docente, ocorriam no terreno da própria instituição ou no seu entorno, “a gente fazia as aulas práticas lá mesmo, no campo, ali para o lado do campo, fazia aula prática lá, media área, media comprimento, usando aparelho”. (DOCENTE, 2021, p. 17).

De acordo com o docente, às vezes as aulas práticas “valiam notas, essas coisas, para os alunos se interessarem, se motivarem e tal” (DOCENTE, 2021, p. 18). São saberes experienciais do docente que se originam da prática cotidiana da profissão e são por ela validado, como salienta Tardif (2014).

Ainda segundo o docente, cada turma tinha aproximadamente 35 alunos e pela natureza das atividades ela era dividida em grupos menores, mais ou menos uns cinco grupos para a realização das atividades práticas, como nas fotografias (disponíveis nas figuras 9 e 10) de uma aula de Topografia que o docente nos presenteou para a confecção desta dissertação.

Figura 9: Aula de Topografia na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.



Fonte: Fotografia cedida pelo Docente entrevistado.

Figura 10: Aula de Topografia na Escola Agrotécnica Federal de Manaus.



Fonte: Fotografia cedida pelo Docente entrevistado.

Nestas imagens, segundo o docente, os alunos estão utilizando os instrumentos de medição, demarcação de área e levantamento de planimetria e altimetria do terreno, para posterior confecção dos mapas, para utilização em planejamento e cálculo do número de plantas e espaçamentos utilizados, conforme o tipo de Agricultura usados ou recomendados. Os materiais pedagógicos utilizados nesta atividade foram: Teodolito, Trena, caneta e Prancheta com Caderneta de Campo para preenchimento com os dados coletados.

O docente também nos presenteou com duas fotografias (figuras 11 e 12) das práticas da Disciplina Agricultura sobre o assunto de Produção de Mudanças. Na Figura 11, os alunos estão em volta de duas senhoras observando e anotando suas práticas. Já na Figura 12 os alunos estão em uma área de plantação também observando as práticas desenvolvidas naquela atividade.

Figura 11: Práticas da Disciplina Agricultura, assunto Produção de Mudas.



Fonte: Fotografia cedida pelo Docente entrevistado.

Figura 12: Práticas da Disciplina Agricultura, assunto Produção de Mudas.



Fonte: Fotografia cedida pelo Docente entrevistado.

Na Figura 12, está retratado um caso específico, segundo o docente, pois não havia a produção de Mudanças de Castanha do Brasil na Escola. Quando isso ocorria, era feita uma Visita Técnica em Fazendas da Região. Neste caso foi realizada uma Visita Técnica na Fazenda Aruanã localizada no Km 290 da estrada AM-010, Manaus/Itacoatiara, município de Itacoatiara, estado do Amazonas.

Segundo o docente, a Visita Técnica implicava em observar como eram feitos todos os procedimentos para a obtenção da Muda. Nesse caso, os alunos não colocavam a “mão na massa”, apenas observavam e anotavam. Ainda de acordo com ele, para produção de Mudanças de Castanha do Brasil são várias etapas até a muda atingir 50 cm para poder plantar em definitivo, para depois fazer o que chamam de enxertia nas plantas já no local definido, no caso da Figura 12 é a etapa da sementeira.

A nona e última categoria deste capítulo, denominada de “Atividades Culturais”, engloba uma prática esportiva e uma prática cultural que ocorriam na instituição no período pesquisado. Além disso, será apresentado de forma sintética o encontro de Egressos que ocorre na instituição desde os tempos em que ela ainda estava localizada no Paredão.

A primeira prática é em relação ao tradicional time de futebol da escola que, segundo o professor, era um dos quatro que sempre chegavam na final dos campeonatos estudantis locais da época.

[...] a escola ela tinha uma tradição muito grande no futebol, e aí os rivais naquela época era[m] o Colégio Militar, Escola Técnica, e o Colégio Agrícola, os três federais que rivalizavam, aí tinha um do Estado que era o Marquês de Santa Cruz que também poderia dizer que era o quarto, e quando tinha esses campeonatos estudantis sempre ficavam os quatro, tipo o Botafogo, Vasco, Flamengo e Fluminense, ficavam sempre os quatro ali, brigando pelo... isso era o da época. (DOCENTE, 2021, p. 19).

Diante disso, é possível compreender a importância de uma das práticas esportivas que ocorriam na disciplina de Educação Física, a qual segundo o docente também tinha horário e rodízio estabelecido.

A segunda prática é relacionada a quadrilha “Agricolinos na Roça” da Escola que era destaque na época.

E lá no Agrícola também, como era uma escola dominada pelos homens, tinha uma mulher aqui outra ali. [...], tinha uma quadrilha que eles falavam lá, tinha um nome lá, tinha a Agricolinos na Roça, eles faziam, como não tinha mulher eles faziam um bloco só de mulher [...] eles faziam, se vestiam de mulher, mas tinha esse lado cômico, o lado cômico da brincadeira lá que eles

faziam o seio com coisa de coco e na hora deixava cair, aí saia se penteando, essas coisas, e o pessoal se divertia muito na época, era um destaque na época. (DOCENTE, 2021, p. 19).

O professor relata que a apresentação da quadrilha ocorria na quadra aberta da escola, onde colocavam as mesas do lado da quadra e o público entrava e lá ficavam assistindo. De acordo com o professor, o público gostava muito na época.

A professora Maria Francisca Morais de Lima (2008), ao apresentar algumas informações a respeito da Escola Agrotécnica Federal de Manaus em sua pesquisa, relata que no calendário de eventos da escola, constava a Festa Junina, organizada pela comissão de formandos onde a atração principal era a tradicional quadrilha “Agricolinos na Roça”, quadrilha segundo ela, formada por homens que lembrava a época na qual a escola recebia apenas meninos em seu quadro discente.

O professor Alvatir Carolino da Silva, egresso da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM e docente do atual Campus Manaus Zona Leste/IFAM, ressalta em uma confraternização dos egressos do IFAM Campus Manaus Zona Leste em 2020⁷, que existiam meninas filhas de servidores que estudavam na instituição escolar pesquisada no tempo que ela se localizava no Paredão, mas posteriormente houve uma ausência de estudante do gênero feminino neste espaço escolar, sendo retomado o seu ingresso a partir da década de 1980, ainda na gestão do professor José Dantas Cavalcante.

Ainda nesta confraternização dos egressos, o professor Alvatir Carolino conta que o encontro dos Egressos dessa instituição escolar remonta a meados dos anos de 1960, período em que se estabeleceu o Dia da Árvore, e a escola realizava um evento onde os ex-alunos participavam, ganhando um novo formato nos anos de 1980 quando se define o dia do Técnico Agrícola, por isso, que sempre ocorre no primeiro sábado do mês de novembro. Em anos em que a data coincide com o dia dos finados, ela é transferida para outro dia.

Do mesmo modo, a professora Maria Francisca de Lima (2008) enfatiza que era realizado anualmente um encontro de Egressos na Escola, o qual foi caracterizado por ela como um momento de confraternização entre professores e ex-alunos e de reflexão quanto à situação dos profissionais da área técnica agropecuária.

⁷ IFAM. *Confraternização dos Egressos do IFAM Campus Manaus Zona Leste 2020*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D5-7csSPw7Y> Acesso em: 22 abr. 2021.

Portanto, são três práticas culturais que se faziam presentes no cotidiano da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, constituindo-se assim parte da cultura escolar desta renomada instituição escolar.

As nove categorias discutidas neste capítulo demonstram como funcionavam as formas de ingresso dos docentes no final dos anos 1970, as diversas disciplinas que um mesmo professor poderia conduzir aulas, o percurso formativo acadêmico do docente entrevistado, a política educacional da época, o planejamento e elaboração das aulas, os materiais didáticos, as práticas escolares de um professor da escola e três atividades culturais que ocorriam na escola. Enfim, buscou-se, desse modo, “entrar” e vivenciar na Escola, conhecer um pouco do seu cotidiano no contexto de 1979 a 1993, por meio da Análise de Conteúdo de um dos seus sujeitos.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: *E-BOOK*: O SISTEMA ESCOLA FAZENDA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o produto educacional oriundo desta pesquisa, no seu processo de produção, avaliação e validação.

5.1 A produção do Produto Educacional

Uma das exigências do Mestrado Profissional é a elaboração de um produto ou processo educacional que beneficie a comunidade acadêmico-científica e educacional, e o público em geral. Assim, os produtos ou processos educacionais podem ser mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos, conforme a CAPES (2016).

Nesse sentido, elaboramos como produto educacional um *e-book*, o qual se encaixa na classificação da CAPES como material textual e que visa servir de produto interlocutivo aos docentes, estudantes e pesquisadores do ensino agrícola que se encontram nos mais diferentes contextos do nosso país.

O *e-book*, torna-se relevante no mundo atual diante da cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais. Ele proporciona diversas possibilidades através de seus recursos intrínsecos ao seu formato, podendo ser considerado um meio promissor de disseminação e circulação de informações intelectuais e culturais.

Juliani Menezes dos Reis e Helen Beatriz Frota Rozados (2016) enfatizam que à primeira vista, pode parecer fácil definir *e-book*, livro eletrônico ou digital, já que, aparentemente, é apenas um livro em formato digital. Porém, segundo elas, ainda não existe uma definição oficial de autoridades ou instituições reconhecidas como autoridades sobre o assunto.

Contudo, as autoras se arriscam em propor uma definição de *e-book*, livro eletrônico, digital ou virtual, a partir das definições e caracterizações existentes na literatura até o momento daquele trabalho. Para elas,

O *e-book*, livro eletrônico, digital ou virtual, é um livro que existe exclusivamente em formato digital, não periódico, que necessita de um aparelho leitor e de um software para decodificação que viabilize sua leitura. Pode conter texto, imagem, áudio e vídeo, permite a inclusão de comentários pelo leitor, bem como o controle e ajuste de nuances de brilho, cor e tamanho da fonte. (REIS; ROZADOS, 2016, p. 2).

Assim, optamos por utilizar o termo *e-book* quando nos referimos ao produto educacional em questão, compreendendo por este termo tal como definido por Reis e Rozados (2016).

O *e-book* originou-se ao longo do processo de pesquisa, quando se compreendeu que era necessário elaborar um produto que fosse acessível aos professores, estudantes e pesquisadores do ensino agrícola, de modo que eles pudessem utilizá-lo em suas interlocuções. Assim sendo, elaboramos o *e-book* intitulado “O Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993)”.

O *e-book* foi estruturado em: Apresentação, três Capítulos e Considerações Finais. No primeiro Capítulo, buscamos apresentar a instituição escolar na qual funcionou o Sistema Escola-Fazenda, desde quando foi criado o Patronato Agrícola Rio Branco à Escola Agrotécnica Federal de Manaus, buscando demonstrar neste percurso as mudanças que ocorreram no ensino agrícola ao longo do século XX e as transformações desta instituição escolar no bojo de tais mudanças.

O segundo Capítulo, apresenta um capítulo inédito, no sentido que não foi explorado nesta dissertação, sobre a Zona Leste da cidade Manaus-AM ao longo do século XX. Tal apresentação fez-se necessária devido a instituição em pesquisa ter se instalado nesta zona da cidade de Manaus no início da década de 1970. Neste capítulo explora-se a história da estrada do Aleixo, a história dos bairros desta zona, bem como o processo de construção e instalação do então Colégio Agrícola do Amazonas.

O terceiro Capítulo, apresentamos a história do Sistema Escola-Fazenda bem como seu funcionamento na Escola Agrotécnica Federal de Manaus a partir do relato de um professor que trabalhou nesta Escola e que nos concedeu uma entrevista.

Vale destacar que naquele contexto da abordagem do *e-book* o Sistema Escola-Fazenda tinha como eixos centrais as Salas de Aulas, as Unidades Educativas de Produção (UEP's), e a Cooperativa-Escola. Salientamos que o eixo das UEP's foi o mais explanado no *e-book*. Contudo, espera-se que estes escritos possam incentivar pesquisas futuras a continuarem descortinando o eixo das UEP's, assim como dos demais eixos do Sistema Escola-Fazenda, tanto na Escola Agrotécnica Federal de Manaus como em outras Escolas Agrotécnicas.

5.2 Avaliação e Validação do Produto

Para Avaliação do *e-book* foi elaborado um texto de encaminhamento para os profissionais destinados a essa finalidade, nele continha o convite para a avaliação do produto educacional e explicava que esta etapa era uma indicação da área de Ensino da CAPES, na qual o ProfEPT estava inserido, e tinha por objetivo obter contribuições de atores externos à construção da pesquisa, acerca da aceitação do produto.

Além do texto de encaminhamento, elaboramos uma Ficha de Validação do Produto Educacional criada na Plataforma Google-Forms. Nela, como é possível observar no Apêndice C desta dissertação, continha três itens acerca da identificação do (a) avaliador (a) e cinco questões pertinentes ao *e-book*.

A primeira questão da Ficha, indagava se a apresentação do *e-book* estava clara e objetiva. Como resposta o (a) avaliador (a) poderia marcar a opção: (i) Sim; (ii) Não; (iii) Parcialmente. Havia também um espaço no final da questão onde poderia fazer suas sugestões e observações.

A segunda, perguntava se os três capítulos atenderam os objetivos propostos na apresentação do *e-book*. Como resposta o (a) avaliador (a) poderia marcar a opção: (i) Sim; (ii) Não; (iii) Parcialmente. Além do espaço no final da questão onde poderia fazer suas sugestões e observações.

A terceira, indagava se a linguagem do *e-book* estava adequada e compreensível. Como resposta o (a) avaliador (a) poderia marcar a opção: (i) Sim; (ii) Não; (iii) Parcialmente. Havia também um espaço no final da questão onde poderia fazer suas sugestões e observações.

A quarta, perguntava se o (a) avaliador (a) utilizaria o *e-book* em sua prática educativa. Como resposta o (a) avaliador (a) poderia marcar a opção: (i) Sim; (ii) Não; (iii) Talvez. Além do espaço no final da questão onde poderia fazer suas sugestões e observações.

A quinta e última questão, pedia para o (a) avaliador (a) apresentar seu parecer sobre o *e-book*, informando se recomendava sua leitura, bem como relatando suas impressões e sugestões gerais em relação ao mesmo.

Para a seleção do grupo de avaliadores foram destacados diferentes perfis, perpassando por atores internos, incluindo profissionais que trabalham com a temática, seja como professor e/ou pesquisador, a atores externos, com nenhuma aproximação com a temática.

Desse modo, no dia 7 de julho de 2021 enviamos para os convidados para avaliação, através de e-mail individual ou via *WhatsApp*, o texto de encaminhamento junto com o *e-book* e a Ficha de Validação do Produto Educacional. Ao mesmo tempo que solicitamos o retorno do preenchimento da Ficha de Validação até o dia 26 de julho de 2021, tendo em vista o prazo exíguo para a consolidação das avaliações e apresentação da dissertação

Isto posto, passamos para o resultado da Avaliação do *e-book* intitulado “O Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (179-1993)”.

O grupo de Avaliação do produto foi constituído por 12 profissionais de diferentes formações acadêmicas e atuação profissional, como é possível observar no Quadro 10.

Para referenciar os Avaliadores denominamos de “Av” seguido de um numeral na ordem crescente. A ordem de numeração dos avaliadores foi definida conforme a devolução da Ficha de Validação do Produto Educacional preenchida.

Quadro 10: Informações acadêmicas e profissionais dos avaliadores.

Identificação	Formação Acadêmica	Atuação Profissional
Av1	Licenciatura em Letras Língua Inglesa	Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
Av2	Graduação em Química	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).
Av3	Mestrado em Engenharia de Produção	Professor de Ensino Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).
Av4	Licenciatura em Pedagogia	Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (IFAM).
Av5	Graduação em Letras – Habilitação Língua Portuguesa e Literatura	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).
Av6	Doutorado em Ciências Biológicas	Professora de Biologia da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).
Av7	Assistente Social	Servidora do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

Av8	Graduação em Química	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).
Av9	Licenciatura Plena em História; Mestre em Educação Profissional e Tecnológica	Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Goiás (IFG).
Av10	Licenciatura em História	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).
Av11	Mestrado em Química	Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).
Av12	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais; Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia; Doutorado em Antropologia Social	Professor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

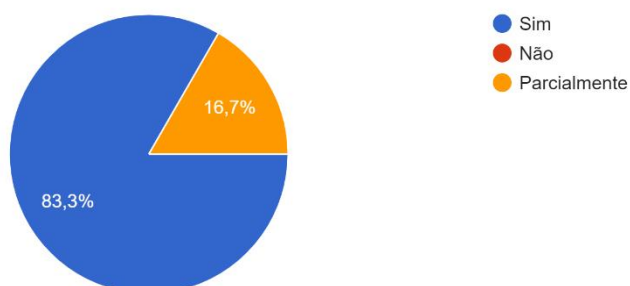
Fonte: Elaborado com base na Ficha de Validação do Produto Educacional, constante no Apêndice C.

Antes de começarmos a analisar cada questão pertinente ao produto educacional constante na Ficha de Validação, vale destacar que o processo de Avaliação foi muito importante, pois nele foi apontado a importância do *e-book* para além do público alvo, assim como sugestões e observações que possibilitaram a melhoria do mesmo.

A primeira questão referente ao produto indagava se a apresentação do *e-book* estava clara e objetiva. Nesta questão, 10 avaliadores responderam que sim, representando 83,3% do grupo; 2 avaliadores responderam parcialmente, representado 16,7% (observe no gráfico 1). Portanto, a maioria concordou que a apresentação do *e-book* estava clara e objetiva.

Gráfico 1: Respostas da questão 1 da Ficha de Validação do Produto.

1 A apresentação do e-book está clara e objetiva?
12 respostas



Fonte: Elaborado com base na questão 1 da Ficha de Validação do Produto Educacional, constante no Apêndice C

No entanto, nesta questão, houve importantes sugestões e observações, como a da Av4 que fez a seguinte consideração: “A apresentação ela tem que ser concisa e voltar-se exclusivamente para o produto: o que você está apresentando? Os processos metodológicos poderiam ser mais sistematizados ou até mesmo excluídos. O foco deve ser no produto e não no que você fez na dissertação. A apresentação deve ser do produto”.

De fato, a Av4 tinha razão em sua consideração, contudo, colocamos o processo metodológico da pesquisa na apresentação do *e-book* devido o capítulo 2 que não foi explorado na dissertação, sendo, portanto, necessário explicar para o leitor como chegamos naquele resultado.

Outras sugestões referentes à primeira questão foram do Av3 que sugeriu a “Apresentação da Pesquisa Completa”, a que foi trabalhada na dissertação, e da Av10 que sugeriu “envolver o público da inclusão como por exemplo o uso da audiodescrição para as pessoas com deficiência visual ou *QR Code* para o público surdo”.

A sugestão do Av3 é bastante substancial, uma vez que o *e-book* ficaria mais completo com a inclusão de mais elementos trabalhados na dissertação. No entanto, quando pensamos o *e-book*, foi levando em consideração o seu público alvo e os profissionais encarregados da sua avaliação, desse modo, apresentamos no *e-book* apenas alguns aspectos trabalhados na dissertação, visando o não cansaço do leitor e o pouco tempo que teria no processo de avaliação do mesmo. Além disso, precisaríamos de muito mais tempo para transformar a linguagem da dissertação em

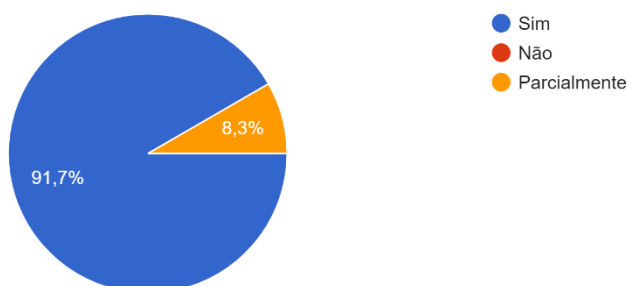
uma linguagem mais didática. Talvez, por isso, não conseguimos nos desvincular totalmente da linguagem acadêmica na produção *e-book* em análise.

A sugestão da Av10 no envolvimento do público da inclusão foi bastante oportuna, realmente na versão enviada para os avaliadores não continha ferramentas para o uso das pessoas com deficiência visual e nem do público surdo. Contudo, na versão final do *e-book* incluímos um *QR Code* que encaminha o leitor para áudios descritivos do *e-book* visando atender esse público.

Quanto à segunda questão referente ao produto que perguntava se os três capítulos haviam atendido os objetivos propostos na apresentação do *e-book*, 11 avaliadores responderam que sim, representando 91,7% do grupo, 1 respondeu que foi parcialmente, representando 8,3% (observe no gráfico 2). Portanto, a maioria concordou que os três capítulos do *e-book* haviam atendido os objetivos propostos em sua apresentação.

Gráfico 2: Respostas da questão 2 da Ficha de Validação do Produto.

2 Os três capítulos atenderam os objetivos propostos na apresentação do e-book?
12 respostas



Fonte: Elaborado com base na questão 2 da Ficha de Validação do Produto Educacional, constante no Apêndice C.

Contudo, nesta questão, também foram apresentadas importantes sugestões e observações pela Av4 e Av12. A Av4 apontou que o Produto trazia muito texto e que ela sentiu falta dos *hiperlinks* com outras produções existentes que tratam da Escola Agrotécnica, embora em outras vertentes. A mesma avaliadora sugeriu a criação de uma linha histórica dos momentos da Escola Agrotécnica como ilustração do produto. Ela também sentiu falta de alguns ícones para chamar a atenção do leitor sobre

determinados aspectos do texto. Assim como, em algum momento do produto ser enfatizado a interlocução com o ensino, uma vez que o ProfEPT é da área do Ensino.

De fato, não colocamos na versão enviada aos avaliadores *hiperlinks* de outras produções existentes que tratam da Escola Agrotécnica, porém, na versão final do *e-book* incluímos no corpo dos capítulos *hiperlinks* de produções que versam sobre a instituição escolar pesquisada, assim como de outras instituições de ensino agrícola.

Já a sugestão da linha histórica dos momentos da Escola Agrotécnica foi atendida de imediato, uma vez que a instituição escolar apresentada passou por diversas mudanças ao longo de sua trajetória, sendo necessário sistematizá-las em uma linha do tempo. A linha do tempo da Escola foi incluída no final do capítulo 1 do *e-book*.

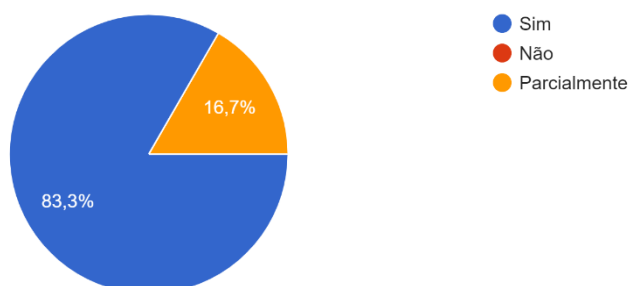
O Av12, por sua vez, sugeriu a reformulação o trecho da página 7 que dizia: “Inicialmente a Escola Agrotécnica Federal de Manaus situava-se na estrada do Aleixo, km 08, conforme o seu regulamento Interno de 1998, numa área rural da zona leste da cidade de Manaus-AM, mas devido o processo de ocupação e a mudança do nome da estrada, ficou situada na Avenida Cosme Ferreira, no bairro São José Operário”. Segundo ele, uma pequena reformulação no texto poderia dar maior capacidade de explicação ao fenômeno de urbanização do lugar e explicar que a instituição em questão não mudou de lugar, o que mudou foi o contexto espacial e o nome da rua. Sua sugestão foi atendida e uma nova formulação do trecho encontra-se na versão final do *e-book*.

Na terceira questão referente ao produto que perguntava se a linguagem do *e-book* estava adequada e compreensível, 10 avaliadores responderam que sim, representando 83,3% do grupo, 2 disseram que foi parcialmente, representando 16,7% (observe no gráfico 3). Desse modo, a maioria concordou que a linguagem do *e-book* estava adequada e compreensível.

Gráfico 3: Respostas da questão 3 da Ficha de Validação do Produto.

3 A linguagem do e-book está adequada e compreensível?

12 respostas



Fonte: Elaborado com base na questão 3 da Ficha de Validação do Produto Educacional, constante no Apêndice C.

Entretanto, nesta questão, também houve valiosas sugestões e observações da Av4 e da Av7. De acordo com a Av4, como o público alvo do *e-book* consiste em professores, estudantes e pesquisadores, a linguagem deve motivar, entusiasmar pela leitura. Então ela sugeriu trazer outras linguagens no *e-book*, como, por exemplo, tirinhas, músicas, imagens, fotografias, etc.

Na mesma perspectiva, a Av7 sugeriu frases em destaques no *e-book*, estilo jornal ou entrevista em revistas. Uma outra ideia, sugerida pela Av7 seria um bonequinho em desenho, até mesmo aluno em desenho, falando o histórico e interagindo com o leitor.

Cabe destacar também que a Av1 sugeriu o acréscimo de mais imagens fotográficas referentes ao Campus em diversas épocas. Do mesmo modo, a Av7 apontou a falta de imagens no *e-book*, pois, segundo ela, estava na expectativa de ver as fotos antigas do Campus.

Todas as sugestões apontadas nos três parágrafos acima foram atendidas o máximo possível dentro das nossas limitações.

Antes de passar para a quarta questão referente ao produto, vale salientar que a Av5 apontou que faltavam pequenas correções ortográficas no texto. Do mesmo modo, o Av9 apontou que faltavam tais correções. Na verdade, o Av9 fez uma análise minuciosa no *e-book* e encontrou pequenos erros ortográficos e de diagramação que não tínhamos visto naquela versão.

O Av9 também sugeriu a mudança do sumário, ao invés da sequência na vertical, seria melhor na horizontal. Ele considerou, como leitor, o trecho da página 15

que dizia “A partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve grandes mudanças na política educacional do ensino agrícola, e isto desdobrou-se na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, como relata um professor que lecionou na escola e que nos concedeu uma entrevista para confecção da dissertação”, um pouco vago, com informações muito superficiais. Ele questiona: quais mudanças? O que exatamente este professor relatou? Pois, para ele, é um período bastante abrangente (2 mandatos presidenciais).

De fato, não foi trabalhado muito o contexto do governo Fernando Henrique Cardoso no *e-book*, uma vez que nosso enfoque buscou se concentrar entre 1979 a 1993. Contudo, foi incluído um *hiperlink* depois do trecho em questão que direciona o leitor para textos que abordam este contexto.

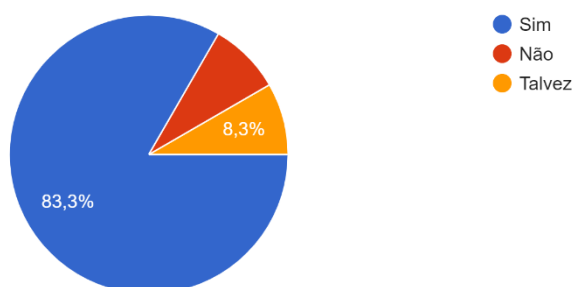
O Av9 também sugeriu a troca de um trecho no final da página 40 e desenvolver pelo menos um parágrafo para se posicionar acerca do tema. Tais sugestões foram atendidas.

Quanto à quarta questão referente ao produto que indagava se o (a) avaliador (a) utilizaria o *e-book* em sua prática educativa, 10 responderam que sim, representando 83,3% do grupo, 1 respondeu que talvez, representando 8,3%, e 1 respondeu que não, representando 8,3%, (observe no gráfico 4). Tais dados mostram a aderência do *e-book* para um público além do âmbito das instituições escolares de Educação Profissional e Tecnológica.

Gráfico 4: Respostas da questão 4 da Ficha de Validação do Produto.

4 O (a) Senhor (a) utilizaria esse e-book em sua prática educativa?

12 respostas



Fonte: Elaborado com base na questão 4 da Ficha de Validação do Produto Educacional, constante no Apêndice C.

Nesta questão, a Av4 comentou no espaço destinado às sugestões e observações, o seguinte: “acredito que há necessidade de melhorias, por isso verifique as recomendações que indiquei no questionário”. Já o Av12 comentou: “Trabalho oportuno, visto que o Campus CMZL caminha para o centenário”.

A quinta e última questão concernente ao produto pedia para o (a) avaliador (a) apresentar seu parecer sobre o *e-book*, informando se recomendava sua leitura, assim como relatar suas impressões e sugestões gerais em relação ao mesmo. Os pareceres dos avaliadores foram bastante positivos sobre o *e-book*, como podemos verificar no Quadro 11.

Quadro 11: Pareceres dos avaliadores.

Avaliador (a)	Pareceres
Av1	“Gostei muito do e-book, principalmente da segunda parte em que mostra a história não só do bairro em que a escola foi construída, como dos bairros adjacentes. Eu apenas acrescentaria mais imagens referentes ao Campus em diversas épocas. Parabéns!”
Av2	“Está bem objetivo e estruturado”
Av3	“Boa para a compreensão de como se deu o ensino do Ensino Agrícola neste período pesquisado, no Estado do Amazonas, notadamente em Manaus-AM.”
Av4	“Por favor, observe as sugestões incluídas no questionário. Pergunte-se sempre: como o produto subsidiará o ensino na EPT? Essa resposta tem que que permear o texto do produto educacional.”
Av5	“Recomendo a leitura, pois trata-se de um material informativo e pedagógico, condensado com relatos históricos de conhecimento preciso à época e espaço proposto.”
Av6	“O e-book é uma ferramenta muito importante, pois facilitará o acesso aos alunos e professores durante o processo de pesquisa.”
Av7	“O e-book ficou lindo, traz informações preciosas e resumidas desse período do hoje CMZL. Recomendo sim a leitura, as sugestões coloquei nos tópicos anteriores, mas o principal foi a falta das imagens, estava na expectativa de ver as fotos antigas do campus.”
Av8	“O produto é visivelmente bem atrativo assim como o tema escolhido. Discorrer sobre a história e as etapas da Escola Agrotécnica em Manaus, nota-se o aprofundamento dentro da história do tema. Bem didático e explicativo. Mostrando a riqueza capturada em fotos e mapas da época. E finalizando, em seus documentos e artigos pesquisados. Tudo muito bem orientado e feito. Está de parabéns pela pesquisa e a escolha do assunto.”

Av9	“De todo, parablenizo pela pesquisa, muita riqueza de detalhes e uma pesquisa documental minuciosa, leva o leitor a uma viagem no tempo. Produto Educacional bem estruturado, bonito e de fácil leitura. Recomendaria uma correção textual, pequenas questões relacionadas às vírgulas, nada demais. Sim, eu recomendo a leitura deste e-book.”
Av10	“O Produto Educacional apresenta uma bela estética, com uma linguagem clara, didática, bem estruturado. Certamente poderá ser utilizado de forma interdisciplinar não só na EPT, mas atendendo outras categorias. Percebo que atinge o público em parte. Minha sugestão que pensasse nos sujeitos de inclusão possibilitando acesso às informações do e-book em formato acessível.”
Av11	“Particularmente gostei bastante do e-book, o mesmo apresenta uma leitura clara e concisa do contexto histórico do Instituto e da comunidade ao redor. Com certeza recomendaria.”
Av12	“Parablenizo o mestrando e a orientadora, um trabalho importante e oportuno visto que o CMZL caminha para comemoração de seu primeiro centenário e, sem dúvida, este trabalho será referência para os demais trabalhos que estão por vir.”

Fonte: Elaborado com base na questão 5 da Ficha de Validação do Produto Educacional, constante no Apêndice C.

Assim, é possível considerar que o *e-book* em questão trará grandes contribuições na interlocução de professores, estudantes e pesquisadores não só do ensino agrícola, mas de um público mais amplo.

O *e-book* foi validado pela Banca Examinadora do mestrado. Após a validação e posteriores ajustes, o mesmo será encaminhado e depositado no Repositório do IFAM, no Repositório Educapes, e buscaremos a publicação por intermédio de uma editora pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi de compreender a cultura e práticas escolares de uma instituição escolar de ensino agrícola para além das legislações prescritas, buscando “entrar” neste estabelecimento de ensino e conhecer o seu cotidiano.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo geral compreender a cultura e práticas escolares dos professores na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM no período de 1979 a 1993. Constata-se que o objetivo geral foi atendido, pois conseguiu identificar elementos dos espaços, tempos e sujeitos escolares, bem como analisar as práticas escolares de um professor que lecionou na Escola no período pesquisado.

O objetivo específico inicial era identificar a dinâmica do tempo-espaço escolar. Ele foi atendido, uma vez que conseguiu apontar elementos do tempo e espaços escolares dentro do Sistema Escola-Fazenda e da legislação educacional pertinente à Escola pesquisada.

O segundo objetivo específico era identificar os sujeitos escolares (professores, alunos e administrativos) e foi conseguido, pois apontou o nome dos agentes escolares que fizeram parte da instituição pesquisada no contexto de 1973 a 1993.

Já o terceiro objetivo específico era analisar os relatos das práticas escolares de cinco professores que trabalharam na Escola no período pesquisado. Isso foi atingido em parte, uma vez que analisamos a prática escolar de apenas um professor que trabalhou na instituição pesquisada no período pesquisado.

A investigação deste trabalho foi feita através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica ocorreu através da consulta nos Bancos de Teses e Dissertações, de revistas especializadas, e livros que versavam sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica apontou uma variedade de pesquisas que versavam sobre as instituições escolares de ensino agrícola e também alguns trabalhos que tiveram como locus da pesquisa a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. No entanto, nos apropriamos em parte de tais pesquisas em decorrência do tempo estipulado pelo mestrado.

Já a pesquisa documental ocorreu através de portais institucionais e de pesquisa, bem como através dos anexos da Dissertação de Mestrado de Maria José Ramos de Albuquerque (1984). Apesar de apresentar algumas fontes de pesquisa, constata-se uma grande “carência” de fontes disponíveis no meio virtual. Isso mostra

o quanto é importante a digitalização dos documentos pertinentes às instituições escolares e sua disponibilização através de plataformas onde o pesquisador possa acessar.

A pesquisa de campo ocorreu por meio de uma entrevista a um professor que trabalhou na instituição pesquisada. Vale salientar que o contexto de pandemia de 2020/2021 nos impôs o isolamento social e escolar visando a não propagação do COVID 19. Isso, por sua vez, afetou a pesquisa em questão, uma vez que a nossa intenção era ir à lócus da instituição pesquisada visando acessar o seu arquivo, bem como buscar saber sobre os professores que trabalharam na Escola no período pesquisado. Entretanto, conseguimos contato com um professor que gentilmente nos concedeu uma entrevista. Assim, através do relato do professor na entrevista, conseguimos “entrar” na instituição pesquisada e conhecer um pouco seu cotidiano no período de 1979 a 1993.

No entanto, percebe-se que o trabalho poderia ser melhor realizado com uma pesquisa mais ampla na documentação escolar que possivelmente encontra-se no arquivo da instituição, bem como a entrevista de um número maior de sujeitos escolares que lecionaram na instituição no período pesquisado. O contexto da pandemia, como já mencionado, impossibilitou maiores desdobramentos.

Contudo, espera-se que este trabalho contribua nos desvelamentos da história da educação profissional ou de uma instituição escolar voltada para o ensino agrícola, bem como aos pesquisadores que pretendam investigar sobre a Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jaime Cavalcante. *Agroecologia e Currículo na formação do Técnico em Agropecuária da EAF-Manaus-AM: Uma contribuição ao debate*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

ALBUQUERQUE, Maria José Ramos de. *Os técnicos na produção dos ribeirinhos do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 1984.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIULCHI, Paulo Vitório. *A Educação Agrícola no Sistema Escola-Fazenda e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma análise crítica da disciplina de Mecanização Agrícola*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2005.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp. 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DOMINIK, Érik. *A carreira docente EBTT: aspectos específicos e legislação*. Bambuí: Érick Campos Dominik, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, abril, 2003, p. 93-130.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 3, n. 3, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002, p. 3-24.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: Conceitos, Categorias e Materiais Históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). *História da educação em perspectiva:*

ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edefu, 2005. p. 71- 90.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 31-57.

ISSA, Silvia Aparecida Caixeta. *Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, 2001, p. 9-43.

KOLLER, Cláudio; SOBRAL, Francisco. A construção da identidade das escolas agrotécnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 220-230.

LIMA, Maria Francisca Moraes de. *As implicações do Decreto 2.208/97 na Escola Agrotécnica Federal de Manaus*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIZOGUCHI, Shigeo. Escola–Fazenda: Um Sistema Brasileiro onde o jovem aprende, trabalha e ganha. *Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas*. Salvador. 1981.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2013.

OLIVEIRA, Aurélio Tabora de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Antonio Viñao Frago: a crítica da educação como crítica cultural. In: REGO, Cristina Teresa (org.). *Memória, história e escolarização*. Petrópolis: Vozes; São Paulo, SP: Revista Educação; Editora Segmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea, Vol. 3).

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. *De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?* 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REIS, Juliani Menezes dos; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. O Livro Digital: Histórico, Definições, Vantagens e Desvantagens. *Anais do SNBU*, 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, set./dez. 2008, p. 291-312.

SOBRAL, Francisco José M. Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. *Revista brasileira da educação profissional e tecnológica*, [s. l.], v. 2, n. 2, 2009, p. 78-95.

SOUZA, José Eurico Ramos de. *As Reformas da Educação Profissional e a diversidade cultural: um estudo de caso na Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2011.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

TAVARES, Carlos Alberto. A formação do técnico em agropecuária no Sistema Escola–Fazenda. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*. Recife, vol. 4, 2007, p.314-339.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1. A árvore da liberdade. RJ: Paz e Terra, 1987.

VIANA, Iêda; CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Cultura escolar: saberes, práticas e processos comunicacionais no cotidiano escolar. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, n.41, Curitiba, jan. – jun., 2009, p. 43-60.

VIEIRA, Livia Carolina. *História da Educação Agrícola do Sul de Minas Gerais: A Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985)*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, s/n., 1995, p. 63-82.

WERLANG, Canrobert Kumpher. *Perspectivas para educação profissional frente as mudanças da legislação*. Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra, 2005.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. *Decreto nº 8.319 de 1910, de 20 de outubro de 1910*. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919*. Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html> Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 16.082, de 26 de junho de 1923*. Cria o Patronato Agrícola Rio Branco. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16082-26-junho-1923-524793-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 16.762, de 31 de dezembro de 1924*. Extingue os núcleos coloniais Santos Neves e Ruy Barbosa e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16762-31-dezembro-1924-517462-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 16.840, de 24 de março de 1925*. Transfere o Aprendizado Agrícola de S. Luiz de Missões e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16840-24-marco-1925-520598-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934*. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional, da Produção Vegetal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24115-12-abril-1934-512582-norma-pe.html> Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 2.231, de 30 de dezembro de 1937*. Cria um Aprendizado Agrícola no Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2231-30-dezembro-1937-346530-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.255, de 30 de maio de 1940*. Transfere o Aprendizado Agrícola Rio Branco, no Território do Acre, para o Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2255-30-maio-1940-412217-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.832, de 4 de novembro de 1940*. Modifica o art. 16 do Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2832-4-dezembro-1940-412847-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 14.252, de 10 de dezembro de 1943.* Aprova o Regimento Interno dos Aprendizados Agrícolas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14252-10-dezembro-1943-462045-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.* Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 9.758, de 5 de setembro de 1946.* Transfere para Belterra, Estado do Pará, e para o Vale de Solimões, Estado do Amazonas, respectivamente, os atuais Aprendizados Agrícolas Manuel Barata, de Belém, e Rio Branco, de Manaus, cria a Escola de Iniciação Agrícola no Território do Acre, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9758-5-setembro-1946-417536-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947.* Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22506-22-janeiro-1947-341153-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964.* Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e Agrotécnicas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21 ago.2020.

BRASIL. *Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.* Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970.* Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf> Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 70.513, de 12 de maio de 1972.* Eleva à categoria de Colégio os Ginásios Agrícolas que menciona. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70513-12-maio-1972-418858-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 72.434, de 9 de julho de 1973.* Cria a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola –COAGRI – no Ministério da Educação e Cultura, atribuindo-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72434-9-julho-1973-420902-norma-pe.html> Acesso em 15 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975*. Altera o Decreto nº 72.434, de 9 de julho de 1973, que criou a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76436-14-outubro-1975-425010-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979*. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-norma-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 85.712, de 16 de fevereiro de 1981a*. Dispõe sobre a Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus do serviço público civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D85712impressao.htm Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.858, de 16 de fevereiro de 1981b*. Reestrutura a Carreira do magistério de 1º e 2º Graus do serviço público civil da União e da Autarquias Federais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1858.htm Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986*. Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93613impressao.htm Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987*. Aprova o Plano Único de classificação e retribuição de cargos e empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990*. Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99244-10-maio-1990-334848-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024compilado.htm Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1992/lei-8490-19-novembro-1992-376965-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993*. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8731-16-novembro-1993-349599-norma-pl.html> Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 25 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio apresentado ao presidente da República em 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio apresentado ao presidente da República no ano de 1927*. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1929.

BRASIL. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio apresentado ao presidente da República no ano de 1928*. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1929.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura apresentado ao Chefe do Governo Provisório*. De 24 de outubro de 1930 a 31 de dezembro de 1931. Rio de Janeiro: Typ. do Ministério da Agricultura, 1932.

CAPES. *Considerações sobre Classificação de Produção Técnica – Área de Ensino*, Brasília, 2016.

COAGRI. *Relatório*. Brasília-DF, 1979.

COAGRI. *Relatório Geral*. Brasília-DF, 1982a.

COAGRI. *Escolas de 2º Grau da Área primária*. Brasília-DF, 1982b.

COAGRI. *Vídeo institucional*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OpykF-deB8> Acesso em: 04 fev. 2021.

CONIF. “Sou ‘agrícola’ com muito orgulho”, afirma José Dantas Cavalcante ao reviver parte da história da dos 109 anos da Educação Profissional. 21 de setembro de 2018. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/2265-sou-um-agricolito-com-muito-orgulho-afirma-jose-dantas-ao-reviver-parte-da-historia-dos-109-anos-da-educacao-profissional?Itemid=609> Acesso em: 12 jun. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Termo do Convênio celebrado pelo PREMEN e o Colégio Agrícola do Amazonas para a aplicação de recursos do Contrato de Empréstimo número 379*. Seção I, página 59, de 28 de novembro de 1975.

DOCENTE. *Entrevista cedida por um professor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus -AM para confecção da dissertação intitulada “Cultura e práticas escolares na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (1979-1993)”*. Cedida em 04 mar. 2021.

FOLHA DO ACRE. *Dr. Liberalino Gadelha*. Rio Branco, ano XIII, n. 450, p.03, sábado, 10 de fevereiro de 1923.

IFAM. *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2019-2023*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Manaus, 2019.

IFAM. *Confraternização dos Egressos do IFAM Campus Manaus Zona Leste 2020*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D5-7csSPw7Y> Acesso em: 22 abr. 2021.

MAIA, Álvaro. *Mensagem do governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1936*. Manaus- AM: Imprensa Pública, 1936.

_____. *Mensagem do governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1937*. Manaus- AM: Imprensa Pública, 1937.

____. *Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal*. Maio de 1940 a maio de 1941. Manaus-AM: Imprensa Pública, 1941.

MA. *Portaria nº 708, de 27 de dezembro de 1943*. Diário Oficial da União. Seção I, página 14, de 29 dezembro de 1943.

MELLO, Nelson de. *Relatório apresentado ao Ex.º Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello*. Outubro de 1933 a dezembro de 1934. Manaus- AM: Imprensa Pública, 1935.

MEC. *Portaria nº 02, de 04 de janeiro de 1984*. Aprova o Regimento Interno da COAGRI. Diário Oficial da União. Seção I, página 40, 6 de janeiro de 1984.

MEC. *Portaria nº 821, de 26 de novembro de 1986*. Diário Oficial da União. Seção I, página 35, de 27 de novembro de 1986.

MEC. *Portaria nº 506, de 28 de setembro de 1987*. Aprova o Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais. Diário Oficial da União. Seção I, página 20, de 29 de setembro de 1987.

MEC. *Portaria nº 256, de 19 de abril de 1988*. Altera o artigo 3º e seus parágrafos e o item III do Art. 7º do Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais, aprovado pela Portaria Ministerial nº 506, de 28 de setembro de 1987. Diário Oficial da União. Seção I, página 32, de 21 de abril de 1988.

MEC. *Portaria nº 646/97, de 14 de maio de 1997*. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf Acesso em: 25 ago. 2020.

MEC. *Portaria nº 978, de 1º de setembro de 1998*. Regulamento Interno da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. Diário Oficial da União. Seção I, página 33, de 3 de setembro de 1998.

MEC/SESG. *Manual de orientação para a Disciplina de Desenho e Topografia em Escolas Agrotécnicas Federais*. Brasília, 1989.

MEC/SENETE. *Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas*. Brasília, 1990.

MEC/SEMTEC. *Gestão 1992-1994: síntese das principais realizações*. Brasília, 1994.

MEC/SETEC. *(Re)significação do Ensino Agrícola*. Relatório Consolidado da Região Norte. Manaus-AM, 29 e 30 de abril de 2008.

MEC/SETEC. *(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Documento Final. Brasília, 2009.

PARECER nº 853, de 12 de novembro de 1971, com a RESOLUÇÃO nº 8, de 1º de dezembro de 1971. In: CHAGAS, Valnir. Núcleo Comum para os Currículos do Ensino de 1º e 2º Graus. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 74, n. 177, maio/ago., 1993, p. 385-423.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. de. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Prof. Dr. Washington Pires, Ministro da Educação e Saúde Pública, em 31 de maio de 1933*. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1933.

APÊNDICE A – Técnicos-Administrativos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993).

O levantamento dos Técnicos - Administrativos da Escola Agrotécnica Federal foi feito a partir do Diário Oficial da União, usando a palavra “Escola Agrotécnica Federal de Manaus”, do ano de 1979 a 1993. O resultado desse levantamento encontra-se exposto no quadro abaixo.

Técnicos-Administrativos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM (1979-1993)		
Nome	Ano	Funções
Albertiza Ermelinda da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 182, de 06 de fevereiro de 1987. Resolve: Autorizar a admissão da seguinte candidata habilitada em Concurso Público: ALBERTIZA ERMELINDA DA SILVA, na Categoria Funcional de Agente Administrativo, em vaga decorrente da Progressão Vertical de Fatima do Prado Martins, ocorrida em 01.03.82.
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992	Portaria nº 6, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar ALBERTIZA ERMELINDA DA SILVA, Assistente em Administração, para exercer a função de Chefe da Unidade de Processamento de Dados da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
1993		
Agnaldo Pereira da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	Portaria nº 553, de 26 de maio de 1988. Resolve: Conceder aposentadoria a AGNALDO PEREIRA DA SILVA, no Cargo de Assistente em Administração, com as vantagens da função de Diretor da Divisão de Atividades Auxiliares, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1989	
	1990	
	1991	
1992		
1993		
	1979	
	1980	

Antônio Bertoldo da Silva	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 1.120, de 8 junho de 1987. Resolve pela admissão do seguinte candidato habilitado em Concurso Público: ANTÔNIO BERTOLDO DA SILVA, na Categoria Funcional de Agente Administrativo em vaga decorrente da rescisão de contrato de trabalho de Maria das Dores Oliveira, ocorrida em 18.04.85.
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
Carlos Ronaldo Lima Barreto	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 206, de 7 de junho de 1984. Resolve: Designar para exercer a função de Chefe da Seção de Serviços Gerais, CARLOS RONALDO, Agente Administrativo da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
Dilson Mariano da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 151, de 10 de abril de 1984. Resolve: Considerar rescindido o contrato de trabalho, a partir de 30 de dezembro de 1983, DILSON MARIANO DA SILVA, Agente Administrativo.
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	

Doraci Freitas Tobar	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	Portaria nº 116, de 7 de maio de 1990. Resolve: Redistribuir a Assistente de Administração, ocupado por DORACI FREITAS TOBAR, do Quadro de Pessoal da Escola Agrotécnica Federal de Manaus para igual Quadro da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.
	1991	
	1992	
Elzely de Lima Maia	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	Portaria nº 670, de 12 de setembro de 1986. Resolve admitir a seguinte candidata habilitada em Concurso Público: ELZELY DE LIMA MAIA, na Categoria Funcional de Agente Administrativo em vaga de rescisão de Maria das Dores Oliveira.
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992		
1993		
Florença de Nazaré Oliveira e Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	Portaria nº 088, de 01 de fevereiro de 1985. Resolve designar FLORENÇA DE NAZARÉ OLIVEIRA E SILVA, Agente Administrativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	Portaria nº 1.391, de 20 de outubro de 1989. Resolve: Dispensar, FLORENÇA DE NAZARÉ OLIVEIRA E SILVA, Assistente em Administração, da função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
	1990	Portaria nº 465, de 01 de junho de 1990. Resolve: Designar FLORENÇA DE NAZARÉ OLIVEIRA E SILVA, Assistente em Administração, para exercer a função de Substituto do Chefe da Secretaria Escolar da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM
	1991	
1992		
1993		
	1979	
	1980	
	1981	

Helena Vieira Mota	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 182, de 06 de fevereiro de 1987. Resolve: Autorizar a admissão da seguinte candidata habilitada em Concurso Público: HELENA VIEIRA MOTA, na Categoria Funcional de Agente Administrativo, em vaga decorrente da rescisão de contrato de trabalho de Selma Fonseca Saúde, ocorrida em 01.01.86.
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
Henrique Fernandes Filho	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	Portaria nº 1.396, de 23 de outubro de 1989. Resolve: Designar HENRIQUE FERNANDES FILHO, Assistente em Administração, para exercer a função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
1990		
1991		
1992		
1993	Portaria nº 502, de 22 de julho de 1993. Resolve: Conceder aposentadoria a HENRIQUE FERRARDES FILHO, Assistente em Administração, do Quadro Permanente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
Isis Maria de Freitas Palheta	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 659, de 26 de dezembro de 1984. Resolve admitir a seguinte candidata habilitada em Concurso Público: ISIS MARIA DE FREITAS PALHETA, na função de Agente Administrativo, em vaga da progressão Vertical de Francisco Carlos de Araújo.
	1985	Portaria nº 795, de 18 de outubro de 1985. Designar, ISIS MARIA DE FREITAS PALHETA, Agente Administrativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1986	
	1987	Portaria nº 965, de 20 de maio de 1987. Resolve: Rescindir, a pedido, a partir de 30 de março de 1987, o contrato de trabalho de ISIS MARIA DE FREITAS PALHETA ocupante do emprego de Agente Administrativo da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1988	
	1989	
1990		

	1991	
	1992	
	1993	
Júlio César Inhamuns da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 659, de 26 de dezembro de 1984. Resolve admitir o seguinte candidato habilitado em Concurso Público: JULIO CÉSAR INHAMUNS DO SILVA, na função de Agente Administrativo, em vaga da progressão Vertical de Maria Izabel Andrade Eurich.
	1985	
	1986	Portaria nº 834, de 21 de novembro de 1986. Resolve: Rescindir, a pedido, a partir de 30 de outubro de 1986, o Contrato de trabalho de JULIO CESAR INHAMUNS DA SILVA, Agente Administrativo com exercício na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
1993		
Maria Suely Silva Santos	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 659, de 26 de dezembro de 1984. Resolve admitir a seguinte candidata habilitado em Concurso Público: MARIA SUELY SILVA SANTOS, na função de Agente Administrativo, em vaga da progressão Vertical de Carlos Vieira da Fonseca.
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 1.610, de 15 de setembro de 1987. Resolve: Designar, MARIA SUELY SILVA SANTOS, ocupante do emprego de Agente Administrativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Pessoal da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 7, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar MARIA SUELY SILVA SANTOS, Assistente em Administração, para exercer a função de Secretário da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
1993		
Maria da Conceição Farias dos Santos	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 659, de 26 de dezembro de 1984. Resolve admitir a seguinte candidata habilitada em Concurso Público: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS DOS SANTOS, na função de Agente Administrativo, em vaga da progressão Vertical de Carlos Ronaldo Lima Barreto.
	1985	
	1986	

	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 9, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS DOS SANTOS, Assistente em Administração, para exercer a função de Chefe do Setor de Biblioteca da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
Maria Neide Nicolaus da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 199, do dia 31 de maio de 1984. Resolve designar para exercer a função de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, MARIA NEIDE, Agente Administrativa.
	1985	Portaria nº 793, de 18 de outubro de 1985. Resolve: Dispensar, MARIA NEIDE NICOLAUS DA SILVA, Agente Administrativa, da função de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Escola Agrotécnica Federal de Manaus -AM.
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
1993		
Maria Guaraciara Taguaraci Gomes dos Reis	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 202, do dia 31 de maio de 1984. Resolve designar para exercer a função de Chefe da Seção de Pessoal, MARIA GUARACIARA, Agente Administrativo da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 1.611, de 15 de setembro de 1987. Resolve: Dispensar, MARIA GUARACIARA TAGUARACI GOMES DOS REIS, ocupante do emprego de Agente Administrativo, da função de Chefe da Seção Pessoal da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
1993		
Maria Auxiliadora	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	

Franco Gonçalves	1986	Portaria nº 670, de 12 de setembro de 1986. Resolve admitir a candidata habilitada em Concurso público: MARIA AUXILIADORA FRANCO GONÇALVES, na categoria funcional de Agente Administrativo, em vaga da Movimentação de Irineu Avelar Fonseca.
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
	1993	
Mario Diogo de Melo Junior	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 1.120, de 8 junho de 1987. Resolve pela admissão, o seguinte candidato habilitado em concurso público: MARIO DIOGO DE MELO JUNIOR, na Categoria Funcional de Agente Administrativo, em vaga decorrente da rescisão de contrato de trabalho de Helena Vieira Mota, ocorrida em 01.01.86.
	1988	
1989		
1990		
1991		
1992		
1993		
Raimunda Romana Carvalho Auzier	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	Portaria nº 1.608, de 15 de setembro de 1987. Resolve: designar RAIMUNDA ROMANA CARVALHO AUZIER, ocupante do emprego de Agente Administrativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1988	Portaria nº 746, de 21 de junho de 1988. Resolve: Designar, RAIMUNDA ROMANA CARVALHO AUZIER, Assistente em Administração, para exercer a função de Diretor da Divisão de Atividades Auxiliares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
1989		
1990		
1991		
1992	Portaria nº 26, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar RAIMUNDA ROMANA CARVALHO AUZIER, Assistente em Administração, para exercer a função de Coordenador do Serviço de Pessoal da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
1993		
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	

Reginaldo Carvalho dos Anjos	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	Portaria nº 470, de 01 de junho de 1990. Resolve: Designar REGINALDO CARVALHO DOS ANJOS, Assistente em Administração, para exercer a função de Substituto do Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
	1991	
Sandra Maria Oliveira Pinheiro	1992	Portaria nº 35, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar REGINALDO CARVALHO DOS ANJOS, Assistente em Administração, para exercer a função de Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 210, de 7 de junho de 1984. Resolve designar para exercer a função de Chefe da Secretaria Escolar, SANDRA MARIA OLIVEIRA PINHEIRO, Agente Administrativo da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
1990		
1991		
Samuel Padilha Gomes Filho	1992	Portaria nº 11, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar SANDRA MARIA DE OLIVEIRA PINHEIRO, Assistente em Administração, para exercer a função de Coordenador de Registros Escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
	1993	Portaria nº 617, de 16 de agosto de 1993. Resolve: Dispensar, a partir de 01 de junho de 1993, SANDRA MARIA OLIVEIRA PINHEIRO, Assistente em Administração, da função de Coordenador de Registro Escolares da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 659, de 26 de dezembro de 1984. Resolve admitir o seguinte candidato habilitado em Concurso Público: SAMUEL PADILHA GOMES FILHO, na Categoria Funcional de Agente Administrativo, em vaga da progressão Vertical de Lena Veras Neiva.
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
1991		

	1992		
	1993	Portaria nº 207, de 22 de março de 1993. Resolve: Designar SAMUEL PADILHA GOMES FILHO, Assistente em Administração, para exercer a função de Chefe do Setor de Patrimônio da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.	
Severino dos Santos Ferreira	1979		
	1980		
	1981		
	1982		
	1983		
	1984		
	1985		
	1986		
	1987		
	1988		
	1989		
	1990		
	1991		
	1992	Portaria nº 27, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar SEVERINO DOS SANTOS FERREIRA, Assistente em Administração, para exercer a função de Chefe do Setor de Almoxarifado da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.	
	1993		
Vania Falcão de Oliveira	1979		
	1980		
	1981		
	1982		
	1983		
	1984		
	1985		
	1986		
		1987	Portaria nº 182, de 06 de fevereiro de 1987. Resolve: Autorizar a admissão do seguinte candidato habilitado em Concurso Público: VANIA FALCAO DE OLIVEIRA, na Categoria Funcional de Agente Administrativo, em vaga decorrente da rescisão de contrato de trabalho de Maria das Dores Oliveira, ocorrida em 18.04.85.
		1988	
		1989	
		1990	
		1991	
	1992		
	1993		
Maria Rosa de Siqueira	1979		
	1980		
	1981		
	1982		
	1983		
	1984		
	1985		
	1986		
	1987		
	1988		
	1989		
	1990		
	1991		
	1992	Portaria nº 118, de 19 de setembro de 1992. Resolve: Designar MARIA ROSA DE SIQUEIRA, Técnico em Assuntos Educacionais,	

		para exercer a função de Coordenador de Cursos Técnicos da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	Portaria nº 96, de 18 de fevereiro de 1993. Resolve: dispensar, a partir de 26 de janeiro de 1993, MARIA ROSA DE SIQUEIRA, da função de Coordenador de Curso Técnico da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
Marília da Silva Mendoza	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	Portaria nº 767, de 23 de junho de 1988. Resolve: Designar, MARÍLIA DA SILVA MENDOZA, Técnico em Contabilidade, para exercer a função de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1989	
	1990	
	1991	
1992	Portaria nº 25, de 6 de março de 1992. Resolve: Designar MARÍLIA DA SILVA MENDOZA, Técnico em Contabilidade, para exercer a função de Coordenador de Planejamento e Orçamento da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.	
1993		

Fonte: Elaborado a partir das informações do Diário Oficial da União (1979-1993).

APÊNDICE B – Docentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993).

O levantamento dos docentes da Escola Agrotécnica Federal foi feito a partir do Diário Oficial da União, usando a palavra “Escola Agrotécnica Federal de Manaus”, do ano de 1979 a 1993. O resultado desse levantamento encontra-se exposto no quadro abaixo.

Docentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993)		
Nome	Ano	Funções
Carlos Modestino Cavalcante da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 33, de 6 de março de 1992. Resolve designar CARLOS MODESTINO CAVALCANTE DA SILVA, Professor conveniado através do Convênio nº 062/89, da SEDUC, para exercer a função de Coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Zootecnia I, Código 50-04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
Celso Gomes dos Santos	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 19, de 6 de março de 1992. Resolve designar CELSO GOMES DOS SANTOS, Professor de 1º e 2º Graus, classe D, Nível 03, para exercer a função de Coordenador de Orientação Educacional, Código FG-03, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	Portaria nº 762, de 30 de setembro de 1993. Resolve dispensar CELSO GOMES DOS SANTOS, Professor de ensino de 1º e 2º Graus, Classe "D", Nível 04, da função de Coordenador de Orientação Educacional, Código FG 03, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM.
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	

Ceila Rachel Martins	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
	1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços nº 3/93. CONTRATANTE: Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM; CONTRATADO: CEILA RACHEL MARTINS; OBJETO: Prestação de Serviços Profissionais de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus; PRAZO: 12.02.93 a 11.02.94.
Dilson Fernandes dos Reis	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	Portaria nº 60, de 25 de julho de 1983. Resolve dispensar o servidor DILSON FERNANDES DOS REIS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-402, Classe "D", Referência 03, da função de Diretor da Divisão de Atividades Técnicas, Código LT-DAI-111.2(NS), da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	Portaria nº 244, de 24 de abril de 1989. Resolve designar DILSON FERNANDES DOS REIS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-N-402I, Classe "E", Nível 02, para exercer a função de confiança de Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, no Estado do Amazonas.
	1990	Portaria nº 1.144, de 10 de dezembro de 1990. Resolve aplicar, a DILSON FERNANDES REIS, professor de 1º e 2º Graus, Diretor (afastado preventivamente) da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, as sanções a seguir: Suspensão por 90 (noventa) dias; afastamento da Função de Diretor.
	1991	
1992	Portaria nº 21, de 6 de março de 1992. Resolve designar DILSON FERNANDES DOS REIS, Professor de 1º e 2º Graus, Classe E, Nível 03, para exercer a função de Coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Zootecnia II, Código FG-05, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
1993	Portaria nº 136, de 25 fevereiro de 1993. Resolve conceder aposentadoria a DILSON FERNANDES DOS REIS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código 1-402I, Classe 'E', Nível 4, do Quadro Permanente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
Dalila do Espírito Santo Pacheco de Oliveira	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
1990		

	1991	
	1992	
	1993	Portaria nº 312, de 20 de abril de 1993. Resolve designar DALILA DO ESPÍRITO SANTO PACHECO DE OLIVEIRA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "B", Nível 04, para exercer a função de Chefe do Setor de Atividades Artísticas e Culturais, Código FG-07, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
Eduardo Rodrigues de Melo	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	Portaria nº 59, de 25 de julho de 1983. Resolve designar EDUARDO RODRIGUES DE MELO, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-402, Classe "D", Referência 3, para exercer a função de Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	Portaria Nº 1.587, de 29 de outubro de 1991. Resolve conceder Aposentadoria a EDUARDO RODRIGUES DE MELO, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-402I, Classe "E", Nível 04, do Quadro Permanente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1992	
	1993	
Elival Martins dos Reis	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
	1993	Portaria nº 616, de 16 agosto de 1993. Resolve designar ELIVAL MARTINS DOS REIS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "D", Nível 04, para exercer a função de Coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Zootecnia II, Código FG-05, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus -AM.
Eliete Cândido da Rocha	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
1989		

	1990	
	1991	
	1992	
	1993	Portaria nº 67, de 11 de janeiro de 1993. O Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Federal resolve redistribuir a servidora ELIETE CÂNDIDO DA ROCHA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Extinto Território Federal de Roraima para Escola Agrotécnica Federal de Manaus.
Eulálio Macedo	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 22, de 6 de março de 1992. Resolve designar EULÁLIO MACEDO, Professor de 1º e 2º Graus, Classe, D, Nível 04, para exercer a função de Coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Zootecnia III, Código FG-05, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
Florindo Barbosa de Miranda	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
	1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços nº 6/93. CONTRATANTE: Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, CONTRATADO: FLORINDO BARBOSA DE MIRANDA; OBJETO: Prestação de Serviços Profissionais de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus; PRAZO: 12.02.93 a 11.02.94.
Helena Mourão de Castro e Costa	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
1989		

	1990	Portaria nº 1.337, de 03 de setembro de 1990. Resolve conceder Aposentadoria HELENA MOURÃO DE CASTRO E COSTA, no Cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-4021, Classe "E", Nível 03, do Quadro Permanente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM.
	1991	
	1992	
	1993	
Heraldo de Oliveira Gomes	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	Portaria nº 100, de 23 de janeiro de 1989. Resolve designar, a partir de 03 de janeiro de 1989, HERALDO DE OLIVEIRA GOMES, ocupante do emprego de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-4021, Classe "E", Nível 02, para exercer a função de Diretor da Divisão de Atividades Técnicas-DAT, Código DAI-111.3 (NS), da Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM.
	1990	
	1991	
1992		
1993		
Jair Crisóstomo de Souza	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 54, de 09 de fevereiro de 1984. Resolve rescindir, a partir de 31 de janeiro de 1984, o Contrato de Trabalho de JAIR CRISÓSTOMO DE SOUZA, do emprego de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-402, Classe "C", Referência 02, com exercício na Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992		
	1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços. CONTRATANTE; Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM; CONTRATADO: JAIR CRISÓSTOMO DE SOUSA; OBJETO: Prestação de serviços profissionais de professor substituto de ensino de 1º e 2º graus. VIGÊNCIA: 01.10.93 a 30.09.94.
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	

Jaime Cavalcante Alves	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
	1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços nº 2/93. CONTRATANTE: Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM; CONTRATADO: JAIME CAVALCANTE ALVES; OBJETO: Prestação de Serviços Profissionais de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus; PRAZO: 12.02.93 a 11.02.94.
João Holanda Cavalcante	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992	O Secretário-Adjunto Interino da Secretaria da Administração Federal resolve redistribuir o servidor JOÃO HOLANDA CAVALCANTE, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Ministério da Educação para a Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	
1993	Portaria nº 461, de 21 maio de 1993. Designar, JOÃO HOLANDA CAVALCANTE, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "E", Nível 03, para exercer a função de Chefe do Setor de Esporte e Lazer, código FG-06, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
José Dantas Cavalcante	1965	Portaria nº 97, de 29 de setembro de 1965. Resolve designar JOSÉ DANTAS CAVALCANTE, Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, nível 11, lotado e com exercício no Ginásio Agrícola do Amazonas, para exercer a função gratificada (1-F) de Diretor do referido Ginásio, em vaga decorrente da dispensa de Waldemar Barbosa Evangelista.
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	Portaria nº 498, de 08 de outubro de 1984. Resolve nomear JOSE DANTAS CAVALCANTE, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, código M-402, Classe "D", do Quadro Permanente da COAGRI, para exercer o cargo de confiança de Diretor do Departamento de Administração da COAGRI, Código DAS-101.2, conforme consta do Decreto nº 90.163, de 10 de setembro de 1984.
	1985	Portaria nº 543, de 9 de julho de 1985. Resolve exonerar JOSÉ DANTAS CAVALCANTE, do cargo de confiança de Diretor do Departamento de Administração, Código DAS-101.2, constante do Quadro Permanente desta COAGRI, de que trata o Decreto nº 90.163, de 10 de setembro de 1984.

		Portaria nº 544, de 9 de julho de 1985. Resolve nomear JOSÉ DANTAS CAVALCANTE, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Quadro Permanente da COAGRI, para exercer o cargo de confiança de Assessor, do Diretor-Geral, Código DAS-102.1, constante do Quadro Permanente da COAGRI, de que trata o Decreto nº 90.163, de 10 de setembro de 1984.
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	Portaria nº 378 de 14 de maio de 1990. Resolve dispensar JOSÉ DANTAS CAVALCANTE, da função de confiança de Gerente da Coordenadoria de Ensino Agrícola, Código LT-DAS-101.1, da Subsecretaria de Educação Técnica da Secretaria de Ensino de Segundo Grau.
	1991	
	1992	
	1993	
José Lúcio do Nascimento Rabelo	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 05, de 06 de janeiro de 1992. Resolve: Designar JOSÉ LÚCIO DO NASCIMENTO RABELO, para exercer, pelo prazo de 04 (quatro) anos, a função de confiança de Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM. Portaria nº 33, de 09 de janeiro de 1992. Resolve anular a Portaria nº 05, de 06 de janeiro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 1992, que designou JOSÉ LÚCIO DO NASCIMENTO RABELO para exercer a função de confiança de Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
José Mauricio do Rêgo Feitosa	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	

	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 24, de 6 de março de 1992. Resolve designar MAURICIO DO RÊGO FEITOSA, Professor de 1º e 2º Graus, Classe E, Nível 03, para exercer a função de Coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Agroindústria, Código FG-05, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
José Ofir Praia de Souza	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992	Portaria nº 06, de 10 de janeiro de 1992. Resolve designar o Professor JOSÉ OFIR PRAIA DE SOUZA para responder pelo expediente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM em caráter temporário e emergencial, até segunda ordem.	
1993		
José Ribamar de Abreu Cardoso	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	Portaria nº 465, de 27 de março de 1990. Resolve rescindir, a pedido, a partir de 31 de janeiro de 1990, o Contrato de Trabalho de JOSÉ RIBAMAR DE ABREU CARDOSO, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-4021, Classe "D" referência 01 da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1991	
1992		
1993		
Jorge Resende Maia	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
1990		

	1991	
	1992	Portaria nº 32, de 6 de março de 1992. Resolve designar JORGE RESENDE MAIA, Professor de 1º e 2º Graus, Classe C, Nível 01, para exercer a função de Chefe do Setor de Esporte e Lazer, Código FG-06, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	Portaria nº 463, de 21 maio de 1993. Resolve dispensar, JORGE REZENDE MAIA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Nível 01, da função de Chefe do Setor de Esporte e Lazer, Código FG-06, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM.
Jorge Nunes Pereira	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 31, de 6 de março de 1992. Resolve designar JORGE NUNES PEREIRA, Professor conveniado através do Convênio nº 062/89, da SEDUC, para exercer a função de Coordenador de Assistência ao Internato, Código FG-03, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 01/91, de serviços Didáticos Pedagógicos CONTRATANTE: Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM; CONTRATADO: JORGE NUNES PEREIRA; OBJETO: Prorrogação da vigência contratual; VIGÊNCIA: 01.08.93 a 31.07.94.
Leônidas Morada da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
	1993	Portaria nº 88, de 18 de fevereiro de 1993. Resolve designar LEÔNIDAS MORADA DA SILVA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe 'E', Nível 04, para exercer a função de Coordenador de Curso Técnico. Código FG 04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	

Luizete da Costa Passos	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 10, de 6 de março de 1992. Resolve designar LUIZETE DA COSTA PASSOS, Professor de 1º e 2º Graus, Classe D, Nível 01, para exercer a função de Chefe do Setor de Atividades Artísticas e Culturais, Código FG-07, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
1993		
Luiz Bueno da Silva	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços nº 5/93. CONTRATANTE; Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM; CONTRATADO: LUIZ BUENO DA SILVA; OBJETO: Prestação de Serviços Profissionais de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus; PRAZO: 12.02.93 a 11.02.94.	
Maria Jose de Miranda Carvalho	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992	Portaria nº 8, de 6 de março de 1992. Resolve designar MARIA JOSÉ DE MIRANDA CARVALHO, Professor de 1º e 2º Graus, Classe E, Nível 01, para exercer a função de Coordenador de Supervisão Pedagógica, Código FG-03, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
1993		
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	

Maria Linda Monteiro Marchioro	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 3.679, de 3 de setembro de 1992. O Secretário-Adjunto da Secretaria da Administração Federal. Resolve: redistribuir a servidora MARIA LINDA MONTEIRO MARCHIORO, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Extinto Território Federal de Roraima para Escola Agrotécnica Federal de Manaus.
1993		
Maria das Graças Pinheiro Soares	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
1993	O Secretário-Adjunto da Secretaria da Administração Federal resolve redistribuir a Servidora MARIA DAS GRAÇAS PINHEIRO SOARES, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do extinto Território Federal de Roraima para a Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	
Mônica Tribuzy Pereira de Melo	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	
1993	Portaria nº 1.189, de 4 de maio de 1993. O Secretário-Adjunto da Secretaria da Administração Federal. Resolve: redistribuir a servidora MÔNICA TRIBUZY PEREIRA DE MELO, Professor de Ensino de 1º grau, do Extinto Território Federal de Roraima para Escola Agrotécnica Federal de Manaus.	
	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	Portaria nº 61, de 25 de julho de 1983. Resolve designar o servidor MANOEL CORREIA LIMA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-402, Classe "D", Referência 03, para exercer a função de Diretor da Divisão de Atividades Técnicas, Código LT-DAI-111.2. (NS), da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1984	

Manoel Correia Lima	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	Portaria nº 101, de 23 de janeiro de 1989. Resolve dispensar, a partir de 02 de janeiro de 1989, MANOEL CORREIA LIMA, ocupante do emprego de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-402, Classe "D", Nível 01, da função de Diretor da Divisão de Atividades Técnicas - DAT, Código DAI- 111.3 (NS), da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 37, de 6 de março de 1992. Resolve designar MANOEL CORREIA LIMA, Professor de 1º e 2º Graus, Classe E, Nível 04, para exercer a função de Coordenador de Relações Empresariais, Código FG-04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
1993	Portaria nº 704, de 24 de setembro de 1993. Resolve dispensar, a partir de 28 de julho de 1993, MANOEL CORREIA DE LIMA, Professor de 1º e 2º Graus, Classe 'D', Nível 04, da função de Coordenador de Relações Empresariais, Código FG-04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
Otto Augusto Sarmiento Dias	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	Portaria nº 457, de 29 de agosto de 1988. Resolve designar OTTO AUGUSTO SARMENTO DIAS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-402I, Classe "E", Nível 02, para exercer a função de Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Manaus- -AM, Código LT-DAI-111.3(NS), de acordo com o artigo 3º do Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais, com a redação dada pela Portaria Ministerial nº 256, de 29.04.88, publicada no Diário Oficial de 21 subsequente.
	1989	
	1990	
1991		
1992		
1993	Portaria nº 237, de 29 de março de 1993. Resolve conceder aposentadoria a OTTO AUGUSTO SARMENTO DIAS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código 60II, Classe 'E', Nível 04, do Quadro Permanente da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
Raimundo Geraldo Rodrigues de Souza	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
1990		
1991		

	1992	Portaria nº 20, de 6 de março de 1992. Resolve designar RAIMUNDO GERALDO RODRIGUES DE SOUZA, Professor de 1º e 2º Graus, Classe E, Nível 01, para exercer a função de Coordenador de Curso Técnico, Código FG-04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
Raimundo Rodrigues de Melo	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 23, de 6 de março de 1992. Resolve designar RAIMUNDO RODRIGUES DE MELO, Professor de 1º e 2º Graus, Classe E, Nível 03, para exercer a função de Coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Pesquisa e Extensão, Código FG-05, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.
	1993	
Raimunda Janira Monteiro Chaves	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	Portaria nº 3.669, de 3 de setembro de 1992. O Secretário-Adjunto da Secretaria da Administração Federal. Resolve: redistribuir a servidora RAIMUNDA JANIRA MONTEIRO CHAVES, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Extinto Território Federal de Roraima para Escola Agrotécnica Federal de Manaus.
	1993	
Rinaldo Sena Fernandes	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
	1992	

	1993	Escola Agrotécnica Federal de Manaus. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços nº 1/93. CONTRATANTE: Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM; CONTRATADO: RINALDO SENA FERNANDES; OBJETO: Prestação de Serviços Profissionais de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus; PRAZO: 12.02.93 a 11.02.94.
Vlami do Nascim ento Seabra	1979	
	1980	
	1981	
	1982	
	1983	
	1984	
	1985	
	1986	
	1987	
	1988	
	1989	
	1990	
	1991	
1992	Portaria nº 119, de 4 de setembro de 1992. Designar o servidor VLAMIR DO NASCIMENTO SEABRA, professor de 1º e 2º Graus, Classe C - referência 01, código 6011, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Curso Técnico, Código FG-04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	
1993	Portaria nº 705, de 24 de setembro de 1993. Resolve designar, VLAMIR DO NASCIMENTO SEABRA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Nível 01, para exercer a função de Coordenador de Relações Empresariais, Código FG-04, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM.	

Fonte: Elaborado a partir das informações do Diário Oficial da União (1979-1993).

APÊNDICE C – Ficha de Validação do Produto Educacional.

PRODUTO EDUCACIONAL: *E-book* “O Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Manaus (1979-1993)”

FICHA DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado (a) desde já agradecemos a participação na validação do produto educacional acima mencionado. Esta é uma etapa obrigatória no processo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Solicitamos o preenchimento desta ficha, após a leitura do referido *e-book*, encaminhado em anexo no presente e-mail. O (a) Senhor (a) tem total liberdade para contribuir com sugestões de melhoria neste *e-book*. Para tanto, pode utilizar o campo livre ao final de cada pergunta.

Gratidão

Naasson Barbosa Cruz e Ana Cláudia Ribeiro de Souza

Nome completo do (a) validador (a):

Formação acadêmica:

Atuação profissional.

1 A apresentação do *e-book* está clara e objetiva?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Sugestões/Observações

2 Os três capítulos atenderam os objetivos propostos na apresentação do *e-book*?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Sugestões/Observações

3 A linguagem do *e-book* está adequada e compreensível?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Sugestões/Observações

4 O (a) Senhor (a) utilizaria este *e-book* em sua prática educativa?

- Sim
- Não
- Talvez

Sugestões/Observações

5 Apresente seu parecer sobre o *e-book*, informando se recomenda sua leitura, bem como relatando suas impressões e sugestões gerais em relação ao mesmo.
